**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Do “Coma direito, família!” ao direito à alimentação
da família brasileira: 75 anos do Curso de Nutrição
da Universidade de São Paulo**

ANA MARIA CERVATO MANCUSO

**São Paulo
2013**

**Do “Coma direito, família!” ao direito à alimentação
da família brasileira: 75 anos do Curso de Nutrição
da Universidade de São Paulo**

ANA MARIA CERVATO MANCUSO

Tese apresentada à Faculdade de Saúde Pública
da Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Livre Docente.

Especialidade: Formulação e avaliação de
intervenções nutricionais do Departamento de
Nutrição.

São Paulo

2013

Cervato-Mancuso AM. Do “Coma direito, família!” ao direito à alimentação da família brasileira: 75 anos do Curso de Nutrição da Universidade de São Paulo. Tese apresentada à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, para concorrer ao Título de Livre Docente, pelo programa Formulação e Avaliação de intervenções do Departamento de Nutrição.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citado a fonte.

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais Maria (in memoriam) e José, que
vivenciaram vários desses momentos e souberam
educar em nutrição todos os seus filhos.*

*Ao meu irmão, Sérgio (in memoriam) que me ensinou
a ver a grama crescer e analisar tudo politicamente.*

À Manuela Vieira Godoy que acabou de nascer.

Seja bem vinda, Manu!

AGRADECIMENTOS

Às professoras, Profa. Dra. Rosa Nilda Mazzilli; Profa. Dra. Maria de Fátima Nunes Marucci; Profa. Dra. Maria Elisabeth Machado Pinto e Silva, por tudo que me ensinaram desde sempre.

Às pesquisadoras, Profa. Rosa Wanda Díez-García e Profa. Dra. Maria Cristina Faber Boog, pelo empenho e dedicação à área de Educação Nutricional. Vocês sempre serão leituras obrigatórias para quem deseja educar em nutrição.

À Profa. Dra. Ana Maria Díanezi Gambardella, pela parceria na realização de tantos momentos pedagógicos.

Às minhas colegas “da graduação”, Profa. Regina Mara Fisberg; Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus e Dra. Moníca Ignês Elías Jorge, pelo apoio e inspiração na realização desta tese.

Às minhas colegas nutricionistas, Dra. Viviane Laudelino Vieira; Dra. Márcia Salgueiro; Dra. Tatiana Assao; Ms Elaine Fiori; Ms Jessica Dias; Ms Adriana Passanha e à mais recente Mestre em Ciências, Alexandra Pava Cárdenas que ainda me acompanham nessa jornada de formação educativa em nutrição.

Aos pós-graduandos, graduandos e aprimorandos do momento, Kellem, Lucia, Larissa, Fernanda, Elis, Ariana, Paula, Camila, Marina, Jhessica, Beatriz, Paola, Daiane, Gessica, Mary e Luiz, pelo sentido que dão ao processo educativo. Espero que vocês compreendam o meu processo atual.

Aos estudantes que participaram da elaboração do Projeto Político-pedagógico, especialmente Tatiane, Rubem, Sabrina e Evelyn, pela convivência e mobilização. Tatiane, obrigada pela organização do material do GAP.

Aos funcionários da Faculdade de Saúde Pública, especialmente a Daniel Marucci e Dida; Suzana ; Elenice e Beth; Renata e Antônia; Eduardo e Roseli; Gilberto e Suelly; Seu Batista e Seu João; Bel. Irene, pela dedicação ao trabalho na Casa de Higiene. Uma verdadeira família!

Aos professores da Faculdade de Saúde Pública e da Universidade de São Paulo com quem convivi durante toda a minha trajetória profissional e educacional.

Obrigada mestres!

Obrigada, colegas!

Agradeço, ainda, às amigas de fé e de estrada Renata Pisani de Almeida e Marilena Areias, sem vocês, eu não teria chegado até aqui, literalmente. Amo vocês!

Às Profa. Dra. Angela Cuenca, Samantha de Andrade e Ana Paula Biasus, pelo trabalho extra que realizaram enquanto eu finalizava a tese.

Ao meu primo Marcos Roncaratti que está cuidando, de modo incondicional do seu tio-avô, enquanto eu me dedico a escrever esta tese. Papai não compreende mais, mas sei que ele sente. Obrigada!

Ao meu núcleo familiar, Cervato e Mancuso, pelo apoio, pela inspiração e pelo conforto em todos os momentos dessa minha trajetória profissional. Família é tudo!!!

Ao meu companheiro de vida, Pedro Mancuso, pelo amor, pelo respeito e pela segurança transmitidos durante todos os meus momentos e movimentos. “Eu sou tudo pra você!”

Ao pedaço de mim, Thaís Cervato Mancuso, pelas oportunidades e pelos desafios que coloca meu caminho. Todos resultam em alegria. Te amo, filha!

“Há vários planos de influência para as práticas alimentares, e nem todos são alcançados com as mesmas estratégias, por isso merecem ser ponderados, sobretudo quando se trata de intervir, pois a compreensão melhor da problemática, o que a priori pode oferecer um panorama desanimador, por sua complexidade, certamente, refletir sobre essa trama, pode ajudar no enfrentamento desse desafio.”

Rosa Wanda Díez-García

APRESENTAÇÃO

A elaboração da tese de livre docência implica na avaliação da trajetória de uma vida, tanto profissional quanto pessoal. Esse processo, assim como a avaliação de uma intervenção educativa, fornecem elementos para tomada de decisões.

E a primeira, nesse caso, foi sobre o formato de apresentação: uma tese ou um texto que sistematizasse criticamente a obra do candidato? Um grande desafio, foi limitar o tema; organizar o tempo e o tamanho do texto a ser apresentado, enquanto revia e revivia a trajetória profissional de quase 30 anos.

Rever o que foi feito aflorou críticas, arrependimentos, certezas de decisões tomadas, novas perguntas e outras conclusões sobre fatos, dados coletados ou mesmo sobre o contexto político e social vivenciado.

Foi uma inquietação!

Nada mais inquietante do que produzir esta tese. Sim! A opção pela tese foi para dar vazão à parte destas perguntas e inquietações. Digo, parte, porque algumas foram estrategicamente reservadas e, já fazem parte de novos projetos de ensino, pesquisa e extensão, que darão subsídios para o enfrentamento de desafios profissionais que já podem ser vislumbrados.

Inquietações que surgiram ao rever a formação profissional e a experiência como nutricionista, como: nutricionista é uma profissão nova ou consagrada no contexto das políticas públicas do país? Esse profissional faz parte da equipe de saúde? Qual sua principal habilidade? Como desenvolve suas habilidades e competências profissionais?

Diante dos materiais didáticos, das aulas, publicações, lista com nome de alunos, relatórios de projetos, reconheço que o nutricionista que fui -e ainda sou- é educador e a educação nutricional é o tema que alinhava toda minha trajetória. Também reconheço o curso de nutrição como uma ferramenta fundamental para a mudança do perfil nutricional da população brasileira, pois é o responsável pela formação de recursos humanos para o enfrentamento das questões nutricionais de importância para a saúde pública.

Nesse sentido, a recente reformulação da estrutura curricular do curso de nutrição elaborada com a participação de diversos atores, tornou-se um objeto a ser investigado, pois o processo procurou responder a demandas internas da universidade e externas. Quais foram estas demandas? Como elas determinaram as mudanças que ocorreram? E finalmente; quais as condições determinantes para a reformulação de um curso na área da saúde que, articuladas, fomentassem um novo projeto político pedagógico?

Tendo participado deste processo, reconheço a necessidade de descrever o projeto desta reformulação e iluminar o contexto histórico que influenciou essas mudanças para as futuras gerações de nutricionistas que serão por ele formadas.

O tempo disponível para a elaboração da tese era aquele do cotidiano do trabalho com o envolvimento das atividades de gestão, ensino, extensão e pesquisa. Nesse tempo, refleti sobre os fatos e busquei novos dados sobre a formação do nutricionista no estado de São Paulo.

O tamanho do texto deveria ser o suficiente para transformar dados em informações relevantes, com uma escrita clara e interessante para quem o lesse.

Espero ter tido êxito nessa empreitada. Boa leitura!

Cervato-Mancuso AM. Do “Coma direito, família!” ao direito à alimentação da família brasileira: 75 anos do Curso de Nutrição da Universidade de São Paulo [tese de Livre Docência]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2013.

RESUMO

A Educação Nutricional tem sido apontada como uma importante atividade do Nutricionista, em função das necessidades de saúde da população. O processo de formação deste profissional foi desencadeado por fatores sociais, políticos e educacionais. O presente trabalho pretende analisar o processo e o contexto das reformulações curriculares em um Curso de Nutrição de uma escola pública de ensino superior e o impacto no conteúdo relacionado à educação nutricional. Trata-se de estudo de caso, por meio de revisões bibliográficas e documentais, não exaustivas, incluindo relatórios, livros, teses e artigos sobre a trajetória da profissão de Nutricionista, no Brasil. Verificou-se que o processo inicial de criação dos cursos de nutricionistas, foi decorrente de intervenções técnico-científicas, na área da saúde. Posteriormente, os egressos destes primeiros cursos buscaram o fortalecimento da profissão, por meio do reconhecimento do curso de formação, como de nível superior e a regulamentação da profissão. Nesse primeiro período, a formação do nutricionista estava fundamentada nos aspectos fisiológicos, patológicos e bioquímicos da nutrição, na composição e no uso culinário dos alimentos. Posteriormente, fatores externos à Universidade como a exigência do currículo mínimo e abertura de oportunidades de trabalho, resultaram em mudanças na estrutura curricular. Em seguida ocorre o fortalecimento do ensino superior, com a autonomia universitária, a criação dos departamentos e a implementação da pós-graduação. Nesse segundo período novos conteúdos e atividades práticas (estágios) são inseridos na estrutura curricular. Aspectos pedagógicos de educação sanitária e agrícola, além das disciplinas Sociologia e Antropologia são introduzidos na estrutura curricular. A Educação Alimentar está presente como conteúdo da disciplina de Nutrição em Saúde Pública. Ainda atendendo às demandas externas, decorrentes de um novo currículo mínimo, amplia-se o número de disciplinas e consequente fragmentação de conteúdos (saúde da criança, saúde materna). Nesse terceiro período, cria-se a disciplina Educação Nutricional. Mudanças internas da Universidade alteraram a responsabilidade pelo curso. O curso tem uma reestruturação importante com a modificação de duração e período. Disciplinas como Educação Agrícola, Educação Sanitária e Pedagogia desaparecem do currículo, dando lugar à Promoção da Saúde. As disciplinas de ciências humanas, como Sociologia, Antropologia e Psicologia tornam-se “aplicadas à Nutrição”. Atualmente, aproximação do setor da saúde e da educação para o estabelecimento das diretrizes curriculares e o incentivo do Ministério da Saúde para mudanças nos cursos de saúde, refletiu no processo de reformulação do curso. A reformulação foi um processo complexo, por envolver vários atores e o desenvolvimento de várias atividades de escrita e síntese. A nova estrutura curricular, está fundamentada em disciplinas que abordam aspectos da Segurança alimentar e nutricional, da Atenção dietética, da Ciência da Nutrição e dos cenários de prática profissional. A disciplina Educação Nutricional desaparece com a inclusão de outras que incorporam temas relacionados a ela. Verificou-se, nessa análise histórica, que a disciplina Educação Nutricional foi alterada ao longo das reformulações curriculares em função das políticas públicas na área do ensino e da saúde. Sugere-se que essas políticas sejam incluídas na formação do profissional para garantir o desenvolvimento técnico e científico na área de intervenções educativas.

Palavras chave: educação nutricional; educação superior; recursos humanos em saúde; políticas públicas; nutrição; Nutricionista

Cervato-Mancuso AM. Do “Coma direito, família!” ao direito à alimentação da família brasileira: 75 anos do Curso de Nutrição da Universidade de São Paulo / From “Eat right, family!” to the rights of the brazilian family: the 75th anniversary of the Nutrition Graduation Course of University of São Paulo [thesis of Free Lectureship]. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2013.

ABSTRACT

The Nutrition Education has been identified as an important Activity for the Nutritionist on the basis of the population healthcare needs. The process of formation of this professional was triggered by social, political and educational factors. This work intends to evaluate the process and context of curricular changes in a Nutrition Course of a public school of higher education and the impact on the content related to nutrition education. This is a case study through a literature and documentary review, not exhaustive though, including reports, books, theses and articles on the history of the nutritionist profession in Brazil. It appears that the initial process of setting up the nutritionist course was due to technical and scientific assistance in the healthcare area. Afterwards, the graduates of these early courses seek the strengthening of profession, throughout the recognition of their training courses as a higher education course and through professional regulations that occurred in the 1960s. During that period, the dietitian education was based on physiological, pathological and biochemical aspects of nutrition, the composition and the culinary use of food. External factors to the University, such as the requirement of the minimum curriculum and the opening of employment opportunities, resulted in changes in the curriculum. The strengthening of the higher education, as regards the university autonomy, the creation of departmental and the implementation of post graduation, diversifies the grounds of the course, by the insertion of new content and the inclusion of practical activities (internships). Pedagogical aspects of healthcare education and agricultural disciplines in addition to the sociology and anthropology are introduced into the curriculum. The Food Education content is present as a discipline of Public Health Nutrition. In order to meet the demands of teaching, due to the new minimum curriculum, it broadens the number of subjects and consequent fragmentation of content (child healthcare, maternal healthcare). It creates the discipline Nutritional Education. Internal changes at the University altered the responsibility for the course. The course has a major restructuring with the modification in the duration and period. Disciplines like Agricultural Education, Health Education and Pedagogy disappear from the curriculum, giving place to Health Promotion. The humanities, such as sociology, anthropology and psychology become "Applied Nutrition". The approximation of the healthcare sector and education for the establishment of the curriculum guidelines and the encouragement of the Ministry of Health for changes in healthcare courses, reflected in the reformulation of the course. The reformulation was a complex process because it involves various stakeholders and the development of several writing activities and synthesis during its process. There have been changes in the structure, resulting from public policies in the area of healthcare that directly affected the structure of the course curriculum studied.

Keywords: higher education, human resources in health, public policy, nutrition, Nutritionist.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN	- Associação Brasileira de Nutricionistas
AD	- Atenção Dietética
ANUSP	- Associação das Nutricionistas da Universidade de São Paulo
APAN	- Associação Paulista de Nutrição
ASBRAN	- Associação Brasileira de Nutrição
BIREME	- Centro Latino Americano de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAPE	- Centros de Educação e Alimentação do Pré-Escolar
CEPANDAL	- Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos de Nutrição e Dietética na América Latina
CFN	- Conselho Federal de Nutricionistas
CG	- Comissão de Graduação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CoC	- Comissão de Coordenação de Curso de Graduação
CRN3	- Conselho regional de Nutricionistas – Região 3
DCN	- Diretrizes Curriculares Nacionais
DF	- Distrito Federal
EAN	- Educação Alimentar e Nutricional
FAO	- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FHSP	- Faculdade de Higiene e Saúde Pública
FSP	- Faculdade de Saúde Pública
GAP	- Grupo de Apoio Pedagógico
IAPI	- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IES	- Instituições de Ensino Superior

INAN	- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MS	- Ministério da Saúde
OMS	- Organização Mundial da Saúde
OPAS	- Organização Pan-Americana de Saúde
PAT	- Programa de Alimentação do Trabalhador
PNAN	- Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PRONAN	- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSDI	- Programa de Disseminação Seletiva de Informação em Nutrição
PUCCAMP	- Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	- Serviço de Alimentação da Previdência Social
SESI	- Serviço Social da Indústria
SISAN	- Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SUS	- Sistema Único de Saúde
UAN	- Unidade de Alimentação e Nutrição
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
USAID	- United States Agency for International Development
USP	- Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Trajetoária do Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no período de 1939 a 2012	31
Figura 02 -	Estrutura curricular, 1939-1945: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano	36
Figura 03 -	Estrutura curricular, 1945: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano.	39
Figura 04 -	Exemplos de cartilhas de educação alimentar dirigida ao trabalhador e sua família.	41
Figura 05 -	Estrutura curricular, 1940/1964: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano.	50
Figura 06 -	1� currículo mínimo, 1964, MEC: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 2 anos.....	55
Figura 07 -	Representação das sugestões das diretrizes para os cursos de nutrição.....	56
Figura 08 -	Estrutura curricular, 1967: disciplinas por ano. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.	60
Figura 09 -	Estrutura curricular, 1971: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.	62
Figura 10 -	Exemplos de materiais utilizados na Educação Alimentar.	67
Figura 11 -	Estrutura curricular, 1972: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 4 anos.	69
Figura 12 -	2� currículo mínimo, 1974, MEC: disciplinas por ano com carga horária total de 2.880 horas. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.....	70
Figura 13 -	Estrutura curricular, 1976: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 4 anos.	73
Figura 14 -	Níveis de prevenção da subnutrição, modificado por Valente (1986)	74
Figura 15 -	Estrutura curricular, 1980: disciplinas obrigatórias por ano e carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, integralizado em 4 anos. Faculdade de Saúde Pública da USP.....	78

Figura 16 -	Exemplos de materiais utilizados na Educação Alimentar.	84
Figura 17 -	Estrutura curricular, 1983: disciplinas por ano com carga horária. (primeira turma: Curso de Graduação em Nutrição, turma de 40 vagas-formados em 1986), período integral, ministrado em 4 anos.	86
Figura 18 -	Estrutura curricular, 1996: disciplinas por semestre com carga horária. Curso de Graduação em Nutrição, período integral, ministrado em 5 anos.	89
Figura 19 -	Estrutura curricular, 1999: disciplinas por semestre com carga horária. Curso de Graduação em Nutrição, período matutino, ministrado em 5 anos.	90
Figura 20 -	Estrutura curricular, 2001: disciplinas obrigatórias por ano e carga horária. Curso de Graduação em Nutrição, período matutino e noturno, integralizado em 5 anos.. Faculdade de Saúde Pública da USP.	101
Figura 21 -	Descrição das competências profissionais por área de competência.	102
Figura 22 -	Habilidades e competências relacionadas ao cuidado à saúde individual	103
Figura 23 -	Habilidades e competências relacionadas ao cuidado à saúde coletiva	104
Figura 24 -	Habilidade e competências relacionadas à gestão do trabalho em saúde.	105
Figura 25 -	Habilidades e competências relacionadas à educação em saúde	106
Figura 26 -	Distribuição de horas e disciplinas por área de competência.	110
Figura 27 -	Distribuição de horas e disciplinas por eixo temático.	114
Figura 28 -	Exercício de sistematização das disciplinas atuais e aquelas a serem criadas, visando a classificação por similaridade de conteúdo.	115
Figura 29 -	Disciplinas relacionadas ao eixo Cuidado Dietético.	116
Figura 30 -	Disciplinas relacionadas ao eixo Segurança Alimentar e Nutricional	117
Figura 31 -	Estrutura Curricular proposta para 2012: disciplinas da estrutura atual por semestre, carga horária e eixo temático.	123
Figura 32 -	Estrutura Curricular proposta para 2012: disciplinas da estrutura atual por semestre, carga horária e eixo temático.	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3 MOMENTOS E MOVIMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	30
3.1 Criação do curso de nutricionistas	31
3.2 Nutricionista como profissão regulamentada.....	47
3.3 Consolidação do Ensino em Nutrição	63
3.4 Ensino Superior em Nutrição: sob nova direção.....	85
4 A REFORMULAÇÃO ATUAL: O PROCESSO.....	102
4.1 O Olhar dos estudantes	118
4.2 Estrutura atual	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6 REFERÊNCIAS	136
ANEXOS.....	147
Anexo 1 - Decreto nº 10.617 - Cria o Curso de Nutricionista	147
Anexo 2 - do Conselho Federal de Educação que altera a denominação do Curso de Nutricionistas para Curso de Nutrição.....	151
Anexo 3 - Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001. - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.....	154
Anexo 4 - Estrutura Curricular 2012/159.....	160

1 INTRODUÇÃO

A formação de profissionais da área de saúde vem aumentando, tanto para atender às atuais demandas mercadológicas como, também, para contribuir com o direcionamento das políticas de saúde (VOLPATO, 2011). Entretanto, essa formação apresenta-se com limitação de conteúdos que possibilitem compreender a saúde sob uma perspectiva integral, considerando seus determinantes, tais como alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, acesso e posse da terra e acesso e acesso a serviços de saúde (AMÂNCIO-FILHO, 2004).

Nesse sentido, a análise das estruturas curriculares utilizadas para a qualificação desses profissionais e do desenvolvimento de competências para o exercício da profissão tem sido pauta de vários trabalhos. Inadequações de conteúdo e de práticas pedagógicas que envolvam a pluralidade das necessidades do sistema de saúde indicam a necessidade de aproximação entre o setor educacional, principalmente do ensino superior, e o setor saúde (PIERANTONI, 2001).

O ensino superior de profissionais da saúde tem sido abordado por vários estudos. Além disso, revistas especializadas têm tratado desse assunto de modo sistemático. Podem-se citar como exemplo, as publicações sobre a formação médica, temática da Revista Brasileira de Educação Médica (STOCK *et al.*, 2012) que congrega pesquisadores e todas as faculdades de medicina do país; a formação em enfermagem que tem sido destaque em várias revistas de enfermagem (LIMA *et al.*, 2012), assim como a formação odontológica (TOASSI *et al.*, 2012; FERRARI *et al.*,

2012), que também vem sendo abordada em revistas específicas das suas correspondentes áreas.

Divulgação de pesquisas e de reflexões sobre a formação tem se ampliado e pode ser encontrada em publicações específicas, como revista sobre recursos humanos em saúde, editada pela própria Organização Mundial da Saúde (HAWTHORNE; ANDERSON, 2009) e revistas americanas destinadas a publicação de estudos sobre a formação de profissionais não médicos (PROSPERO, DI; BHIMJI-HEWITT, 2011; LOWE-HEISTAD *et al.*, 2013). Observa-se assim, a importância que este tema tem conquistado nas duas últimas décadas em nível nacional e internacional resultando, inclusive, em observatórios que realizam pesquisas específicas e agregam pesquisadores.

Embora, em um primeiro momento, parecessem escassos os estudos sobre a formação do nutricionista no Brasil publicados como resultados de pesquisa sobre o tema, percebi ao iniciar a leitura e a busca de documentos sobre o assunto, que não eram tão poucos assim. Além disso, estudos sobre a formação de outros profissionais da área da saúde existem há muito tempo, assim como, estudos sobre a profissão e a formação do nutricionista.

A história da nutrição e do nutricionista tem sido retratada em alguns documentos. Dentre estes, destaco a coletânea de textos e depoimentos publicados em formato de livro, em 1991, pela Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), os artigos de Vasconcelos (VASCONCELOS, 2002; VASCONCELOS, 2007; VASCONCELOS; CALADO, 2011;) e os de Boog (BOOG, 1997, 2011). Além destes, retratam a trajetória dos cursos de Nutrição a publicação do Ministério da Educação e Cultura, em 1982, analisando o currículo dos cursos até aquele momento

(BRASIL, 1982) e, mais recentemente, em 2004, a publicação em parceria com o Ministério da Saúde, como parte da coletânea que descreve os 14 cursos de graduação na área da saúde (HADDAD *et al.*, 2006; SIMONARD-LOUREIRO *et al.*, 2006).

Vasconcelos (VASCONCELOS, 2002), em seu primeiro texto, faz uma análise da trajetória da profissão de nutricionista e comenta que o Brasil adota um recorte histórico baseado em quatro fases distintas. Essa análise é substantiada pela coletânea da ASBRAN e algumas teses disponíveis em formato de livro especialmente de Bosi (BOSI, 1996) e da própria tese do autor que versou sobre o processo de constituição do campo da Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco, no período de 1930-1982.

A primeira fase da trajetória da profissão é denominada, pelo autor, de Fase da Emergência da Profissão (1939 a 1949), representando esse período pela criação do primeiro curso de nutricionistas na Universidade de São Paulo e os demais cursos pioneiros.

Nos anos seguintes, a fase denominada Consolidação da Profissão (1950 a 1975), caracteriza-se tanto pela ampliação do número de cursos, de nutricionistas e de áreas de atuação, quanto pela luta para regulamentação da profissão (VASCONCELOS, 2002) encabeçada pela Associação Brasileira de Nutricionistas.

Vasconcelos denomina como terceira fase da história da profissão, conhecida como Evolução da Profissão (1976 a 1984), aquela que se destaca pela instituição do 2º Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e pela criação dos Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas (VASCONCELOS, 2002).

A quarta e última fase da evolução dos cursos de nutrição, representando a Reprodução Ampliada (1985 a 2000), caracteriza-se pelo crescente processo de mobilização e politização da categoria, que resultou na realização de eventos técnico-científicos, como congressos e seminários, estando diretamente relacionada à implementação da Política Nacional de Saúde. (VASCONCELOS, 2002)

O segundo texto sobre a trajetória remete à análise do perfil dos profissionais e dos cursos de graduação em nutrição, mostrando uma ampliação quantitativa, mas que não possibilitou, necessariamente, um avanço qualitativo da atuação do nutricionista no Brasil (VASCONCELOS; CALADO, 2011).

Acredito que ainda exista a necessidade de explorar e evidenciar o contexto, tanto geral quanto específico, da formação profissional do nutricionista, pois não foram descritos o impacto desta trajetória na estrutura curricular dos cursos e, especificamente, as alterações nas oportunidades de formação do nutricionista como educador.

Boog em seu artigo “Educação Nutricional, passado, presente e futuro”, abordou um pouco da história da educação nutricional como uma disciplina e como uma atividade privativa do nutricionista (BOOG, 1997). Nesse texto, a autora destacava a importância, naquele momento histórico, da Coordenação de Orientação Alimentar do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, colocando a importância das atividades educativas e como elas estavam sendo concebidas em diferentes documentos disseminados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Nos anos 90 a Educação Nutricional, como

disciplina, era obrigatória no currículo mínimo do curso de formação do nutricionista.

Os documentos analisados pela autora reconhecem palavras como educação e orientação nutricional, apontando as diferenças entre uma e outra, indicando que seria, naquele momento, um referencial teórico que poderia ser utilizado pelos serviços públicos de saúde no país. Ela trazia à tona os principais desafios para a Educação Nutricional: a necessidade de construir teorias que pudessem respaldar tanto as pesquisas quanto as atividades, os métodos de abordar os problemas de alimentação, focando principalmente a formação do nutricionista com esses conceitos, a necessidade social de ações de educação nutricional e a inexistência de profissionais habilitados para o desenvolvimento dessas atividades, em especial o nutricionista nos serviços públicos de saúde, e a necessidade de pesquisas na área, principalmente dos docentes que ministram a disciplina na graduação.

A educação nutricional nos anos 50 e 60, aparece, nesses documentos, como uma missão de todos e não era identificada a responsabilidade de um ou de outro profissional. Muito pelo contrário. Alguns documentos da própria OMS eram destinados a diferentes trabalhadores como agrônomos, economistas, médicos, trabalhadores sanitários em geral. A organização do conteúdo e das estratégias era planejada de forma vertical e internacional, recebendo os profissionais, então, treinamento para executá-los. Esses profissionais recebiam também orientação sobre métodos e estratégias de ensino e de avaliação destas atividades.

Nos anos 1970/80, em função da mudança das perspectivas dos problemas alimentares, a Educação Nutricional passa pelo que pode ser chamado de um exílio,

dado que a informação ou ensino de nutrição não traria mudanças nas necessidades alimentares da população que estariam diretamente relacionadas à questão da renda.

Alguns documentos da OMS nos anos 80, como o Manual de Educação para Nutricionistas, foram elaborados para o planejamento científico no processo de ensino e aprendizagem. A alimentação adequada tinha como principal obstáculo a questão da renda. O binômio anterior alimentação/educação transforma-se em alimentação/renda e, por isso, a Educação Nutricional deixa de ser prioridade passando por um exílio. A referência de exílio é uma denominação utilizada por Castro e Peliano, em 1985 (CASTRO; PELIANO, 1985). Entretanto, a Educação Nutricional continuava nos cursos de nutrição como disciplina ou com seus conteúdos integrados à disciplina de Saúde Pública. Além disso, a questão da alimentação e nutrição também era tema da formação de outros profissionais, principalmente médicos e enfermeiros que atuavam na linha de frente, no desenvolvimento de ações relacionadas à educação nutricional.

O exílio pelo qual a Educação Nutricional passou não foi apenas nas organizações e nos serviços, mas também no ambiente acadêmico, pois não havia pesquisas ou estudos envolvendo e aperfeiçoando teorias e métodos. Apontou, Boog (BOOG, 1997), a necessidade de investir em pesquisa, especialmente na formação dos docentes que ministravam a disciplina.

Alimentação é um tema complexo e a mudança de hábitos alimentares é um grande desafio em função dessa complexidade. O principal motivo é que, ao longo do tempo, as sociedades adquirem normas e hábitos do que comer. Esses hábitos são incorporados por longo processo de experimentação social, por tentativa e erro. Assim, as sociedades desenvolvem um saber nutricional que se mescla e se confunde

com os hábitos de origem puramente ritualista. Certos hábitos podem ter respondido a uma determinada necessidade, depois perdem a sua validade e passam a ter normas religiosas. Um exemplo é a proibição de carne de porco aos judeus que teria sido ditada pelas condições pouco sanitárias da carne daquela época (CASTRO; COIMBRA, 1985).

A correta identificação do que é alimento, sua conservação e preparo não são realizações menores e devem ter custado muitos envenenamentos. Há, também, muita proeza, como, por exemplo, tornar comestível a mandioca brava. Por meio de tentativas, a humanidade foi progressivamente aprendendo a se alimentar; aquilo que parece dar certo se incorpora aos hábitos, passa a ser aprovado e mesmo ritualizado. Nesse sentido, considerar que os hábitos alimentares de uma determinada população precisam ser alterados torna-se um grande desafio e esse sempre foi o contexto da Educação Nutricional: mudar e incorporar hábitos relacionados à alimentação.

Na leitura destes artigos, é possível verificar a ênfase dada à descrição do nutricionista no Brasil por Vasconcelos e a valorização de documentos internacionais no texto de Boog. Não são mencionados aspectos ligados ao contexto do ensino superior nem da formação do nutricionista como educador.

Não tenho a pretensão de complementar os trabalhos, mas descrever a trajetória de forma cronológica, destacando alguns fatos que aconteciam no Brasil e o que acontecia internamente no curso de Nutrição da Universidade de São Paulo. Não são mencionados, por exemplo, alguns trabalhos de Rodrigues (RODRIGUES, 2009, 2007a) que procuram descrever a Nutrição no âmbito do Estado de São Paulo.

Além disso, várias pesquisas foram e vem sendo realizadas no âmbito da pós-graduação em diversas áreas, tendo como tema a formação do nutricionista. Essas

teses têm sido oportunas para sistematizar as várias experiências pedagógicas (FORSTER, 2004; SOARES, 2007; COSTA, 2009; FROZI, 2010; VIEIRA, 2011; PEDROSO, 2012). Entretanto, a base histórica destas teses tem sido as publicações de Vasconcelos que evidencia o profissional, mas não a formação.

Assim, a trajetória da formação profissional tem sido tema presente, mas ainda restrito e com necessidade de ser elucidado com novos enfoques e contextos específicos da área da formação dos recursos humanos em saúde.

Agregado a isso, não posso deixar de mencionar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição que estabelece, como uma das diretrizes, a importância da formação dos recursos humanos da área da saúde, e destaca a importância da formação de nutricionistas no Brasil (BRASIL, 2012a).

Por outro lado, a Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou atividades para construir, de forma coletiva, o documento de natureza intersetorial denominado: “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas”, e que foi publicado em 2012 (BRASIL, 2012b). Esse documento tem como objetivo

promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos. (BRASIL, 2012b)

Para abordar os processos de produção, abastecimento e transformação e os aspectos nutricionais relacionados à alimentação e nutrição, no documento, “adota-se o termo Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e não o termo Educação Nutricional ou Educação Alimentar” e é definido como:

campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar. (BRASIL, 2012b)

O documento apresenta a EAN como disciplina e como campo de prática profissional e integra o currículo obrigatório dos cursos de graduação em Nutrição. Entretanto, está descrito nesse Marco de Referência que outros profissionais podem e devem se envolver nas ações e, ainda, terem acesso a programas de formação e educação continuada que abordem a temática. No contexto de formação, destaca-se:

- formulação e ampliação do acesso a métodos de ensino específicos para a formação em EAN;
- ampliação e valorização de atividades de integração teórico-práticas;
- articulação do ensino de EAN com os campos de conhecimento em ciências humanas (sociologia, antropologia, ética e filosofia);
- ampliação da utilização de referências teóricas na área de pedagogia e educação e
- investimento na educação permanente dos docentes responsáveis pela disciplina de EAN.

O documento menciona, também, que quando envolver indivíduos ou grupos com alguma doença ou agravo que necessitem da EAN como recurso terapêutico integrado ao processo de cuidado e cura deste agravo, as ações são de responsabilidade de profissionais com conhecimento técnico e habilitação em EAN.

Nesse caso, as abordagens técnicas e práticas em EAN devem respeitar as especificidades regulamentadoras das diferentes categorias profissionais.

Acredito que os elaboradores do documento esclarecem que, em situação patológica e com a necessidade de uma dieta específica, é necessária a presença do nutricionista. Entretanto, outros profissionais também realizam atividades educativas nessa área como engenheiro agrônomo, economistas domésticos, médicos em diferentes especialidades.

Verifica-se, pois, que tanto o Ministério da Saúde quanto o Ministério do Desenvolvimento Social tem pautado as suas políticas, ações e programas incluindo a formação dos profissionais da área da saúde e, mais especificamente, do nutricionista.

Além disso, não posso deixar de mencionar que a alimentação foi incluída na Constituição Brasileira como um dos direitos sociais, juntamente com a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Essas alterações e a própria implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) são o resultado de uma mobilização social nas últimas décadas, pautando o direito das pessoas a terem uma alimentação adequada e no combate a fome e a miséria. Esses temas estão diretamente relacionados às atividades profissionais do nutricionista e, conseqüentemente, o conteúdo correspondente deve estar presente na sua formação (VIEIRA, 2011).

O expressivo aumento de cursos de nutrição no Brasil e o consequente aumento no número de egressos, ou seja, nutricionistas, não têm garantido o aumento da taxa profissional/habitante (VASCONCELOS; CALADO, 2011). O nutricionista ainda é o profissional que apresenta o menor contingente entre as profissões de saúde (medicina, enfermagem, odontologia, farmácia e nutrição) analisadas em estudo sobre a trajetória dos cursos de nutrição no Brasil (VASCONCELOS; CALADO, 2011). Nesse sentido, destaca-se a importância de estudos que possam contribuir para aprimorar não somente a quantidade, mas também a qualidade desse profissional em função do seu papel na sociedade contemporânea que apresenta vários problemas de saúde relacionados às questões alimentares e nutricionais.

Ao longo da trajetória histórica dos cursos de nutrição, vários foram os fatores que influenciaram na qualidade e na quantidade de nutricionistas no mundo do trabalho e, na sua maioria, ligado ao processo de formação. Refletir sobre a formação desse profissional, portanto é refletir sobre os cursos de nutrição. Isso porque, pelas leis brasileiras, para ingressar nessa ocupação é necessário “que o trabalhador tenha curso superior em nutrição” (BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002).

Assim sendo, a presente tese tem por objetivo analisar o contexto e processo das reformulações curriculares do Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e o impacto no conteúdo relacionado à Educação Nutricional a partir de trechos descritos na literatura brasileira sobre o tema, a fim de contribuir com estudos sobre a formação e atuação dos recursos humanos em saúde.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa baseada em estratégia de estudo de caso. O método utilizado foi de análise documental. A fim de corroborar evidências e acrescentar informações, foram realizadas pesquisas documentais e no processo de coleta de documentos. Para a realização deste estudo, foram selecionados os seguintes documentos:

- Projeto Político Pedagógico atual;
- Relatórios de oficinas realizadas pelo Grupo de Apoio Pedagógico da Faculdade de Saúde Pública e documentos analisados durante esse processo;
- Anotações sobre o curso de nutrição em arquivos da FSP, escritos por Ignes Salas Martins, nos anos 90;
- Livro mimeografado, escrito por Maria Lucia Ferrari Cavalcanti, que retrata a trajetória do curso de nutrição até 1995;
- Estruturas curriculares do Curso de Nutrição, em datas selecionadas;
- Website da Associação Paulista de Nutrição e do Conselho Federal de Nutricionistas;
- Teses e dissertações sobre o tema

Para a análise, considerando os objetivos propostos, foi realizada a seleção de estruturas curriculares representativas das mudanças significativas no curso e descrito o contexto dessas mudanças.

3 MOMENTOS E MOVIMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A análise dos registros, sobre a história do Curso de Nutrição da Universidade de São Paulo, apontou vários momentos e movimentos de reformulação do Projeto Político Pedagógico que aconteceram ao longo desses quase 75 anos do curso. Nesse sentido, algumas considerações iniciais são fundamentais para indicar os movimentos de mudanças curriculares significativos que aconteceram ao longo desses anos. As mudanças no nome, no número de vagas e na duração do curso marcaram a trajetória do mesmo. (Fig. 01)

O curso foi criado em 1939, como “Curso de Nutricionista”, oferecendo 20 vagas e tinha a duração de um ano.

O nome Curso de Nutricionistas foi alterado para Curso de Graduação de Nutricionista em 1967 e, posteriormente para Curso de Nutrição, em 1983.

Em 1984, duplica o número de vagas passando a ter 40 ingressantes por ano. A partir de 2001, institui-se o período noturno constituindo a oferta atual: duas turmas (matutino e noturno) com 40 vagas cada, totalizando 80 ingressantes por ano, com a mesma estrutura curricular para ambas as turmas.

A duração do curso foi de um ano até os cursos de nutricionistas serem reconhecidos como nível superior quando foi interrompido, na Universidade de São Paulo, para reestruturação, em 1964. De 1967 a 1971, a duração do curso foi de três anos, em período integral, quando acontece nova reestruturação curricular, passando o curso para quatro anos. A primeira turma de 4 anos, em período integral, começa em 1972, tendo se formado, então, em 1975.

Em 1995, a duração do curso altera novamente, quando da implantação de uma nova estrutura curricular para 5 anos de duração em período parcial, formato que se manteve com a implantação do curso noturno em 2001.

Após 2001, várias atividades foram realizadas que resultaram na nova estrutura curricular vigente a partir de 2012 com a implantação de novo Projeto Político Pedagógico (PPP).

Figura 01 - Trajetória do Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no período de 1939 a 2012.

3.1 CRIAÇÃO DO CURSO DE NUTRICIONISTAS

A implantação do Ensino Superior em Nutrição no Brasil, nos anos de 1940, é reflexo de marcos histórico-sociais e políticos relacionados diretamente à área da educação e à área da saúde, pois os primeiros cursos foram implementados quando essas áreas começaram a se constituir de forma concreta no país.

No que se refere à Educação Superior, por exemplo, apesar de iniciativas como a criação da Universidade do Brasil, pelos jesuítas na Bahia em 1592, o Brasil foi um dos últimos países latino-americanos a instituir universidades, fato que somente ocorreu nos anos 30 (MORHY, 2004).

A primeira universidade a ser criada e que não foi imediatamente extinta, foi a Universidade do Rio de Janeiro. Criada em 1920, a partir da união da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, apresentava a influência do modelo francês caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal (PAULA, 2009).

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), refere Morhy, citado por Pedroso (PEDROSO, 2012) houve um grande crescimento na demanda mundial pelo ensino superior. Refletindo também no Brasil, este acontecimento exigiu mudanças nos modelos organizacionais e pedagógicos das universidades, com ampla diversificação, expansão e maior fixação dos docentes na vida acadêmica, criando-se a profissionalização do pesquisador ou docente.

Um exemplo da expansão e inovação universitária desse período foi a criação da Universidade de São Paulo (USP) e com ela se estabeleceram as bases para a atual estrutura universitária nacional (MORHY, 2004). Criada em 1934, caracterizava-se por várias aproximações com a concepção alemã de universidade que enfatiza a importância da pesquisa na universidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação (PAULA, 2009).

É nesse contexto que surge, na Universidade de São Paulo, o primeiro curso de formação de nutricionistas no Brasil. Criado, em 1939, na então Escola de Higiene e Saúde Pública, por iniciativa de seu Diretor Prof. Geraldo Horácio de Paula Souza, recebeu o nome de Curso de Nutricionistas por ser a mesma designação usada, na época, pelos Estados Unidos, para os dietistas envolvidas no combate à desnutrição, com várias atividades junto à população promovendo a saúde de mães e crianças, por meio de programas de educação e assistência alimentar (CAVALCANTI, 1996).

Nos anos 30, a ciência da Nutrição já era de interesse de vários profissionais como médicos, químicos, sociólogos e farmacêuticos que, assim como Paula Souza sentiram a necessidade de formar profissionais qualificados para a implementação de programas relacionados à alimentação e nutrição em diferentes cenários (ARRUDA; CAMPOS, 2001).

As pesquisas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da Segunda Guerra Mundial, foram muito encorajadas por estados e empresas brasileiras. Em muitas universidades chegou a ser a principal atividade acadêmica, em detrimento ao ensino, pois havia a compreensão de que a pesquisa científica era um elemento necessário ao desenvolvimento do país e seu aprimoramento necessitava das organizações institucionais, como refere Mance, em 1999, citado por Pedroso (PEDROSO, 2012).

Um marco histórico e significativo ocorreu no governo provisório, instalado com a Revolução de 30: unir a pasta de saúde pública e a educação em uma única pasta criando o Ministério da Educação e Saúde Pública. Esse Ministério tinha como responsabilidade o estudo e o despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar. Entendiam que o homem não poderia atuar no

sentido da eficácia e da eficiência social se estivesse fisicamente incapaz ou vivesse em meio inadequado para uma vida saudável (FERREIRA, 2006).

Assim, vários institutos de pesquisa foram criados por esse Ministério da Educação e Saúde Pública, ao longo das décadas de 1930 e 1950 com o objetivo fundamental de dotar o Governo Federal de estrutura, de um foco de elaboração, de um conhecimento considerado válido - porque era baseado na ciência e na técnica - que servisse para subsidiar a tomada de decisão política (FERREIRA, 2006).

A primeira metade da década de 1920 foi uma época de adensamento das discussões sobre alimentação, principalmente em São Paulo e na capital do país, Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, foi o período de implementação de pesquisas e propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares, principalmente no âmbito da Higiene, campo de conhecimento que abarcava ciências biológicas e sociais e elementos da educação (RODRIGUES, 2007a).

Em outubro de 1923, no I Congresso Brasileiro de Higiene, quatro dos vinte temas abordados eram de alimentação: fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios, abastecimento do leite, alimentação do escolar e pré-escolar e alimentação dos soldados brasileiros. Esses temas permearam os próximos congressos e outros foram incluídos como a produção, conservação e enriquecimento de alimentos; a alimentação dos operários e a aplicação de inquéritos alimentares (RODRIGUES, 2007a).

Apesar do interesse pelo tema ser de diferentes profissionais, foram os médicos os principais responsáveis pela criação de cursos de nutricionistas tanto em nível médio como de especialização na área de alimentação e nutrição.

Um artigo publicado pelo Correio da Manhã, em 1966 e anexado à coletânea da ASBRAN, descreve a fase inicial de implantação dos cursos de Nutricionista, a saber:

coube a São Paulo, por iniciativa da Secretaria de Agricultura e Educação, no Departamento de Ensino Profissional, a instalação do primeiro curso de Dietistas em nosso país, dirigido por Pompeu Amaral. Um ano após, em 1939, Paula Souza, na Universidade de São Paulo, instalou um curso semelhante de Nutricionista e, também, outro de formação de Educadores e Visitadores de Alimentação, cursos estes funcionando na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, daquela Universidade. (ASBRAN, 1991)

Em outro trecho da coletânea há uma citação específica sobre um Decreto do Governo do Estado de São Paulo, de 03 de março de 1939, que criou na Escola Profissional Feminina, os cursos de Dietética para donas de casa e de Auxiliares em Alimentação, com “o objetivo de cooperar na campanha de racionalização da nutrição popular”. É nessa Escola que, em 1953, é criado o Curso de Dietistas e em 1961, passa a se chamar Curso Técnico de Dietética (ASBRAN, 1991).

Essa citação e o texto publicado no jornal Correio da Manhã mostram claramente o pioneirismo de São Paulo na implantação de cursos relacionados à alimentação e coube à USP o pioneirismo de criação de curso de formação de Nutricionistas. No entanto, na capital do país, Rio de Janeiro, eram criados outros de auxiliares em alimentação que, mais tarde dariam origem a outros cursos de nutricionistas.

Ao reorganizar o Ministério da Educação, em 1935, o Governo Federal define que cabe à União “enumerar quais os serviços federais de educação deverão ser criados, mantidos e dirigidos”. Nesse cenário, em 1937, é criada a Universidade do Brasil, sem referência ao princípio de autonomia universitária (FÁVERO, 2006).

Esse era o cenário do surgimento do nutricionista na sociedade brasileira e emerge como parte integrante do processo de modernização da economia brasileira conduzida pelo Estado Novo da era Vargas (BOSI, 1996). No final dos anos 1940 e início dos anos 1950, multiplicam-se universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem a idêntica preocupação com a pesquisa e a produção do conhecimento, valorizada pela luta por uma autonomia universitária (FÁVERO, 2006).

E o que esses futuros nutricionistas deveriam saber?

O decreto de criação do curso de nutricionistas na USP, estabeleceu que haveria uma parte preliminar de três meses e outra, especializada, de oito meses. A parte preliminar compreendia Anatomia, Fisiologia Humana e Química Biológica. A parte especializada incluía os Estudos dos Alimentos, da Digestão, do Metabolismo Intermediário, das Principais Doenças do Metabolismo e, por fim, dos Regimes-Alimentares (Fig 02). Esse decreto, também, abria a possibilidade de inclusão e exclusão de matérias, se conveniente para o ensino.

Figura 02 - Estrutura curricular, 1939-1945: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano.

Fase Preliminar	Fase Especializada
Anatomia humana Fisiologia humana Química biológica	Estudo dos alimentos Estudo do metabolismo Estudo das doenças do metabolismo Regimes alimentares

Destaca-se, no decreto, que o curso seria ministrado “sem qualquer gratificação adicional, pelos funcionários técnicos do Instituto de Higiene”. Para a admissão no curso, era necessária a realização de exame vestibular, sendo que somente poderiam se candidatar os educadores sanitários, diplomados em Farmácia pela Faculdade de Farmácia e diplomados pelo Instituto Profissional Feminino.

Entretanto, estava reservada, independentemente do vestibular, vagas para os Educadores Sanitários e, também, os diplomados pelas Faculdades de Filosofia nas áreas de Física, Química e Ciências Naturais. O decreto definia que os alunos egressos ficavam habilitados a exercer cargos de nutricionistas e a reger cadeiras de nutrição em escolas elementares.

No Rio de Janeiro, em 1939, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) criava um pequeno curso, com a finalidade de formar auxiliares de alimentação e orientar os seus servidores nas questões alimentares. O curso de Auxiliares de Alimentação era organizado por Josué de Castro, médico do IAPI e tinha por objetivo formar recursos humanos para implementar um restaurante destinado aos industriários do Distrito Federal (DF). Nesse mesmo ano, o Ministério do Trabalho criava o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), onde foi realizado o segundo Curso de Auxiliares, sob a coordenação de Dante da Costa. Era assegurada, às candidatas desse curso, uma bolsa de estudos e o compromisso de trabalhar nos SAPS dos estados de origem. O Curso de Nutricionistas começou a funcionar nessa instituição, em 1944, com conclusão em dois anos, sendo interessante destacar que o SAPS também oferecia curso de Nutrólogo. Em 1967, o SAPS é extinto e a Escola de Nutrição passou a integrar a Federação das Escolas

Federais do Estado da Guanabara e, posteriormente, com sua extinção, a Universidade do Rio de Janeiro (ASBRAN, 1991).

Identifica-se, nos anos de 1940 e 50, na área da alimentação e nutrição a criação de uma série de instituições dedicadas à investigação de programas nutricionais. Segundo Bengoa, o Instituto Nacional de Nutrição, dirigido por Josué de Castro, era a instituição mais importante. O Instituto contava com uma unidade clínica no Hospital Santa Casa de Misericórdia. Existia também o Serviço de Alimentação da Previdência Social dirigido por Dante da Costa que se ocupava dos restaurantes industriais e possuía um grande laboratório de Bromatologia. (BENGOA, [S.d.]).

Em São Paulo, o curso de Nutricionistas, sofre uma mudança importante relacionada à sua gestão. O Instituto de Higiene, como era conhecido a Escola de Higiene e Saúde Pública, tem uma atuação marcante na área de Higiene no estado e, mesmo com as alterações na sua denominação sempre é mencionado como Instituto.

O Instituto de Higiene passou a ser denominado Escola de Higiene e Saúde Pública, em 1931, ligada à Secretaria de Educação e Saúde do Estado de São Paulo. Com a criação da USP, a Escola é integrada à cátedra de Higiene da Faculdade de Medicina, em 1938. Entretanto, após o empenho de Borges Vieira, diretor da Escola naquele momento, é incorporada à USP como unidade autônoma de ensino, em 1945. Essa alteração resultou na instituição das “cadeiras” e nomeados os primeiros “catedráticos” da nova unidade.

Agora denominada Faculdade de Higiene e Saúde Pública (FHSP) da Universidade de São Paulo, a unidade responsável pelo curso de nutricionistas, elabora o regulamento do curso que entra em vigor em janeiro de 1946, excluindo os

farmacêuticos entre os candidatos ao exame vestibular e a inclusão de enfermeiras diplomadas.

O curso de nutricionista naquele momento era regulamentado por um novo decreto do governo paulista que altera a estrutura curricular e estabelece a duração de dois anos incluindo novas “cadeiras” (Fig 03). Entretanto, os demais documentos, ao se reportarem ao curso nesse período, sempre fazem referência a um ano de curso oferecido em dois períodos letivos. Além disso, nesse período inicial a lista de formando sugere uma formatura anual. Nesse sentido, é possível inferir um provável equívoco no documento do decreto entre “ano letivo” e “semestre” e o curso realmente continua a ser oferecido em um ano letivo.

Figura 03 - Estrutura curricular, 1945: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano.

Matérias	
Anatomia humana	Arte culinária
Fisiologia humana	Fisiopatologia da nutrição
Química biológica	Dietética
Bromatologia e Tecnologia alimentar	Economia doméstica e Serviço social
Alimentação do homem são	

Destaca-se, nesse decreto, a denominação Curso de Nutricionista, do *Centro de Estudos sobre Alimentação, anexo ao Instituto de Higiene*. Essa mesma denominação aparece no decreto de criação, em 1939. Esse termo “anexo” acompanhou durante décadas as atividades didáticas do curso de nutricionistas e do próprio Centro de Estudos sobre Alimentação que tinha uma estrutura independente do prédio principal.

Verifica-se uma diferença significativa entre os cursos oferecidos no DF daquele oferecido pela USP em termos de perfil de clientela. Enquanto no DF a oferta dos cursos era para alunas de diferentes regiões do país, que recebiam uma bolsa de estudos e a certeza de serem contratadas para a implantação dos SAPS em seus estados, em São Paulo o foco eram as Educadoras Sanitárias.

O Curso de Educadoras Sanitárias era oferecido pela própria FHSP, desde 1925, quando implantou os Centros de Saúde no Estado de São Paulo. Era uma política de saúde pública que entendia os problemas de higiene como resultado da falta de educação sanitária e para eliminar os problemas de saúde, as educadoras visitavam casas, escolas, cortiços e locais de trabalho levando mensagem de saúde (FARIA, 2006).

Em São Paulo, as práticas profissionais dessa mesma época, analisadas por meio de estudo de fotografias, realizado por Rodrigues (RODRIGUES, 2007a), revela a ação de órgãos e profissionais vinculados à administração pública e as más condições de abastecimento e alimentação oferecida aos paulistanos. As imagens captadas serviam aos objetivos dos higienistas como instrumento de denúncia e prova documental para propor intervenções ao poder público e como recurso pedagógico na formação de profissionais de higiene.

Percebe-se, pois, o vínculo entre higiene e educação que pode ser evidenciado também nos conteúdos das cartilhas elaboradas na época sobre a “boa alimentação” que ensinava o que se devia ou não comer (Fig. 04). A educação também estava presente nas ações do governo no Rio de Janeiro, onde Dante Costa instituíra as primeiras turmas de Visitadoras da Alimentação para visitar as famílias e realizar

uma “educação alimentar objetiva e prática”, incluindo “as verdades da ciência alimentar” (RODRIGUES, 2007a).

Figura 04 - Exemplos de cartilhas de educação alimentar dirigida ao trabalhador e sua família.

Fonte: Gambardella, AMD. Arquivo pessoal

As intervenções técnico-científicas ou a elaboração e implementação de políticas públicas objetivavam a transformação da situação alimentar vivida pela sociedade, principalmente pela via da educação, por meio de políticas de educação alimentar (RODRIGUES, 2007a). Essas intervenções permitiram que a ciência da Nutrição delimitasse seus interesses acadêmicos e se consolidaram como discurso competente.

Um exemplo dessas intervenções ocorre em São Paulo. A grande produção de laranjas, em 1940, possibilitou uma tentativa de intervenção pela via educativa. Paula Souza faz uma palestra à Rádio Educadora para inaugurar a Campanha da Laranja, visando a promoção do consumo dessa fruta no momento em que os produtores de laranjas procuravam contatos que lhes permitissem promover o consumo no Brasil, pois o mercado externo havia diminuído, devido a guerra na Europa. Comer laranjas

passaria a ser, a partir de então, um ato patriótico e parte do esforço de manutenção da produção econômica brasileira (RODRIGUES; VASCONCELLOS, 2007b). A campanha foi bem recebida pelos órgãos federais, tornando-se uma campanha nacional que incluía a elaboração e distribuição de folhetos sobre as propriedades nutricionais da laranja.

Fortalecendo esse processo na capital do país, como intervenção técnico-científica, em 1945, a Escola Técnica de Assistência Social, sob a direção de Josué de Castro, incluía entre seus cursos aquele que dará origem ao terceiro curso de nutricionistas. Nessa escola, em 1946, foi criado o Instituto de Nutrição, como resultado da incorporação do Instituto de Tecnologia Alimentar à Universidade do Brasil. A finalidade era realizar uma investigação de natureza biológica e socioeconômica, ligadas a patologias da nutrição e formar técnicos especializados nos problemas de alimentação e nutrição. Assim, em 1948, inicia-se o Curso de Dietistas, com duração de dois anos. Em 1958, há uma alteração curricular, passando o curso a ter duração de três anos e a denominação passa a ser Curso de Nutricionistas (ASBRAN, 1991).

Durante o processo de criação dos cursos para formação de nutricionistas, a profissão era tida como exclusivamente feminina, conforme atestam documentos que a divulgam como: “um novo campo profissional de magníficas oportunidades aberto às moças deste país”, sendo vista também como uma jovem e promissora carreira pelo surgimento da preocupação com o problema alimentar e nutricional da população brasileira e pela emergência da medicina comunitária que empregava o trabalho de outras categorias profissionais, como complementares ao ato médico. A

educação alimentar era vista, então, como uma ferramenta necessária para liberar a sociedade humana da doença e da fome.

Lima, em sua tese de doutorado, ao analisar a Educação Alimentar no Brasil, no período de 1930 a 1946, descreve que o início dos estudos relacionados aos alimentos e à alimentação reportam a dietética como um campo de conhecimento onde estaria presente o dietista e o dietólogo. O dietólogo era o médico que recorria ao conhecimento das áreas da fisiologia, anatomia, química, bacteriologia e patologia para compreender as transformações dos alimentos e tratar as patologias relacionadas a ele. O dietista, então, era concebido como auxiliar do dietólogo e, assim, sua atividade seria a organização e a produção de “rações balanceadas para pessoas sãs e pessoas doente” (LIMA, 2000).

As nutricionistas formadas pela USP colaboraram na implementação de vários serviços de nutrição hospitalar. Como exemplo, pode-se citar a primeira cozinha metabólica do estado, construída no Hospital das Clínicas, destinada à pesquisa na área de “balanços nutricionais”. Esses profissionais também colaboraram na implantação das cozinhas distritais do Serviço Social da Indústria (SESI) e da organização da seção de nutrição do Serviço de Saúde Escolar do Estado de São Paulo.

O cenário para as atividades profissionais do nutricionista vão se delineando aos poucos: centro de saúde, restaurantes, serviços hospitalares, escolas.

Tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a alimentação na escola também era espaço privilegiado de intervenções para atividades de educação alimentar. Entretanto, naquele momento, a merenda escolar ainda era trazida pelas crianças. Algumas iniciativas aconteceram para orientar as mães no preparo da merenda

escolar, mas com a necessidade de “minorar os problemas nutricionais”. A alimentação é incorporada às políticas voltadas para o público infantil, principalmente para aqueles em idade pré-escolar (RODRIGUES, 2007a).

Inquéritos Alimentares também são realizados, voltados para o público familiar resultando em políticas para os trabalhadores. Algumas iniciativas, como os restaurantes populares que já existiam no Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo servindo refeições para os trabalhadores, foram ampliadas em outras fábricas. No caso de São Paulo, a implementação dos restaurantes e cozinhas era de responsabilidade das próprias fábricas e o papel do Estado era de orientação, interpretada como educação alimentar dos trabalhadores (RODRIGUES, 2007a).

No caso do Rio de Janeiro, no SAPS, havia dois tipos de restaurantes: aqueles onde não serviam cardápios fixos e outro que assim o faziam para garantir a escolha adequada dos alimentos. Desta forma, oferecer refeições ao trabalhador surge não só como possibilidade de diminuir as carências nutricionais como também como finalidade mudar o cotidiano alimentar do trabalhador visando criar novos hábitos alimentares ao fornecer refeições adequadas ao indivíduo.

Nesse sentido, o SAPS pretendia “dar alimentação racionalmente planejada, bem preparada e de baixo custo aos trabalhadores”. Além da oferta de refeições promovida nos lares dos trabalhadores ou em outros locais a educação alimentar realizada pela turma da educação composta por um médico e uma visitadora para a “remoção dos maus hábitos alimentares”.

A presença desses primeiros nutricionistas, em seus diferentes cenários de prática profissional, tinha como grande responsabilidade a definição do que a população deveria comer. A análise, feita por Lima, evidencia que a cozinha, naquele

momento, vista como espaço da Arte Culinária, exigia pessoas “com noções de higiene, cuidadosas no preparo” (LIMA, 2000).

Com a ampliação das atividades, outros cursos são criados. A autorização para o funcionamento do curso de Nutricionista, na Universidade Estadual da Bahia, aconteceu somente em 1956, com currículo ampliado para três anos de duração. Esse curso foi implantado com a colaboração da Associação Brasileira de Nutricionista que intermediava, junto à Universidade do Brasil, uma docente nutricionista para instalar o serviço de alimentação no Hospital das Clínicas e ministrar aulas no Centro de Nutrição. Em 1956, esse curso transforma-se em Escola de Nutricionistas da Universidade da Bahia (ASBRAN, 1991)

Logo em seguida, em Pernambuco, Nelson Chaves, em 1956, funda o Instituto de Fisiologia e Nutrição do qual foi Diretor e implantou o sexto Curso de Nutricionistas, em 1957. Em 1962, esse Instituto de Fisiologia e Nutrição deu lugar ao Instituto de Nutrição, atual Departamento de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco (BOURGUES-RODRIGUEZ et al., [S.d.]; “HISTÓRICO DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E DE SEUS ANTECESSORES,” [S.d.]; ASBRAN, 1991).

Segundo Bosi (BOSI, 1996), a criação de cursos para formar nutricionistas estava relacionada à necessidade de responder pela execução/viabilização de ações implementadas pelo Estado em busca da legitimidade dessas ações. Assim, o profissional, através da administração de restaurantes mantidos pelas empresas, era mais um instrumento de alívio de tensões.

Em documento sobre a História da Nutrição na América Latina escrita por Bengoa, há referência que nos anos 1940-50, a Ciência da Nutrição era conduzida pelo Instituto de Nutrição dirigido por Josué de Castro e o SAPS, dirigido por Dante Costa, no Rio de Janeiro. Cita, também, que existiam duas unidades de nutrição em nível universitário: uma em São Paulo, dirigida por Y.R. Gandra, chefe do Departamento de Nutrição da Escola de Saúde Pública, e outra em Recife, no Departamento de Fisiologia, unidade dirigida por Nelson Chaves (RODRIGUEZ *et al.*, [S.d.]). Entretanto, nesse texto não há menção do curso da Bahia.

Os cursos de nutricionistas são criados primeiramente em São Paulo e Rio de Janeiro e se expandem para outros estados do país. Entretanto, os cursos no DF foram criados a partir de outros cursos da área de alimentação e nutrição enquanto em São Paulo o curso de dietista criado por Pompêo do Amaral continuou sendo oferecido como curso técnico nas escolas técnicas do estado de São Paulo (CARVALHO, 2011).

Após 20 anos do primeiro curso, havia outros cinco cursos no Brasil, sendo três na capital do país, Rio de Janeiro. A formação estava ligada aos aspectos fisiológicos da alimentação e aspectos ligados aos alimentos. O campo de atuação era em serviços públicos na área de atenção ao trabalhador e sua família. A educação alimentar era reconhecida como importante, para minimizar a ignorância da população sobre a higiene alimentar.

Importante destacar que o processo de industrialização que ocorreu a partir dos anos 30, também passou a exigir do setor agrícola diversificação e produção de alimentos. Portanto, a atenção ao trabalhador do campo e sua família passa a ser realizada pelos Serviços de Extensão Rural, implementados no país. Instalada em

1940, a Associação de Crédito e Assistência Rural, primeiramente em Minas Gerais, por exemplo, desenvolve cursos de Economia Doméstica e trabalhos de extensão, visando produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilidades para o desenvolvimento tanto individual quanto social (LINS, 1990).

3.2 NUTRICIONISTA COMO PROFISSÃO REGULAMENTADA

Após a criação do Curso de Nutricionista pela Universidade de São Paulo, em 1939, ocorre a criação dos cursos no Rio de Janeiro, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, em 1944. O já criado SAPS instala, então, seu Curso de Nutricionista, o 2º no Brasil. Em 1945 (3º) a Escola Técnica de Assistência Social incluía entre seus cursos, o de Nutrição. Sob os auspícios da Universidade do Brasil, o Instituto de Nutrição criou, em 1946 (4º), o curso de graduação de Nutricionista. Em 1956 (5º), é criada a escola de Nutrição da Universidade da Bahia e em 1957 (6º), a Escola de Nutrição da Universidade de Pernambuco.

Os egressos destes cursos iniciam a consolidação da profissão por meio da formação de entidades que representariam a categoria profissional. Em 31 de agosto de 1949 foi criada a Associação Brasileira de Nutricionistas (ABN) no Rio de Janeiro.

Em função da data de criação da ABN, o dia 31 de agosto passou a ser data comemorativa da profissão como “dia do nutricionista”. A ABN foi resultado do trabalho de Firmina Sant'Ana, sua primeira presidente e pioneira na chefia de um serviço de alimentação; organizou o Serviço de Nutrição do Hospital do Servidor

Público do Rio de Janeiro, e, também, responsável pelo desenho do emblema da profissão, constante de ramo de trigo, balança, cobra, nas cores verde e branca.

A presença do trigo, balança e cobra indicam o campo de conhecimento que a profissão começava a sistematizar: alimentação, equilíbrio e a saúde. Mas como esses conteúdos estavam sendo abordados nos cursos?

Poucas informações estão disponíveis, entretanto Lima pondera que a educação alimentar estava presente e tinha duas vertentes principais. A primeira ligada ao campo da higiene alimentar e a segunda ligada a questões mais técnicas e instrumentais visando a difusão de conhecimentos de higiene (LIMA, 2000).

A questão da higiene estava tão presente que, no curso de nutricionistas da USP oferecido pelo Instituto de Higiene, desde sua criação até 1945, o plano de ensino do Curso de Nutricionistas era de responsabilidade da Cadeira de Higiene Alimentar, cabendo ao Conselho Técnico Administrativo do Instituto, segundo o decreto regulamentador, “dar a relação das disciplinas do Curso e Departamentos (Cátedras) responsáveis por ministrá-las”.

Entretanto, é necessário destacar que a Higiene Alimentar constituía-se de um conjunto de conhecimentos ligados à puericultura, ou seja, aos cuidados e à saúde da mãe e de criança. Na USP, os formandos, desse período tanto do Curso de Nutricionistas como de Educação Sanitária com especialização em nutrição, eram integrados em serviços de Saúde Pública (parques infantis e escolas), serviços hospitalares, serviços de alimentação (indústrias e restaurantes), escolas elementares públicas ou privadas, cozinhas experimentais de empresas de Produtos Alimentícios.

Na década de 1950, houve uma diminuição sensível no número de educadores sanitários no Curso de Nutricionistas da USP. A clientela passa a ser formada de

normalistas, alunos oriundos de escolas profissionalizantes (Educação Doméstica, Auxiliares em Alimentação) e do 2º grau completo. Verifica-se, nesse período um aumento no número de egressos do curso em relação aos anos anteriores, principalmente no início dos anos 60.

Os aspectos educacionais iniciais, presentes na estrutura curricular, podem ser identificados em duas vertentes. A primeira, relacionada ao fato do Curso de Nutricionista estar voltado a uma especialização dos Educadores Sanitários que se formavam no próprio Instituto de Higiene. Assim, seus referenciais de educação seriam aqueles que já haviam sido abordados no curso de Educadores Sanitários. Posteriormente, essa formação pregressa, estaria remetida à formação do ensino “Normal”, dado o aumento da procura por normalistas, para a realização do Curso de nutricionistas.

A segunda vertente está direcionada ao detalhamento da disciplina “Alimentação e Saúde Coletiva” onde há menção da “Educação Sanitária”, “Antropologia” e “Sociologia”. Os aspectos sociais, antropológicos e educacionais seriam abordados quando no desenvolvimento dessas disciplinas.

Verificam-se, no documento anexado ao Livro de Cavalcanti, os nomes das disciplinas que fizeram parte da estrutura curricular nos períodos iniciais, incluindo Educação Sanitária e Sociologia e Antropologia na disciplina Alimentação e Saúde Pública (Fig. 05). Entretanto, essa disciplina e esses temas não aparecem nas estruturas apresentadas pelo decreto de criação e pelo decreto de regulamentação do curso. Provavelmente foram disciplinas incorporadas após o decreto de regulamentação.

Figura 05 - Estrutura curricular, 1940/1964: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 1 ano.

Matérias	
Anatomia Aplicada Fisiologia Aplicada (com Histologia) Bioquímica Nutrição Normal e Metabologia) Bromatologia Alimentação da Gestante e da Criança Dietética e Arte Culinária	Patologia da Nutrição (com Dietoterapia) Alimentação e Saúde Pública (Educação Sanitária, Administração Sanitária, Antropologia, Sociologia) Estágios em Laboratórios, Centro de Saúde, Hospitais, Escolas, Fábricas, Restaurantes Populares e outros

Em São Paulo, em 1954, ocorre a criação da Associação das Nutricionistas da Universidade de São Paulo (ANUSP). Ao mesmo tempo, a já criada ABN iniciou o processo de reconhecimento dos cursos de nutricionista em nível superior. Em 1958, realizou-se no Rio de Janeiro o *1º Congresso Brasileiro de Nutricionistas*, que trouxe como recomendação a eliminação da duplicidade de denominações, nutricionistas/dietistas, em favor da primeira.

Além da ABN, o reconhecimento do Curso de Nutricionistas como nível superior também foi iniciativa do Curso de Nutrição do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e está retratada na coletânea de documentos publicados da ASBRAN (ASBRAN, 1991). Verifica-se que, após vários pedidos junto ao Ministério da Educação e Cultura, desde 1954, a solicitação de reconhecimento teve parecer favorável, em 1962, no qual não havia a menor dúvida “na análise de tão volumoso processo que se arrasta por mais de 20 anos... que o curso de Nutricionista é uma realidade”. O parecer emitido pelo MEC afirma também que os cursos oferecidos no Brasil tinham caráter de nível superior e a profissão de Nutricionista

“embora não regulamentada, é mencionada frequentemente em leis e decisões oficiais”.

Ainda é mencionado que havia a injustiça na legislação de classificação dos cargos públicos federais atribuindo ao Nutricionista uma classificação inferior aos cargos de Enfermeiro e de Assistente Social. Com o reconhecimento, essa desigualdade seria resolvida. Consta, ainda, nesse parecer do MEC que os cursos de nutricionistas em funcionamento no país, além daquele administrado pelo SAPS, seriam beneficiados com esse reconhecimento: Universidade do Brasil, Universidade do Recife, Universidade da Bahia, Universidade de São Paulo e Instituto Municipal de Nutrição da Guanabara (ASBRAN, 1991).

Essas mudanças foram necessárias, pois naquele momento implantava-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases para Educação nacional (LDB). Entretanto, esse debate não era recente, pois após promulgação da constituição de 1934, o primeiro projeto de lei foi elaborado em 1948, e após amplos debates, aprovada em 1961.

Assim, durante estes debates relacionados ao ensino superior, os nutricionistas, apesar de estarem presentes em diferentes cenários de práticas, estavam sendo formados, na sua maioria nos Institutos recém-criados.

Os seis cursos são considerados pioneiros, pois já funcionavam, antes do reconhecimento como sendo de nível superior e foram criados por atos legais, assegurando ao nutricionista o direito de existir de fato como ocupação na hierarquia do serviço público. Agora, com o reconhecimento da profissão como nível superior, o profissional amplia suas possibilidades de atuação.

Com a implantação do governo militar, no final dos anos 60, algumas medidas oficiais resultaram na intervenção da USAID (*United States Agency for*

International Development) em várias áreas. Os relatórios dos assessores estrangeiros se transformaram em decisões do governo que já estava mobilizado para a Reforma do Ensino Superior. Muitas das sugestões foram incorporadas ao Projeto de Reforma Universitária: defesa de autonomia e autoridade, dimensão teórica e administrativa, princípios de eficiência e produtividade, reformulação do regime de trabalho docente e criação dos centros de estudos básicos (FÁVERO, 2006).

Paralelamente a isso, no campo da alimentação, a USAID implantou programas de ajuda alimentar internacional, mediante os quais o governo brasileiro se via na contingência de usar estratégias “educativas” para induzir alguns grupos da população a consumirem os alimentos fornecidos pelos programas. Os programas tinham como principal objetivo aliviar os excedentes agrícolas americanos a fim de manter o preço dos cereais no mercado internacional visando induzir a população a efetivamente consumir aquilo que legitimaria o recebimento desta ajuda externa (CASTRO; COIMBRA, 1985; BOOG, 1997).

No cenário político dos anos de 1960, a Universidade, segundo Trindade, passa a ser uma organização complexa, com um sistema de decisão corporativa ao mesmo tempo em que se modernizava e qualificava o sistema público de educação superior, colocando-o numa posição de liderança na América Latina. A reforma universitária de 1968 determinou que as instituições de ensino superior brasileiras adotassem um modelo de universidade moderna associando ensino e pesquisa, e contemplando diversas áreas do conhecimento (TRINDADE, 2004).

Para esse mesmo autor, essa reforma representa o marco do Estado como orientador de políticas para educação superior, que naquele momento assumia diretamente o controle de várias instituições por meio de intervenções e

patrulhamento ideológico, orientação dos gastos e investimentos para expansão das vagas e para o financiamento da estrutura de pesquisa, considerada no momento uma alternativa para o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo. Ainda, para este autor, houve uma tentativa de formação de uma rede de relações entre atores acadêmicos e o setor produtivo ao estimular uma demanda de pesquisa e estimular a formação de competências em áreas estratégicas.

O mesmo aconteceu entre a universidade e a sociedade através da criação de programas de extensão. A partir da década de 1960, a educação superior experimentou um forte e desigual desenvolvimento, ingressando numa nova fase de massificação das matrículas (TRINDADE, 2004).

No âmbito profissional, os nutricionistas iniciam um novo processo para a valorização da profissão. Simultaneamente ao reconhecimento do curso de formação de nutricionistas em nível superior, a ABN encaminhou o processo de regulamentação profissional que, após vários vetos, foi sancionada pela lei 5.276 (BRASIL, 1967). Nesse momento, ocorre a primeira regulamentação da profissão e que imediatamente resulta no enquadramento, pelo então Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, do nutricionista como profissional liberal autônomo (SIMONARD-LOUREIRO *et al.*, 2006). Nesse sentido, o profissional passa a ter liberdade para exercer a profissão, registrado em conselho profissional e o único que pode exercer as atividades a ele conferidas. O nutricionista transforma-se no profissional responsável pelo seu trabalho, mantendo independência técnica sobre ele.

Desta forma, como destaca Bosi vivencia-se, nesse período, a busca do nutricionista pela sua profissionalização entendida como um conjunto de ações

através das quais uma ocupação, ou semiprofissão busca elevar o seu prestígio, bem como seu poder e seus ganhos. Até aquele momento, o nutricionista era dependente de outros profissionais e existia uma insatisfação dos profissionais quanto a suas atividades exigindo uma mobilização da categoria para criar um projeto que englobasse os rumos a serem percorridos (BOSI, 1996).

A Lei 5276/67 que regulou, pela primeira vez, a profissão Nutricionista e que descreve suas atribuições foi o projeto do Deputado Dirceu Cardoso em 1963. Entretanto, esse assunto já tinha sido pleiteado por outras iniciativas, como o projeto de lei do então deputado, Josué de Castro, em 1959, sem sucesso.

No entanto, a fiscalização do exercício da profissão ficou, pela lei que a regulamentou a cargo do Conselho Federal de Medicina, apesar da proposta inicial de criação do Conselho Federal de Nutricionistas. Interessante destacar que, antes da sua aprovação final, o projeto de regulamentação tinha sido aprovado pelo Legislativo, mas foi vetado pelo Presidente Castelo Branco, em 1966, por considerá-lo contrário ao interesse público. Mas, como o veto foi enviado ao Congresso Nacional, no encerramento do período legislativo vigente, ele foi apreciado, somente no ano seguinte. O novo Presidente Costa e Silva deixou a questão aberta para os líderes de governo decidirem sobre o assunto e, após uma forte mobilização das associações estaduais junto à Câmara e Senado, o veto foi rejeitado pelo Congresso Nacional (ASBRAN, 1991).

Os Cursos de Nutrição tinham a duração de um ano e eram em tempo integral, mas a partir de 1964 este quadro foi modificado, pois com o reconhecimento do curso o MEC fixou o primeiro currículo mínimo com 14 disciplinas e determinou a duração de 2.160 horas integralizadas em um tempo mínimo de dois anos e

máximo de cinco anos, com duração média de três anos para todos os cursos do país (FRANCO, 2006) (Fig. 06).

Figura 06 - 1º currículo mínimo, 1964, MEC: disciplinas por ano. Curso de Nutricionistas, período integral, ministrado em 2 anos.

Fase Preliminar	Fase Especializada
Anatomia Humana	Fisiopatologia da Nutrição
Fisiologia Humana	Técnica Dietética e Arte Culinária
Histologia Humana	Planejamento, Organização e Administração dos Serviços de Alimentação
Bioquímica	Sociologia Aplicada
Química Bromatológica	Economia Aplicada
Dietética	Dietoterapia
Psicologia	Puericultura e Dietética Infantil
Microbiologia	Higiene e Administração da Saúde Pública
	Pedagogia Aplicada à Nutrição
	Estatística
	Inquérito Alimentar

Fonte: doc1

Apesar do aumento de profissionais de nutrição na década de 60, os mesmos não estavam satisfazendo plenamente a crescente demanda dos serviços integrados de Saúde Pública. Por essa razão, a Organização Pan-Americana de Saúde realizou um estudo sobre as necessidades e recursos destes profissionais. Visando analisar a situação existente e efetuar recomendações para a melhoria da formação desta categoria profissional, organizou-se a I Conferência sobre Treinamento de Nutricionistas-Dietistas de Saúde Pública, em Caracas – Venezuela, no ano de 1966 (FRANCO, 2006)

Esta Conferência considerou conveniente agrupar as diversas disciplinas do plano de estudos por áreas gerais: Ciências básicas, Ciências da nutrição e

alimentação, Ciências sociais e econômicas, Ciências pedagógicas e Ciências da saúde pública (Fig. 07). As atividades práticas estavam relacionadas a dois grandes campos: atenção médica e em saúde pública.

É possível inferir que a atenção médica estava relacionada aos serviços hospitalares que estavam sendo implementados naquele momento, principalmente os Hospitais para os servidores públicos. A assistência em saúde pública, por sua vez, estaria relacionada às atividades de assistência ao trabalhador e sua família.

Figura 07 - Representação das sugestões das diretrizes para os cursos de nutrição

Fonte: I Conferencia sobre Adestriamento de Nutricionista-dietistas de Salud Pública. In: Franco (2006)

Além disso, um passo importante na evolução das escolas de nutrição foi a criação da Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos de Nutrição e Dietética na América Latina, CEPANDAL, que, ao ser instituída em 1973, era formada por diretores das escolas que tinham como objetivo assessorar as escolas nos planos de estudos (BENGOA LECANDA, 2003). Essa comissão constituiu os

parâmetros quantitativos para a avaliação dos currículos cuja análise estava baseada na distribuição da carga horária, por área de conhecimentos e setores de estudos, além de sugestões de disciplinas e conteúdo (COSTA, 2002).

Segundo Costa (COSTA, 2002) era possível observar nesse início a busca de definição de uma profissão, cuja visibilidade social ainda era baixa, e que carecia de identidade tanto para a sociedade quanto para a própria categoria profissional. As recomendações para a realização de estudos acerca da definição de funções e das atividades de competência e responsabilidade do nutricionista-dietista continuaram nas reuniões, inclusive da segunda Conferência, em 1974.

Com o reconhecimento do curso como nível superior em 1962 pelo MEC, a implementação pelo Conselho de Educação deste ministério, em 1964, do currículo mínimo de matérias e a determinação para a duração mínima de três anos para todos os cursos de Nutricionistas do país, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública providenciou a alteração e determinou a reestruturação do curso com duração de três anos, obedecendo ao currículo proposto. Na ocasião, a Congregação interrompeu a ministração do curso, para fazer as alterações necessárias.

Desde 1964, a coordenação do Curso de Nutricionistas era exercida pelo Prof. Yaro Ribeiro Gandra que elaborou Estudo do Anteprojeto para Regulamentação do Curso de Nutricionistas da Faculdade de Saúde Pública para ficar de acordo com a Lei Federal. Nesse documento, propõe como campo de atuação do nutricionista a direção de serviços de alimentação; elaboração de dietas racionais para coletividades sadias e, sob orientação médica, para enfermos; ensino de nutrição, alimentação e dietética nos cursos de Nutricionistas; participação nos programas de saúde pública,

de educação alimentar e de inquéritos alimentares; participação dos trabalhos, laboratoriais referentes à pesquisa em nutrição e alimentação.

Destaca-se, nesse anteprojeto a inclusão de atividades ligadas ao ensino nos cursos de nutricionistas e à educação alimentar. Impossível não mencionar, que a elaboração de dietas aparece em dois cenários distintos: o primeiro para coletividades sadias e o segundo, sob a égide do médico, para enfermos.

Em registro da história da Associação Paulista de Nutrição (APAN), há uma citação que corresponde a essa suspensão do curso de nutricionista que merece ser evidenciado. Na ata de reunião de fevereiro de 1965 a Presidente da APAN comunicou que por a falta de recursos materiais e humanos determinaram o fechamento do curso de Nutricionistas da FHSP e que este seria reorganizado e com um planejamento para no futuro ter a duração de 3 (três) anos. Falta de recursos?

Nesse período a FHSP passava por várias transformações como a reorganização dos cursos de educadoras sanitárias tornando-se curso de especialização e a criação da Revista de Saúde Pública. Agregado a isso, com as mudanças das políticas de saúde do estado de São Paulo determinando a criação de vários centros de saúde voltados para a medicina preventiva, a FHSP passa a ser a principal fonte de fornecimento de técnicos para a implementação destes serviços (BREMER, 2010).

Nesse mesmo período ocorre outro fato que necessita da participação efetiva da FHSP e da ANUSP. Trata-se do registro dos diplomas dos profissionais formado pela USP no MEC.

Com o reconhecimento da profissão, em 1967, era necessário que os profissionais, para exercerem a profissão, registrassem o diploma no Ministério da

Educação e Cultura e no Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde.

Os documentos revelam que os diplomas de nutricionistas expedidos pela FHSP, no período de 1940-1964, não retornavam com o necessário registro, mas sim com notificação que estes profissionais, para terem seus diplomas registrados, deveriam complementar seus estudos através de exames, tendo em vista o currículo mínimo aprovado. Mesmo considerando que para a elaboração do parecer de reconhecimento do curso como nível superior, havia a menção explícita dos seis cursos vigentes e que os seus egressos, caso solicitassem, teriam seus diplomas reconhecidos, esse fato não estava acontecendo.

Vários procedimentos foram tomados, mas Cavalcanti destaca aqueles realizados por uma Comissão designada pela diretoria da FHSP, em março de 1969, que colaborou com o pedido de recurso junto ao MEC, pela USP, em 19 de março de 1969. A resposta foi oficializada em 17 de julho, do mesmo ano, autorizando o registro dos diplomas de nutricionista expedidos pela FHSP, independentemente de complementação de estudos.

O Curso de Nutricionistas, ministrado anteriormente à Lei 3.276/67, foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, em 02 de julho de 1969, por meio de Parecer favorável que, posteriormente, foi transformado em Decreto pelo Governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, em 26 de agosto de 1969.

Enquanto isso, em 1967, após a profissão de Nutricionista ser regulamentada volta a funcionar, na USP, como Curso de Graduação de Nutricionista, com duração de 3 anos e apresentava um programa com o currículo mínimo acrescido de novas

“cadeiras” (Fig. 08). As disciplinas envolviam aulas teóricas, prática, estágios e trabalho de campo e o curso estava sendo influenciado por um contexto nacional e internacional em relação a uma profissão que se organizava e se constituía como categoria.

Figura 08 - Estrutura curricular, 1967: disciplinas por ano. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.

1º ano	2º ano	3º ano
Fundamentos Bioquímicos da Nutrição	Dietoterapia	Fundamentos e Saneamento do Meio
Anatomia	Estatística	Organização e Administração Hospitalar
Microbiologia Aplicada	Antropologia Social	Administração Sanitária
Antropologia Social	Tecnologia dos Alimentos	Epidemiologia Geral
Tecnologia dos Alimentos	Fisiopatologia da Nutrição	Economia Aplicada
Histologia	Pedagogia Aplicada à Nutrição	Planejamento e Organização de Serviços de Nutrição
Sociologia	Estágio Hospitalar	Educação Sanitária e Laboratório Audiovisual
Nutrição Normal e Metabólica	Sociologia	Estágio em Serviços de Nutrição
Fundamentos Bromatológicos da Dietética	Planejamento e Organização de Serviços de Nutrição	Administração de Serviços de Alimentação
Técnica Dietética I e Arte Culinária	Higiene e Controle dos Alimentos	Nutrição em Saúde Pública
Fisiologia	Maternologia e Alimentação da Gestante	Economia Doméstica e Enfermagem do Lar
	Psicologia	Endemias Parasitárias
	Estágio em Serviços de Nutrição (Cozinhas Distritais do SESI e Indústrias)	Inquérito Alimentar (teórico)
	Puericultura e Dietética Infantil	Trabalho de Campo (Inquérito Alimentar e Educação Alimentar)
	Administração de Serviços de Alimentação	

A nova estrutura curricular incluía várias disciplinas das áreas humanas e sociais. Verifica-se a presença de disciplinas como Antropologia, Sociologia e Psicologia e a introdução de disciplinas da área da educação (Pedagogia Aplicada à Nutrição e Laboratório audiovisual) e da agricultura (Educação agrícola).

Além disso, a nova estrutura inclui ainda aquela que poderia ser da vertente inicial do curso agora nominada “Educação em saúde pública”. Destaca-se, entretanto, que na proposta curricular o tema Educação Alimentar está presente na disciplina Trabalho de campo e não é uma disciplina estruturada como as demais.

É clara a integração do curso com as cozinhas do Serviço Social da Indústria (SESI). Essa integração era resultado de parceria entre o Centro de Estudos sobre alimentação e o SESI que existia desde 1946. O SESI oferecia alimentação, atendimento médico-hospitalar e educação sanitária à classe operária. Um curso de “mãezinhas” ensina meninas a manter um lar perfeito (BREMER, 2010).

Nesse período muitas mudanças no ensino superior estavam acontecendo. Após o golpe de 1964, permanecia entre estudantes e professores um clima de insatisfação com a estrutura universitária existente. Após alguns anos, o governo militar instituiu a Reforma Universitária, 1968; criando os departamentos, a institucionalização da carreira acadêmica, a introdução do ciclo básico, o regime de créditos e a implantação dos cursos de pós-graduação. Embora não fizesse menção à participação do ensino privado, abriu brechas para sua posterior presença no campo do ensino superior (MARTINS, 2009).

A partir da década de 70 dá-se início a expansão dos cursos de nutricionistas em quase todas as regiões do país. Nessa década, são criados 21 cursos novos aumentando a oferta de vagas para formação de nutricionistas tanto em universidades públicas, especialmente as federais quanto em universidades privadas. O explosivo aumento de vagas está relacionado à reforma universitária de 1968 e coincide com a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972, e o seu

incentivo na formação de recursos humanos para o desenvolvimento dos seus programas e projetos, promovendo e apoiando a criação de cursos no Brasil.

Figura 09 - Estrutura curricular, 1971: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.

1º ano	2º ano	3º ano
Fundamentos Bioquímicos da Nutrição (202h) Anatomia (48h) Microbiologia e Imunologia Aplicadas à Saúde Pública (45h) Antropologia Social (36h) Tecnologia dos Alimentos (45h) Citologia e Histologia (32h) Pesquisa Bibliográfica (8h) Sociologia (39h) Nutrição Normal (108h) Fundamentos Bromatológicos da Dietética (126h) Técnica Dietética I (128h) Fisiologia (68h)	Dietética (91h) Estatística Vital (45h) Estágio C.A.D. (45h) Higiene e Controle dos Alimentos (45h) Técnica Dietética II (75h) Pedagogia Aplicada à Nutrição (75h) Laboratório de Comunicação Audiovisual (30h) Educação Agrícola (30h) Estágio S.S.E. (9h) Dietoterapia (120h) Fisiopatologia da Nutrição (45h) Inquérito Alimentar (Teoria) (60h) Educação em Saúde Pública (45h) Puericultura e Dietética Infantil (45h) Psicologia (60h) Maternologia e Alimentação da Gestante (45h) Estágio: Merenda Escolar – Prefeitura (90h)	Saneamento do Meio (45h) Epidemiologia (30h) Técnica Dietética III (63h) Administração Sanitária (60h) Organização e Planejamento de Serviços de Nutrição (30h) Administração de Serviços de Alimentação (75h) Endemias Parasitárias (18h) Organização e Administração Hospitalar (30h) Estágios: Hospitais e Indústrias (300h) Nutrição em Saúde Pública I (60h) Economia Doméstica (45h) Economia Aplicada (32h) Nutrição em Saúde Pública II (456h) Estudo de Problemas Brasileiros I (15h) Estudo de Problemas Brasileiros II (15h)
Total carga horária: 3114 horas		

Verifica-se assim, que independentemente da duração, conteúdo responsabilidade ou nome, todos os egressos do curso de nutricionistas formados anteriormente à lei de reconhecimento da profissão como de nível superior, alcançam

o direito de ter o diploma registrado como sendo de nível superior em situação igualitária aos novos nutricionistas formados.

No âmbito da USP ocorreram muitas alterações desde sua criação, em 1932, até a implantação de seu regimento em 1969, posterior à reforma universitária. Esses movimentos de mudanças afetaram vários aspectos da estrutura curricular do curso de nutricionistas: as disciplinas específicas e a duração do curso (Fig 09).

3.3 CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO EM NUTRIÇÃO

No início dos anos 70 enquanto progressivamente diminuem as doações e remessas internacionais de alimentos, o governo federal cria uma agência centralizadora dotada de amplas atribuições encarregada de executar o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN). Trata-se do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) que foi criado em 1972 como uma agência que se reportava diretamente ao presidente da República para tratar das questões relacionadas à alimentação e nutrição (CASTRO; COIMBRA, 1985).

Naquele momento era necessário manter os programas relacionados com a alimentação escolar e a atenção materno infantil com gêneros alimentícios obtidos no Brasil. E para isso, passa a estimular a iniciativa privada para a produção de alimentos de alto valor nutritivo assegurando o mercado para a alimentação escolar. Isso levaria tempos até o setor de indústria de alimentos de fato se organizasse, pois nas condições anteriores, ainda não havia lugar para que ela surgisse. Agora, no entanto, com a garantia de compras governamentais o setor tornava viável, bastando que se ajustasse às preferências e às necessidades de seu consumidor.

O setor industrial que surge, portanto, está intimamente associado à agência pública de alimentação e nutrição. Por outro lado, com seus poderes formais e sem qualquer controle real sobre os programas, o INAN amplia a administração o programa de suplementação alimentar para gestantes, nutrizes e crianças para uma estratégia ampla de intervenção nas condições de vida da população, trazendo dispersão e perda de foco de sua ação e, como resultado, pouco faz.

Em 1974, o INAN é profundamente alterado com demissão de quase a totalidade da equipe anterior. Após um ano de estudos e debates, em 1976, fixa o II PRONAN, completamente diferente do primeiro, dando um novo enfoque a alimentação e a nutrição. Nele se retomava o programa materno-infantil e é criado um novo programa, programa de complementação alimentar à cargo da Legião Brasileira de Assistência, a LBA.

Uma das ações importantes deste II PRONAN foi a criação do Programa de alimentação do trabalhador (PAT). Assim, retoma-se a tripla estruturação da política que se perdera com a extinção do SAPS: atenção ao trabalhador, à saúde materna e infantil e ao escolar.

Na política como um todo, era a clara primazia financeira no PAT que mobilizava sozinho mais do que o dobro da soma de recursos financeiros dos outros programas nacionais, pois, além dos recursos públicos, parte dos recursos financeiros originava de pagamento dos próprios beneficiários e dos empregadores. Enquanto o Programa de Alimentação Escolar representava boa parte dos recursos globais para educação e assistência alimentar, restava ao INAN, os recursos alocados para assistir ao grupo materno infantil e para a educação alimentar da população em geral procurando garantir, portanto uma alimentação racional fixando metas para a

distribuição e para o atendimento das necessidades proteico calóricas das gestantes, nutrízes, lactantes e pré-escolares (CASTRO; COIMBRA, 1985).

Além dos programas de saúde, o INAN inclui a preocupação com a capacitação de Recursos Humanos que passa, então, a constituir uma das linhas de intervenção programadas. Dentro desta diretriz, tem início o PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO SELETIVA DE INFORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO - PSDI - um serviço do Centro latino Americano de Informação em Ciências da saúde (BIREME) em colaboração com o INAN e o Ministério da Saúde. O objetivo do PSDI eram os pesquisadores até profissionais atuantes em serviços, explicitamente os nutricionistas e professores de nutrição como "objetos" privilegiados como responsáveis pela reprodução do saber em Nutrição bem como por sua implementação na prática (BOSI, 2001).

Outra ação relacionada a isso foi o fomento para a criação de cursos na área de nutrição. Assim, em consonância com a Reforma Universitária de 68, a formação do nutricionista deixa de ser restrita a sete cursos em todo o país havendo, a partir de então, uma formação maciça de nutricionistas, principalmente com o aumento das instituições privadas de ensino superior (SANTOS, 1988).

No estado de São Paulo são criados três cursos no interior do Estado (Universidade de Mogi das Cruzes, em 1973; Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUCCAMP, em 1975; Universidade do Sagrado Coração, Bauru, em 1979) e um na cidade de São Paulo, em 1976, no Centro Universitário São Camilo (Campus Ypiranga).

As pesquisas na área de alimentação, por sua vez, consolidavam a postura de substituição do binômio “alimentação e educação” por “alimentação e renda”. Os

estudos sobre consumo alimentar mostraram que ricos e pobres consomem aproximadamente os mesmos alimentos, mas em quantidades diferentes, deixando claro que não se pode identificar o problema alimentar como um problema de educação. Assim, demonstravam que os pobres sabem comer, mas lhes falta renda para comprar alimentos, de fato. A partir desta concepção oficializada no Segundo PRONAN, os programas de distribuição de alimentos passam a ser visto como instrumentos de redistribuição de renda, dirigindo-se as aquisições dos alimentos para os agricultores pobres, removem-se as proteínas e a educação do pódio e entroniza-se a fome, a má distribuição de renda e as preocupações com o pequeno produtor. Para o exílio partem as proteínas e a educação alimentar, substituídas por uma visão que valorizava mais o desenvolvimento econômico e social e o respeito incondicional à sabedoria alimentar do povo, mas que estavam sendo utilizadas como mensagens para a divulgação da alimentação e seu efeito na saúde (Fig. 10). A alimentação torna-se fomento de uma política ideológica em vários cenários. As estratégias de intervenção tomam caminhos diametralmente opostos a partir da identificação dos fatores determinantes, se desnutrição resulta da ignorância, a cura seria programas educativos e introdução de novos alimentos. Se a desnutrição resulta da pobreza cumpriria propor transformações estruturais no modelo de desenvolvimento econômico. (CASTRO; PELIANO, 1985).

Figura 10 - Exemplos de materiais utilizados na Educação Alimentar.

Fonte: Arquivo pessoal.

Os cenários de prática profissional ampliam-se principalmente pelos programas do INAN. O desenvolvimento das empresas particulares de alimentação tanto na indústria de alimentos como na área de serviços de alimentação em empresas por conta PAT representou um novo mercado de trabalho para o nutricionista. Essa expansão coincidiu com o aumento da oferta de profissionais e influenciou a formação acadêmica que se voltou para a área de alimentação institucional.

O curso de graduação de Nutricionistas da USP, reiniciado em 1967, é implementado paralelamente à discussão da Reforma Universitária. Nessa reforma o nome da Faculdade de Higiene e Saúde Pública mudou para Faculdade de Saúde Pública.

A Reforma do Estatuto da USP, em 1969, entre outras coisas, estabeleceu que o ensino e pesquisa das áreas básicas deveriam situar-se nos respectivos institutos/faculdades. Com isso, a Faculdade de Saúde Pública (FSP) transferiu para o Instituto de Ciências Biomédicas todos os recursos humanos e materiais da área de microbiologia e bacteriologia que faziam parte de seu capital técnico-científico, adquirido no correr dos anos.

Segundo Salas, os químicos e bioquímicos do Departamento de Nutrição, encarregados das disciplinas básicas como Bioquímica, Química e Bromatologia criaram, com isso, as disciplinas básicas, fundamentadas em nutrição e dietética, Fundamentos Bioquímicos da Nutrição e Fundamentos Bromatológicos da Dietética. Entretanto, verifica-se no currículo de implantação do curso em 1967 a existência dessas disciplinas, provavelmente um preparo para as mudanças que ocorreriam posteriormente. Em função dessa reforma, a estrutura curricular, em 1972, sofre nova mudança (Fig 11).

A ampliação da estrutura curricular deveu-se ao rearranjo necessário para a manutenção de profissionais ligados às áreas básicas na Faculdade de Saúde Pública que ficaram a cargo dos respectivos institutos /faculdades na Cidade Universitária.

No que se refere aos aspectos educativos, verifica-se a alteração no nome da disciplina Laboratório Audiovisual para Laboratório de Comunicação Audiovisual e a da Antropologia para Antropologia Social. Além disso, há a inclusão de uma disciplina relacionada ao tema que foi “Psicologia”.

Figura 11 - Estrutura curricular, 1972: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 4 anos.

1º ano	2º ano
Bioquímica (124h) Anatomia (48h) Histologia (45h) Microbiologia e Imunologia Aplicadas à Saúde Pública (30h) Bacteriologia Aplicada ao Saneamento do Meio (30h) Educação Agrícola (30h) Pesquisa Bibliográfica (8h) Fisiologia (180h) Bromatologia (96h) Técnica Dietética I (120h) Economia Doméstica (45h)	Antropologia Social (30h) Dietética (90h) Fundamentos Bioquímicos da Nutrição (60h) Nutrição Normal (90h) Sociologia (30h) Estatística Vital (45h) Técnica Dietética II (75h) Dietoterapia (120h) Fisiopatologia da Nutrição (45h) Tecnologia dos Alimentos (45h) Fundamentos Bromatológicos da Dietética (60h) Psicologia (60h) Higiene e Controle dos Alimentos (46h) Laboratório de Comunicação Audiovisual (30h)
3º ano	4º ano
Saneamento do Meio (46h) Epidemiologia (30h) Técnica Dietética III (76h) Maternologia e Alimentação da Gestante (45h) Puericultura e Dietética Infantil (45h) Endemias Parasitárias (15h) Pedagogia Aplicada à Nutrição (75h) Organização e Planejamento de Serviço de Nutrição (31h) Dietoterapia II (378h) Administração de Serviços de Alimentação I (75h) Educação em Saúde Pública (45h) Organização e Administração Hospitalar (30h) Administração de Serviços de Alimentação II (177h)	Nutrição em Saúde Pública I (60h) Economia Aplicada (30h) Dietética II (150h) Inquérito Alimentar (60h) Estudos dos Problemas Brasileiros I (15h) Nutrição em Saúde Pública II (600h) Estudos dos Problemas Brasileiros II (15h) Administração Sanitária (37,5h)
Total carga horária: 3617,5 horas	

Há uma alteração na estrutura curricular nesse momento, do curso referente à disciplina Nutrição em Saúde Pública que altera drasticamente sua carga horária de 436 horas para 60 horas e a inclusão de disciplinas da área de administração e organização de serviços tanto no âmbito hospitalar quanto no de serviços de alimentação.

Figura 12 - 2º currículo mínimo, 1974, MEC: disciplinas por ano com carga horária total de 2.880 horas. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 3 anos.

Matérias Básicas	Matérias Profissionais
Biologia (Genética; Citologia; Evolução) Ciências Morfológicas (Anatomia; Histologia; Embriologia) Ciências Fisiológicas (Fisiologia; Bioquímica) Patologia (Processos Patológicos Gerais; Imunologia; Microbiologia; Parasitologia) Ciências da Saúde Pública (Bioestatística; Epidemiologia; Saneamento e Administração da Saúde Pública) Ciências Sociais e Econômicas (Psicologia; Sociologia; Economia; Desenvolvimento da Comunidade; Comunicação)	Bromatologia e Tecnologia dos Alimentos Higiene dos Alimentos Ciência da Nutrição e Alimentação (Nutrição Normal; Composição dos Alimentos; Técnica Dietética e Culinária; Patologia da Nutrição e Dietoterapia; Nutrição Materno-Infantil) Nutrição Aplicada (Avaliação Nutricional; Educação Nutricional; Nutrição em Saúde Pública) Administração dos Serviços de Alimentação
	<hr/> Atividades Complementares Estudo dos Problemas Brasileiros Educação Física

Em 1974, o MEC estabeleceu novo currículo mínimo, com vigência a partir de 1975 (Fig. 12). Esse currículo baseou-se nas recomendações da I e II Conferências sobre treinamento de Nutricionista-Dietista da América Latina, realizadas em Caracas na Venezuela, em 1966, e em São Paulo, em 1973. No currículo mínimo foi incluída a disciplina Educação Física que passou a ser obrigatória para todos os cursos de nível superior do Brasil. Além destas alterações, preconizavam a carga

mínima de 2.280 horas, integralizadas em um tempo mínimo de três anos e, no máximo seis, com 300 horas de estágio supervisionado.

É evidente o movimento de mudança na estrutura curricular do curso de graduação para nutricionistas da USP nesse momento. A Reforma Universitária somando ao fato de a II Conferência sobre Treinamento de nutricionistas-dietistas acontecer nas instalações da FSP mostram esse momento de mudanças.

Essa alteração no currículo do curso de nutricionistas da FSP resultou na implantação, em 1972, de uma estrutura para ser realizada em quatro anos. A carga horária total do curso passou de 3.114 para 3.930 horas. O programa de Curso de Graduação em Nutrição atendia plenamente às exigências da nova lei do MEC com o novo currículo mínimo e o currículo adotado, a partir de 1975, sofreu mudanças discretas, que diziam respeito à carga horária de disciplinas e alocação das mesmas nos semestres.

Entretanto, uma mudança na gestão do curso e na organização da USP, altera os procedimentos de encaminhamento das estruturas curriculares. A partir do regimento da FSP de 1974, Departamento de Nutrição torna-se responsável por elaborar o plano de trabalho do Curso de Graduação de Nutricionistas e seu sistema de estágios e, posteriormente eram avaliados pela Congregação da Unidade e, finalmente, pelo Conselho de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade da reitoria da Universidade. Também cabia ao departamento a Coordenação do curso.

Deve-se destacar que nesse período, que o Departamento de Nutrição, recentemente criado, firmara convênio com as secretarias municipais de educação do estado de São Paulo para implementar os Centros de Educação e Alimentação do

Pré-Escolar (CEAPE-SP). Esses centros constituíram-se para dar atenção às crianças em idade pré-escolar visando o desenvolvimento, saúde e educação. Vários artigos sobre avaliação deste centro foram publicados na Revista de Saúde Pública mostrando a importância dos mesmos. Durante o período de 1977 a 1980, o programa CEAPE foi contemplado com apoio do INAN.

Verifica-se, na estrutura do curso (Fig. 11) assim como nas referidas publicações, a disciplina Inquérito Alimentar que começa a se desenvolver como uma área importante para a compreensão das doenças nutricionais.

Entretanto, a nova estrutura curricular, implantada em 1975, inclui aspectos relevantes para a temática da educação (Fig. 12). Uma das novas disciplinas é Orientação Bibliográfica Aplicada à Saúde Pública e a outra, Desenvolvimento de Comunidade com a manutenção das outras disciplinas de caráter educativo. Entretanto, nessa nova estrutura também cria-se a disciplina Educação e Suplementação Alimentar. (Fig. 13)

Figura 13 - Estrutura curricular, 1976: disciplinas por ano com carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, ministrado em 4 anos.

1º ano	2º ano
Bioquímica (120h) Fundamentos Bioquímicos da Nutrição (75h) Microbiologia e Imunologia aplicadas à Saúde Pública I (45h) Anatomia (60h) Citologia, Histologia e Embriologia (30h) Microbiologia dos Alimentos (60h) Orientação Bibliográfica Aplicada à Saúde Pública (30h) Fundamentos Bromatológicos da Dietética (75h) Bromatologia (75h) Biologia (60h) Fisiologia (135h) Antropologia Social (30h)	Higiene e Controle dos Alimentos (45h) Técnica Dietética I (120h) Nutrição Normal e Metabologia (90h) Epidemiologia (30h) Tecnologia dos Alimentos (45h) Fundamentos do Saneamento do Meio (45h) Estatística Vital (15h) Laboratório de Comunicação Audiovisual (30h) Educação Agrícola (30h) Sociologia (30h) Psicologia (75h) Dietética (120h) Puericultura e Dietética Infantil (45h) Pedagogia Aplicada à Nutrição (45h) Organização e Administração Hospitalar (30h) Endemias Parasitárias (30h) Bioestatística Aplicada à Saúde Pública (60h) Economia Doméstica (30h)
3º ano	4º ano
Administração de Serviços de Alimentação I (135h) Educação em Saúde Pública (75h) Saúde Materna (45h) Economia Aplicada (30h) Educação e Suplementação Alimentar (150h) Dietoterapia I (120h) Fisiopatologia da Nutrição (60h) Administração de Serviços de Alimentação II (210h) Estudos Experimentais dos Alimentos (135h) Administração Sanitária (30h) Educação Física (30h)	Dietoterapia II (420h) Nutrição em Saúde Pública I (45h) Desenvolvimento de Comunidade (45h) Inquérito Alimentar (60h) Estudos dos Problemas Brasileiros I (15h) Nutrição em Saúde Pública II (600h) Estudos dos Problemas Brasileiros II (15h)
Total carga horária: 3930 horas	

Valente ao discutir esse período da educação nutricional refere que o que se esperava com a inclusão da educação nutricional era que ela fosse um fator coadjuvante dos Programas para manutenção da saúde, prevenção e cura da desnutrição, grande problema de saúde pública naquele momento (VALENTE, 1986). A perspectiva desse papel estava dentro de modo de pensar da epidemiologia – clássica - de descrever os distúrbios nutricionais como resultado da interação de uma multiplicidade de fatores em uma rede de multicausalidade: ignorância, produção insuficiente de alimentos, incapacidade de preparar os alimentos, falta de políticas pública, entre outras. Nesse sentido, seria possível identificar os fatores mais importantes e, utilizando o modelo de história natural das doenças, seriam definidos vários níveis de atenção da educação nutricional: prevenção primária, secundária e terciária (Fig. 14).

Figura 14 - Níveis de prevenção da subnutrição, modificado por VALENTE (1986)

PERÍODO PRÉ-PATOGÊNICO		PERÍODO PATOGÊNICO	
PROMOÇÃO DA SAÚDE			RECUPERAÇÃO
-Educação alimentar	PROTEÇÃO ESPECÍFICA	DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO	-Melhoria dos hábitos alimentares
-Planejamento dietético	-Suplementação alimentar		-Terapêutica prolongada
-Planejamento nacional	-Lactentes	-História dietética	-Restauração da produtividade
-Merenda escolar	-Pré-escolares	-Exames laboratoriais	
-Distribuição	-Gestantes	-Prescrição de dietas	
	-Nutrizes	-Educação alimentar	
	-Enriquecimento de alimentos	-Suplementação medicamentosa	
	-Sal		
PREVENÇÃO PRIMÁRIA		PREVENÇÃO SECUNDÁRIA	PREVENÇÃO TERCIÁRIA

Na prevenção primária, estaria integrada aos programas nacionais de alimentação saneamento, produção de alimentos e saúde. Também comporia o que se denominava proteção específica e, nesse sentido, estaria ligada aos programas de suplementação alimentar para grupos vulneráveis. Na prevenção secundária, ela se manifestaria por meio de medidas dietoterápicas e também de suplementação nutricional. A terciária, associada à fase do período patogênico, onde a doença já estaria instalada, o papel da educação nutricional seria tratar as doenças e evitar recidivas.

Um ponto a ser destacado nessa publicação de 1986 de Valente, médico de formação, que se autodenomina um educador nutricional conclamava outros educadores nutricionais para mudarem os modelos educativos que permeavam os programas de saúde nos anos 70 (VALENTE, 1986). Entretanto, ao propor a estrutura de uma disciplina de Educação Nutricional, refere que a proposta é para ser incorporada ao curso de Nutrição, nível universitário, portanto, para curso formador de nutricionista.

Nesse sentido, a criação da disciplina Educação e Suplementação Alimentar na estrutura curricular do curso de graduação de nutricionistas da USP, está relacionada aos programas do INAN e também do papel educativo do nutricionista. As atividades do nutricionista ainda eram educativas, mas não eram as principais.

Em estudo realizado na Região da Grande São Paulo para identificar a participação de nutricionista graduado na Grande São Paulo, nos anos 1978-1979 e sua absorção pelo mercado de trabalho da Região, observou-se uma taxa de desemprego de 19,2%, e elevado percentual de absorção de mão-de-obra pela empresa particular, com predominância no Município de São Paulo. O setor

hospitalar contratava 42, 3% da mão-de-obra especializada, seguido da indústria, com 40,8%. Em proporções bem menores, encontram-se o ensino (11,3%) e a saúde pública (5,6%). Observou-se, também, uma baixa permanência nos empregos anteriores, principalmente entre aqueles que trabalhavam em empresas concessionárias que prestavam serviços de assistência alimentar aos funcionários de indústrias e grandes empresas.

O estudo conclui que os resultados obtidos conduzem a confirmações de que o mercado de trabalho era muito favorável à contratação destes profissionais. No entanto, destacava a autora, as conclusões devem ser cautelosas, porque existem vários problemas envolvidos nessa situação trabalhista. A principal delas era que o tipo de mercado que utiliza mão-de-obra especializada em nutrição valoriza as atividades institucionais, em detrimento da necessidade maior: nutrição aplicada, com uma abrangência maior, restringindo, assim, os objetivos principais da nutrição: alcançar o bom estado nutricional para a população geral.

A autora reconhece também, a suspensão das contratações de pessoal pelo governo, limitando a expansão de atividades de Nutrição em Saúde Pública. Chama-se a atenção para o crescimento da atividade de ensino, observado entre o grupo estudado, apesar de se tratar de profissionais recém-formados e, obviamente, sem uma sedimentada infraestrutura de conhecimentos da ciência da nutrição, sugerindo o fato de uma pressão do mercado sobre este tipo de atividade (MODESTO, 1980).

Nessa pesquisa, ficou claramente comprovada a diferença salarial da empresa particular na modalidade concessionária e a não concessionária, favorável para esta que, apesar de oferecer melhor remuneração, resiste em reconhecer o profissional nutricionista na sua categoria universitária. Observa-se, entretanto, uma satisfação

em mais da metade do grupo entrevistado, sugerindo uma provável realização profissional e, por conseguinte, uma gratificação naquilo que estão fazendo, apesar das barreiras encontradas por alguns profissionais.

Assim, o crescimento do setor privado teve um papel decisivo no desenvolvimento da profissão, não só pelas demandas que foi capaz de criar, mas também por fixar certos padrões de compra e venda da força de trabalho do nutricionista e generalizou o uso do piso salarial do emprego em tempo parcial. Teve como consequência o afastamento da prática profissional do campo da saúde. Porém, os nutricionistas graduados como profissionais da saúde desenvolvendo no interior das indústrias uma prática predominantemente administrativa, vivenciam no cotidiano do seu trabalho poucos conflitos resultantes de passagens sociais contraditórias relacionadas ao que fazem e ao que deveriam fazer (VIANA, 1995).

Enquanto isso, a estrutura curricular do Curso de Graduação de Nutricionistas da USP mantém as disciplinas que foram incorporadas na reestruturação de 1972.

(Fig.15)

Figura 15 - Estrutura curricular, 1980: disciplinas obrigatórias por ano e carga horária. Curso de Graduação de Nutricionistas, período integral, integralizado em 4 anos. Faculdade de Saúde Pública da USP.

1º ano	2º ano
Anatomia Humana V (60h) Citologia, Histologia e Embriologia IV (60h) Microbiologia e Imunologia Aplicadas à Saúde Pública I (45h) Orientação Bibliográfica (Biblioteconomia e Bibliografia) (30h) Fundamentos Bioquímicos da Nutrição (75h) Antropologia Social (30h) Bioquímica I (120h) Biologia (60h) Fisiologia III (135h) Microbiologia dos Alimentos (60h) Educação Física (30h) Bromatologia Básica (90h) Fundamentos Bromatológicos da Dietética (75h)	Tecnologia dos Alimentos (45h) Epidemiologia (30h) Estatística Vital (15h) Educação Agrícola (30h) Técnica Dietética (135h) Nutrição Normal e Metabologia (90h) Higiene e Controle dos Alimentos (45h) Fundamentos do Saneamento do Meio (45h) Sociologia Aplicada à Nutrição (30h) Dietética (120h) Puericultura e dietética Infantil (45h) Organização e Administração Hospitalar (30h) Administração Sanitária (30h) Pedagogia Aplicada à Nutrição (45h) Tecnologia de Produtos Marinhos (45h) Laboratório de Comunicação Audiovisual (30h) Psicologia (75h)
3º ano	4º ano
Economia Aplicada (30h) Educação e Suplementação Alimentar (150h) Administração de Serviços de Alimentação I (135h) Saúde Materna (45h) Educação em Saúde Pública (75h) Estudos de Problemas Brasileiros I (15h) Patologia Geral (30h) Bioestatística Aplicada à Saúde Pública (60h) Estudo Experimental dos Alimentos (135h) Dietoterapia I (120h) Fisiopatologia da Nutrição (60h) Administração de Serviços de Alimentação II (210h) Estudo de Problemas Brasileiros II (15h)	Parasitologia Aplicada à Nutrição (60h) Dietoterapia II (420h) Nutrição em Saúde Pública I (45h) Desenvolvimento da Comunidade (45h) Inquérito Alimentar (60h) Nutrição em Saúde Pública II (600h)
Total carga horária: 4095 horas	

Fonte: Histórico Escolar: A.M.C. (1980-1983)

Na década de 80, no entanto, há um agravamento da crise do petróleo, explosão de juros da dívida externa e reinício da democratização política no país. Esse cenário conduziu a uma redução drástica no orçamento das instituições governamentais com um forte impacto sobre o gasto público com o ensino superior. Paralelamente com o crescente esgotamento do regime militar, no contexto da chamada redemocratização, o debate sobre os rumos da universidade foi retomado.

O diagnóstico nacional dos cursos de nutrição realizado pelo MEC, em 1981, já ressaltava a necessidade da formação para os docentes da área de nutrição e de revisão da organização curricular, recomendava para o fortalecimento dos cursos já existentes, o desenvolvimento do núcleo de pesquisa e pós-graduação e a busca de apoio técnico de instituições nacionais e internacionais (MOTTA *et al.*, 2003).

Agregado a isso, a reflexão desencadeada nacionalmente pela discussão dos resultados desse diagnóstico, foi um crescente distanciamento entre a formação acadêmica e a prática profissional. Em outras palavras, objetivos teóricos da formação apresentavam descompasso com as exigências do mercado de trabalho, isto é, os currículos apresentam mais um perfil idealizado do que o observado no mercado de trabalho. Era possível observar o desejo generalizado de reformular a formação em nutrição, evidenciado pelo descontentamento expresso com o currículo adotado pelos cursos e, principalmente, pela detecção tanto de um hiato entre o biológico e o social como o descompasso entre a teoria e a prática. Percebia-se que, apesar de já se encontrarem referências à visão social, a estrutura curricular não confirmava essa perspectiva (BRASIL, 1982).

No 1º Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição, em 1982, e no 2º. Seminário que ocorreu em 1987, constatou-se a desproporção entre a carga

horária dedicada ao ciclo básico de ensino e a destinada à área de ciências sociais e econômicas, de educação e de saúde pública. Discutia-se a pouca atenção dada a essas áreas criando um fator de dificuldade para que o nutricionista aprendesse a natureza do seu objeto de trabalho. Além disso, dificultaria também a compreensão de forma integrada o problema nutricional vivenciado pela população, mantendo assim o paradigma biológico e a dissociação entre o biológico e o social. A simples presença das disciplinas da área social no currículo, no entanto, era considerada suficiente para que se efetivasse a formação de um profissional com visão social. Todavia, essa presença de forma desarticulada e independente das demais disciplinas do curso não garantiria a qualidade da formação do nutricionista (COSTA, 2002).

Por outro lado, é nesse período que os primeiros nutricionistas começam a cursar a pós-graduação que começou nos anos 70 após a Reforma Universitária. Muitos professores dos cursos de nutricionistas começam a procurar espaços para essa qualificação acadêmica. Se existia um descompasso entre o que realizava a academia e o que acontecia nos cenários de prática profissional, a pesquisa incorpora uma grande potencialidade de estar ainda mais distante dos temas dessa prática. A busca pela pós-graduação torna-se um grande desafio para aqueles que o desejassem. A primeira dificuldade será do reconhecer qual o campo de conhecimento científico que se relaciona com a profissão.

Nesse sentido, as questões educativas surgem como primeiras oportunidades. Entretanto, é necessário frisar que, nesse momento o grande campo de trabalho que se desenvolvia era no âmbito da alimentação do trabalhador e dos serviços médico-hospitalares.

Na área de Educação Nutricional, revisão feita por Lins na sua dissertação de mestrado em 1990 (LINS, 1990) identificou, nesse período, alguns trabalhos realizados como o mestrado da nutricionista Maria Lucia Ferrari Cavalcanti, em 1972, intitulado *Conhecimentos de nutrição de docentes do primeiro grau* (CAVALCANTI, 1982).

A nutricionista Avany Bon, em 1981, fez pesquisa sobre os conhecimentos de nutrição de população de gestante (BON, 1981), Célia Mesquita, em 1975, também trabalhou com conhecimentos das mães de alunos de 1º. Grau (MESQUITA, 1975) e a nutricionista Ruth Benda Lemos, em 1980, (LEMOS, 1980) analisou a situação da educação nutricional no primeiro segmento do primeiro grau em escolas oficiais do município do Rio de Janeiro. Já em 1982, Cavalcanti em seu doutorado, verificou conhecimentos, atitudes e práticas de pessoal de saúde sobre aleitamento materno e em 1984, Lima faz uma proposição de educação nutricional da escola de 1º. Grau para o estado de Pernambuco (LIMA, 1984).

O tensionamento para a qualificação dos profissionais de nutrição no Brasil se deu a partir da instauração de uma política na área da saúde, mais do que na área de educação. Neste sentido, a 8ª. Conferência Nacional de Saúde, realizada em 86, reconhecida como um marco histórico para a configuração do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentou um conjunto articulado de formulações para a área de recursos humanos (CAMPOS *et al.*, 2006). Essas discussões estabeleceram um conjunto de princípios e propostas que seriam aprofundadas na 1ª. Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde, que ocorreu no mesmo ano e reafirmou a necessidade de uma política de recursos humanos.

Importante destacar que a defesa de um sistema público e único de saúde remonta a anos anteriores das outras conferências de saúde. Criadas também nos anos 40, essas conferências eram instrumentos de divulgação das diretrizes do Estado para o setor. Entretanto, a presença cada vez mais intensa das escolas médicas e dos profissionais de saúde que tinham contato direto com a população e sabiam de suas condições de saúde, muda sensivelmente a tônica das discussões que passam a ocorrer, principalmente após os anos 70 (BREMER, 2010).

As conferências e o movimento sanitário deram as diretrizes para a inclusão na Constituição de 1988 a criação do SUS, integrando os serviços públicos de saúde integral e universal para todos os cidadãos. Nesse sentido coloca a saúde como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, o que preconiza acesso universal (BRASIL, 1988).

No final da década de 80, e início de 90 houve uma onda de reformas educativas na América Latina, e essas novas leis buscavam regularizar o sistema educativo, baseando-se em princípios semelhantes, descentralização, autonomia escolar, profissionalização docente, currículo baseado em competências e o estabelecimento de sistemas centralizados de avaliação e rendimento (BEECH, 2009). As discussões sobre formação de recursos humanos para saúde estavam também dentro deste contexto.

De acordo com Campos e col., foram identificados problemas na área da formação na área da saúde, tais como, ausência de integração, ensino e serviço, alienação das escolas na área da saúde da realidade social, conflitos de interesse entre o sistema de saúde e o sistema formador. Afirmam ainda que, os modelos curriculares apresentavam uma desarticulação interna entre as áreas básicas e clínicas

práticas e estágios, sendo necessário introduzir algo novo nas discussões da área. Essas demandas enfatizaram a necessidade de uma nova formação universitária que potencializasse as competências para a integralidade do sujeito, incluindo o enfrentamento das necessidades da saúde da população e do desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, reafirmando assim a saúde como um direito humano fundamental (CAMPOS *et al.*, 2006).

Enquanto isso no âmbito da formação em educação nutricional, Valente (1986) discute os métodos para uma educação crítica em contrapartida ao que estava estabelecido denominando de educação nutricional tradicional. Destaca-se que ao se referir à educação, há menção do que seria uma “educação nutricional e alimentar” em contraponto à educação alimentar até então utilizada. Como referenciais utiliza os textos da área da educação. Do mesmo modo, os referenciais da educação, assim como o próprio texto de Valente fundamentará a dissertação de mestrado de Lins em 1990 mostrando uma busca de referenciais para a educação nutricional nas ciências humanas (VALENTE, 1986).

A Educação na área de alimentação e nutrição passa denominar Educação Nutricional e não mais alimentar que passa a ser vista como invasiva e desrespeitava a sabedoria alimentar do povo resultando em uma batalha político ideológica para desqualificação de qualquer abordagem que não fosse crítico-reprodutivista. Entretanto, as iniciativas de atuação profissional nessa área tornaram-se reduzidas e as intervenções passam a ter um caráter mais técnico em relação à nutrição (BOOG, 2011).

Figura 16 - Exemplos de materiais utilizados na Educação Alimentar.

Fonte: Arquivo pessoal.

No que se refere às pesquisas, Lima (2001) avalia as produções acadêmicas dos anos 90. Como um dos resultados identifica deslocamento significativo no enfoque inicial, pois, ao incorporarem o conceito de representação social, “*passaram a perseguir interesses emancipatórios no ato de pesquisar, visando à crítica do papel social do nutricionista como educador*”, tanto em seus cenários de prática quanto do conteúdo e da história da disciplina Educação Nutricional. Ainda que por investimentos metodológicos insuficientes, a tentativa de resgatar a história da disciplina também esteve presente (LIMA *et al.*, 2003).

Segundo Lima, os estudos estavam centrados nas representações e práticas, buscavam compreender os discursos de uma pequena amostra de informantes mediante o uso de entrevistas, para penetrar no seu universo de significações, utilizando certas concepções hermenêuticas e métodos qualitativos (LIMA *et al.*, 2003).

3.4 ENSINO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO: SOB NOVA DIREÇÃO

A partir de 1980, a coordenação do curso de nutricionistas passa a ser designada pela direção da Unidade da FSP e não mais pelo Departamento de Nutrição. Destaca-se que ainda nesse período as atividades didáticas referentes ao Curso de Nutrição ainda ocorriam em prédio anexo ao prédio principal.

O Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, realizado em 1982, recomenda alterar o nome dos cursos para “habilitação em Nutrição”. Assim, a Faculdade de Saúde Pública, recebe ofício circular do MEC, em maio de 1983, informando a alteração na denominação do curso de nutricionistas naquele mesmo ano (Anexo 2).

Apesar da alteração do nome do curso de modo imediato, pois os egressos daquele ano já receberam seu diploma com a nova denominação, não implicou em alteração em termos de disciplinas, mas no início de um processo de mudanças.

Em 1982, a FSP criou a Comissão de estrutura curricular à qual estava encarregada de elaborar o currículo do Curso de Nutrição, ouvidos os departamentos da FSP e de outras unidades da USP que ministravam disciplinas no referido curso. A Comissão tinha representantes de todos os departamentos e foi responsável pela elaboração da Estrutura curricular de 1984.

Verifica-se no histórico do egresso que começou curso em 1983 (Fig. 17), a inclusão da disciplina Educação Nutricional e a manutenção de: Antropologia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Educação em Saúde Pública, Laboratório de Comunicação, Desenvolvimento de Comunidade. Destaca-se a manutenção do tema da suplementação na disciplina Programa de Suplementação Alimentar.

Figura 17 - Estrutura curricular, 1983: disciplinas por ano com carga horária. (primeira turma: Curso de GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO, turma de 40 vagas-formados em 1986), período integral, ministrado em 4 anos.

1º ano	2º ano
Anatomia Humana V (60h) Citologia, Histologia e Embriologia IV (60h) Microbiologia e Imunologia Aplicadas à Saúde Pública I (45h) Microbiologia dos Alimentos (60h) Orientação Bibliográfica (Biblioteconomia e Bibliografia) (30h) Fundamentos Bioquímicos da Nutrição (75h) Bioquímica I (120h) Biologia (60h) Fisiologia III (135h) Educação Física (30h) Bromatologia Básica (90h) Educação Agrícola (30h) Fundamentos Bromatológicos da Dietética (75h) Pedagogia Aplicada à Nutrição (45h)	Parasitologia Aplicada à Nutrição (60h) Introdução à Administração: Teoria Geral da Administração (60h) Tecnologia dos Alimentos (45h) Técnica Dietética (135h) Nutrição Normal (90h) Higiene e Controle dos Alimentos (45h) Sociologia Aplicada à Nutrição (30h) Bioestatística Aplicada à Saúde Pública (60h) Estudo Experimental dos Alimentos (135h) Dietética (120h) Fundamentos do Saneamento do Meio (45h) Organização e Administração Hospitalar (30h) Administração Sanitária (30h) Laboratório de Comunicação Audiovisual (30h) Antropologia Social (30h) Estudos de Problemas Brasileiros I (15h) Psicologia Aplicada à Nutrição (75h)
3º ano	4º ano
Imunologia Básica e Aplicada à Nutrição (45h) Economia Aplicada (30h) Epidemiologia (60h) Administração de Serviços de Alimentação I (150h) Educação em Saúde Pública (75h) Desenvolvimento da Comunidade (45h) Patologia Geral (30h) Estatística Vital (30h) Dietoterapia I (150h) Fisiopatologia da Nutrição (90h) Inquérito Alimentar (90h) Nutrição em Saúde Pública I (45h) Saúde da Criança (45h) Saúde Materna (45h) Estudo de Problemas Brasileiros II (15h) Introdução à Computação para Ciências Biomédicas (disciplina optativa) (60h)	Programa de Suplementação Alimentar (150h) Dietoterapia II (420h) Administração de Serviços de Alimentação II (210h) Nutrição em Saúde Pública II (270h) Educação Nutricional (90h)
Total carga horária: 4095 horas	

Destaca-se ainda que, a partir da autonomia universitária de 1977, a Universidade de São Paulo passou a registrar os diplomas, por designação do MEC, conferindo o grau de Nutricionista aos formandos por este curso.

Em 1984, agora como Curso de Nutrição, e a partir da estrutura curricular proposta pela Comissão de Estrutura Curricular da FSP, novas disciplinas são incorporadas totalizando uma carga horária de 4035 horas.

Em 1986, é criada nova comissão na FSP com o objetivo de avaliar e apresentar sugestões referentes à estrutura curricular. O material produzido forneceu subsídios para discussão, ao analisar a estrutura curricular com os parâmetros estabelecidos pelo MEC, em termos de carga horária e classificação de disciplinas (básicas, profissionalizantes e multidisciplinares).

Logo após, em 1989, conduzido pela Comissão de graduação da FSP, realiza-se o *Seminário de reestruturação do Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública*, no qual foram discutidas ementas e cargas horárias com a participação de egressos do curso, alunos e professores.

Em 1990, como resultado do seminário do ano anterior, o currículo sofre algumas alterações nas seguintes disciplinas: Fundamentos Bromatológicos da Dietética, Nutrição Normal, Dietética Fisiopatológica da Nutrição, Dietoterapia I, Dietoterapia II, Higiene e Controle dos Alimentos, Inquérito Alimentar, Nutrição e Saúde Pública I, Nutrição em Saúde Pública II, Estudo Experimental dos Alimentos, Administração dos Serviços de Alimentação II e Técnica Dietética.

Ainda nesse ano, o novo Regimento Geral da USP, determinado pela Resolução 3745 de 19/10/1990, estabelece que a Coordenação do Curso de Nutrição é de competência de uma Comissão, a Comissão de Coordenação de Curso de

graduação (CoC) cuja composição é fixada pela Comissão de Graduação (CG) da Unidade, alterando a estrutura de gestão do curso. Deve-se destacar que cabe à CG *“zelar pela execução dos programas de ensino e propor à Congregação modificações na estrutura curricular dos cursos”*, após consulta aos departamentos e CoC (USP, 1990).

Nessa nova gestão, em 1995, o curso tem uma reestruturação importante com a modificação de duração e período deixando de ser diurno para ser matutino e integralizado em 5 anos (Fig. 18).

Nessa nova estrutura mantiveram-se as disciplinas Sociologia, Antropologia e Psicologia e excluíram-se disciplinas Desenvolvimento da comunidade, Educação agrícola, Educação em saúde, Laboratório de comunicação, Pedagogia. Observa-se a inclusão de uma nova disciplina Participação popular e promoção da saúde.

Destaca-se a modificação das atividades práticas (estágio) que são unificadas, integralizadas em um ano e oferecidas no último ano do curso.

Em 1996, o MEC extinguindo o currículo mínimo, promulga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional orienta que o Ensino superior seja pautado em um projeto político pedagógico (PPP) de modo a promover uma sólida formação básica que seja flexível e de qualidade e que prepare o egresso para os desafios sociais e da prática profissional.

Figura 18 - Estrutura curricular, 1996: disciplinas por semestre com carga horária. Curso de Graduação em Nutrição, período integral, ministrado em 5 anos.

1º semestre	2º semestre
Biologia (30h) Anatomia Humana V (105h) Citologia, Histologia e Embriologia (75h) Sociologia Aplicada à Nutrição (30h) Química de Biomoléculas (60h)	Fundamentos de Saneamento do Meio (30h) Antropologia Social (30h) Participação Popular e Promoção da Saúde (45h) Psicologia Aplicada à Nutrição (45h) Bioquímica (120h)
3º semestre	4º semestre
Fisiologia e Biofísica (135h) Imunologia (60h) Bioestatística Aplicada à Saúde Pública (75h) Informática (15h) Nutrição Normal (90h)	Microbiologia I (60h) Microbiologia de Alimentos (60h) Parasitologia Aplicada à Nutrição (60h) Bromatologia Básica (90h) Composição de Alimentos (75h)
5º semestre	6º semestre
Epidemiologia (45h) Técnica Dietética (105h) Gerenciamento Institucional (120h) Patologia Geral (30h)	Educação Nutricional (105h) Tecnologia de Alimentos (60h) Orientação Bibliográfica (30h) Dietética (105h) Saúde Materna e da Mulher (45h) Saúde da Criança e do Adolescente (30h)
7º semestre	8º semestre
Farmacologia Básica (45h) Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição I (90h) Higiene e Controle dos Alimentos (75h) Avaliação de Consumo Alimentar (75h) Nutrição em Saúde Pública I (60h)	Estudo Experimental dos Alimentos (105h) Dietoterapia (120h) Fisiopatologia da Nutrição (120h)
9º semestre e 10º semestre	
Nutrição Clínica (255h) Alimentação e Nutrição Institucional (255h) Nutrição de Grupos Populacionais (255h) Experimentos com Alimentos e Marketing (255h)	
Total carga horária: 3675 horas	

Em 1998 o curso continua a ser ministrado em período parcial (matutino), sofrendo alterações no currículo. Foi acrescida ao curso a disciplina Farmacologia Básica Aplicada a Nutrição (30 horas) e reformulado o conteúdo da disciplina

Experimento com Alimentos que passou a ser denominada como Experimento com Alimentos e Marketing. Destaca-se, nesse documento, o oferecimento de disciplinas optativas, em especial, Educação em Saúde Escolar e Cidadania. (Fig. 19)

Figura 19 - Estrutura curricular, 1999: disciplinas por semestre com carga horaria. Curso de Graduação em Nutrição, período matutino, ministrado em 5 anos.

1º semestre	2º semestre
Biologia (30h) Anatomia Humana V (105h) Citologia, Histologia e Embriologia (75h) Sociologia Aplicada à Nutrição (30h) Química de Biomoléculas (60h)	Bioestatística em Nutrição (75h) Informática (15h) Fundamentos de Saneamento do Meio (30h) Antropologia Social (30h) Participação Popular e Promoção da Saúde (45h) Psicologia Aplicada à Nutrição (45h) Bioquímica (120h)
3º semestre	4º semestre
Fisiologia e Biofísica (135h) Imunologia (60h) Orientação Bibliográfica (30h) Nutrição Normal (90h)	Microbiologia Básica (60h) Microbiologia de Alimentos (60h) Parasitologia Aplicada à Nutrição (60h) Bromatologia Básica (90h) Composição de Alimentos (75h)
5º semestre	6º semestre
Epidemiologia (45h) Técnica Dietética (105h) Gerenciamento Institucional (120h) Patologia Geral (30h)	Educação Nutricional (105h) Tecnologia de Alimentos (60h) Dietética (105h) Saúde Materna e da Mulher (45h) Saúde da Criança e do Adolescente (30h)
7º semestre	8º semestre
Farmacologia Básica (45h) Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição I (90h) Higiene e Controle dos Alimentos (75h) Avaliação de Consumo Alimentar (75h) Nutrição em Saúde Pública I (60h)	Estudo Experimental dos Alimentos (105h) Dietoterapia (120h) Fisiopatologia da Nutrição (120h)
9º semestre e 10º semestre	
Nutrição Clínica (255h) Alimentação e Nutrição Institucional (255h) Nutrição de Grupos Populacionais (255h) Experimentos com Alimentos e 'Marketing' (255h)	
Total carga horária: 3675 horas	

A democratização vivida pela sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988 teve um impacto na vida universitária com a implementação de políticas que reconheceram a necessidade de redimensionamento do papel do Estado nas políticas sociais. Verifica-se, na Constituição, uma seção específica para a educação, colocando-a como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e também sua qualificação para o trabalho.

Em relação ao ensino superior, o art. 207 da Constituição Brasileira assegura às Universidades, “autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial e que obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

O crescimento do ensino superior brasileiro, que ocorre nos anos 90, está relacionado com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Lei 9.394, que por seus dispositivos, promove ampla diversificação, prevendo novos tipos de instituições (universidades especializadas, institutos superiores de educação, centros universitários), novas modalidades de cursos e programas e fundamentos para a construção de um sistema nacional de avaliação da educação superior (BRASIL, 1996).

Assim, uma nova Reforma Universitária se consolida dentro de um panorama econômico e político caracterizado em função da generalização continental e as políticas neoliberais. Essas reformas significaram profundas rupturas com as políticas educativas anteriores em que a cultura da regulamentação curricular que enfatizava os conteúdos relacionados com a transmissão de informação de dados, foi substituída por um currículo baseado no domínio de competências (BEECH, 2009).

Nesse momento, deixa de existir o currículo mínimo utilizado como referência para a avaliação e análise dos cursos de graduação no país.

No que se refere à formação do nutricionista, após 20 anos da primeira regulamentação da profissão, há uma grande expansão no número de cursos, juntamente com a criação de conselhos e sindicatos, sendo aprovada a segunda regulamentação da profissão.

A Lei 8.234, de 1991, ainda em vigor, representa um grande avanço no plano legal em relação à regulamentação profissional anterior, garantindo um espaço maior no mercado de trabalho (BRASIL, 1991). Ela define as atividades privativas do profissional e outras que também são de sua responsabilidade. Além disso, determina a participação obrigatória do nutricionista em equipes multidisciplinares de entidades públicas ou particulares e “destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar políticas, programas, cursos nos diversos níveis, pesquisas ou eventos de qualquer natureza, direta ou indiretamente relacionados com alimentação e nutrição, bem como elaborar e revisar legislação e códigos próprios desta área”.

Nos anos 90, a evolução acelerada formação acadêmica do nutricionista não foi ao encontro das necessidades sociais e sim da demanda de um mercado de trabalho que precisava ser ocupado e que exigia preparo. Ocorreu, pois, uma articulação mecânica e linear entre a formação e o mercado de trabalho. A formação e a capacitação de recursos humanos em nutrição, no Brasil, não estavam contribuindo para modificar a situação alimentar e nutricional da população mesmo considerando o aumento, a cada ano, do número de egressos colocados no mercado de trabalho. A situação de fome, de miséria e de desigualdade ainda estava presente.

Por outro lado, trabalhos desenvolvidos nas décadas de 1980 e 90 que recuperaram a trajetória da formação e da prática deste profissional dentro de uma abordagem histórico-social, constataram que o currículo de nutrição daquele momento havia contribuído para a manutenção ou reprodução das relações sociais exigentes, como os estudos realizados por Bosi (BOSI, 1996), e por outros pesquisadores nutricionistas (MODESTO, 1980; YPIRANGA, 1989; COSTA, 2002).

Paralelo à implementação da LDB no Brasil, acontece, em 1998, em Paris, a Conferência Mundial sobre a Educação Superior do século XXI que foi suporte da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, referendando que devido ao alcance e o ritmo em que ocorreram as transformações, a sociedade tende cada vez mais a se fundamentar no conhecimento, e destaca em seu preambulo:

No limiar de um novo século há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação da educação superior, bem como maior consciência sobre sua importância vital, tanto para o seu desenvolvimento sociocultural econômico, como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas, com novas habilidades, conhecimentos e ideais” (UNESCO, 1998).

Evidencia assim a educação superior como essencial ao desenvolvimento cultural, social e econômico dos países (UNESCO, 1998).

O relatório denominado “Quatro pilares da educação” da UNESCO explicita a exigência de centrar a atenção no aluno, apontando para a necessidade de novas aproximações didáticas, pedagógicas, que facilitem a aquisição do conhecimento em termos de superação do ensino como mera transmissão, e da aprendizagem como mera memorização. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que ao longo de toda a vida serão de algum modo para cada indivíduo os pilares do

conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver junto a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente, aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. Essas quatro vias do saber, na verdade, constitui apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. Assim, para enfrentar os desafios do milênio que se iniciava, seria indispensável assinalar novos objetivos à educação, mudando a ideia que se tem da sua utilidade, ultrapassando a visão puramente instrumental da educação.

Esses documentos tiveram uma influência importante nas políticas educacionais no mundo inteiro, e continuam sendo objetos de discussões até hoje. Há então, a introdução da abordagem baseada em competências, em processo de reforma em curso dos sistemas educacionais, introduzindo novos modelos de projeto de aprendizagem, e conseqüentemente de currículo (COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI, 1996)

Nessa direção, em 1997, o Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 1997) estabeleceu regras para que todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do país enviassem propostas para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Várias audiências públicas possibilitaram a discussão das Diretrizes Curriculares (DC), em âmbito nacional e regional.

Enquanto isso, no âmbito da saúde, é promulgada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Ministério da Saúde. Foi homologada, em 1999, como parte integrante da Política Nacional de Saúde, estabelecendo diretrizes para a adequação de programas, projetos, planos de intervenção relacionados à alimentação

e nutrição no setor saúde e nas áreas afins. A PNAN tem como diretrizes a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição, o monitoramento da situação alimentar e nutricional, a garantia da qualidade dos alimentos, colocados para consumo no país, o desenvolvimento de pesquisas e de recursos humanos, bem como o estímulo às ações intersetoriais, que propiciem o acesso universal aos alimentos (BRASIL, 2012a). A preocupação com os recursos humanos tanto para a elaboração quanto para a implementação de ações estão presentes e integra as preocupações da área do ensino.

Em 26 de junho de 2001, especificamente, foi realizada a Audiência Pública no Conselho Nacional de Educação, quando, através do Parecer nº 1133/2001-CNE (BRASIL, 2001a), o MEC apresentou a versão preliminar das DC para os cursos de medicina, enfermagem e nutrição. Na oportunidade, o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) encaminhou a proposta das DC para os cursos de nutrição, discutida em todo o Brasil, com a participação da Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), de universidades, e comissão de especialistas de ensino da nutrição do MEC. Posteriormente, a partir da sistematização das propostas discutidas e enviadas, as DC Nacionais dos cursos de graduação em nutrição, medicina e enfermagem foram aprovadas e instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), do curso de graduação em nutrição em substituição ao currículo mínimo (BRASIL, 2001b).

As DCN caracterizam o perfil do egresso do curso de nutrição, reforçando a formação generalista e ampliando suas competências e espectro de atuação, com menção à segurança alimentar e licenciatura em nutrição:

- I - Nutricionista, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, a manutenção e a recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural;
- II - Nutricionista com Licenciatura em Nutrição capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Nutrição.

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação dos grupos da ciência e saúde, por seu modo impar de produção cria novas relações de compromisso e responsabilidade. Cabe destacar o papel importante do controle social na área da saúde, uma vez que o Conselho Nacional de Saúde interpôs decisivamente sua opinião junto ao Conselho Nacional de Educação abrindo maneira inédita uma audiência pública com entidade de ensino das profissões de saúde para a versão final das diretrizes curriculares como refere Arruda e Siqueira Campos (ARRUDA; CAMPOS, 2001).

Dessa forma, o reconhecimento do nutricionista como profissional da área da saúde está vinculado ao movimento para o estabelecimento das diretrizes curriculares para todos os cursos da área da saúde. Nesse sentido, juntamente com médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, entre outros, o nutricionista, incorpora o status de profissional da saúde e como trabalhador do SUS.

De acordo com as diretrizes, a formação tem por objetivo dotar o profissional de conhecimentos necessários para o exercício de habilidades como atenção à saúde,

tomada de decisões, comunicação, liderança, administração em gerenciamento, educação permanente. Para isso as instituições formadoras devem prover de meios adequados à formação dos profissionais necessárias ao desenvolvimento do SUS e sua melhor consecução permeável o suficiente ao controle da sociedade no setor, para que expressem qualidade e relevância social coerente com os valores de implementação da reforma sanitária brasileira (CECCIM; FEUERWERKER, 2004).

A formação de recursos humanos no setor saúde é a base para a viabilização e implementação de projeto das ações e serviços de saúde disponíveis para a população. Essas mudanças ainda têm o que percorrer, mas o SUS tem assumido um papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva, tem sido capaz de provocar importantes repercussões nas estratégias e modo de ensinar e aprender, sem que entretanto, se tenha formulado uma forte potência aos modos de fazer formação, incentivando a necessidade de situar a formação dos profissionais de saúde em um projeto educativo que extrapola a educação para o domínio técnico científico da profissão (CECCIM; FEUERWERKER, 2004) .

Diferentemente do currículo mínimo, as DCN preconizam no Art. 5º uma organização curricular direcionada para o desenvolvimento de habilidades e de competências necessárias à adequada atuação profissional. Tal como se observa nas DC dos demais cursos da área de saúde, a formação em nutrição inclui como objetivo possibilitar aos graduandos o exercício das seguintes competências e habilidades gerais: Atenção à Saúde, Tomada de Decisões, Comunicação, Educação Permanente, Administração e Gerenciamento. Sua descrição aponta para o equacionamento entre o saber, o saber fazer e o saber ser na prática profissional, princípio que deve estar

assegurado na definição das estratégias pedagógicas dos cursos (SOARES; AGUIAR, 2010).

No que tange às Competências e Habilidades Específicas, as DC (BRASIL, 2001a) definem que os cursos de graduação em nutrição devem promover as seguintes aos seus egressos:

- Aplicar conhecimentos sobre a composição, propriedades e transformações dos alimentos e seu aproveitamento pelo organismo humano, na atenção dietética.
- Contribuir para promover, manter e ou recuperar o estado nutricional de indivíduos e grupos populacionais. Desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação.
- Atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância nutricional, alimentar e sanitária visando a promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional.
- Atuar na formulação e execução de programas de educação nutricional; de vigilância nutricional, alimentar e sanitária.
- Atuar em equipes multiprofissionais de saúde e de terapia nutricional.
- Avaliar, diagnosticar e acompanhar o estado nutricional; planejar, prescrever, analisar, supervisionar e avaliar dietas e suplementos dietéticos para indivíduos sadios e enfermos.
- Planejar, gerenciar e avaliar unidades de alimentação e nutrição, visando a manutenção e ou melhoria das condições de saúde de coletividades sadias e enfermas.

- Realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição considerando a influência sociocultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população.
- Atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de alimentação e nutrição e de saúde.
- Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- Desenvolver atividades de auditoria, assessoria, consultoria na área de alimentação e nutrição.
- Atuar em marketing em alimentação e nutrição.
- Exercer controle de qualidade dos alimentos em sua área de competência.
- Desenvolver e avaliar novas fórmulas ou produtos alimentares visando sua utilização na alimentação humana.
- Integrar grupos de pesquisa na área de alimentação e nutrição.
- Investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano integrando equipes multiprofissionais.

As DCN representam hoje o que há de mais atualizado em termos de regulamentação para a graduação em nutrição em âmbito nacional. A seu favor cooperaram reflexões e sugestões da própria categoria, com participação das

universidades, após anos de reflexão, debate e proposições. Em decorrência disso, é esperável que muitos cursos tenham avançado qualitativamente na definição de seus projetos pedagógicos.

Em 2001, com as diretrizes curriculares para os cursos de nutrição estabelecidos pelo MEC, a Faculdade de Saúde Pública aprova seu primeiro projeto político pedagógico para o Curso de Nutrição, mantendo a estrutura curricular e incluindo aspectos ligados ao processo de formação do egresso pautado nas diretrizes curriculares (Fig. 20).

Entretanto, a partir dessa reflexão, a Comissão de Graduação inicia um processo de avaliação visando propor um novo PPP, reestruturado.

Figura 20 - Estrutura curricular, 2001: disciplinas obrigatórias por ano e carga horária. Curso de Graduação em Nutrição, período matutino e noturno, integralizado em 5 anos.. Faculdade de Saúde Pública da USP.

1º semestre	2º semestre
Biologia (30h) Anatomia Humana V (105h) Citologia, Histologia e Embriologia (75h) Sociologia Aplicada à Nutrição (30h) Química de Biomoléculas (60h)	Bioestatística em Nutrição (75h) Informática (15h) Antropologia Social (30h) Participação Popular e Promoção da Saúde (45h) Psicologia Aplicada à Nutrição (45h) Bioquímica (120h)
3º semestre	4º semestre
Fisiologia e Biofísica (135h) Imunologia (60h) Nutrição Normal (90h) Acesso e Uso da Informação Bibliográfica (30h)	Microbiologia Básica (60h) Microbiologia de Alimentos (60h) Parasitologia Aplicada à Nutrição (60h) Bromatologia Básica (90h) Composição de Alimentos (75h)
5º semestre	6º semestre
Epidemiologia (45h) Técnica Dietética (105h) Fundamentos de Saneamento do Meio (30h) Gerenciamento Institucional (120h) Patologia Geral (30h)	Educação Nutricional (105h) Tecnologia de Alimentos (60h) Dietética (105h) Saúde Materna e da Mulher (45h) Saúde da Criança e do Adolescente (30h)
7º semestre	8º semestre
Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição I (90h) Avaliação de Consumo Alimentar (75h) Nutrição em Saúde Pública I (60h)	Farmacologia Básica para Nutrição (45h) Dietoterapia (120h) Fisiopatologia da Nutrição (120h)
9º semestre e 10º semestre	
Nutrição Clínica (255h) Alimentação e Nutrição Institucional (255h) Nutrição de Grupos Populacionais (255h) Experimentos com Alimentos e 'Marketing' (255h)	
Total carga horária: 3495 horas	

Fonte: Grade Curricular, 2001. Serviço de Graduação. FSP/USP

4 A REFORMULAÇÃO ATUAL: O PROCESSO

A avaliação do curso a partir da percepção dos estudantes foi a primeira etapa de uma série de atividades realizadas a partir de 2001. Essa avaliação destacou que os alunos reconheciam pontos fortes e fracos relacionados à formação, sentiam-se preparados para enfrentar o mundo profissional e apontavam a relação aluno-professor como um dos pontos fracos do curso.

A segunda etapa de atividades foi a oficina sobre a definição de Habilidade e Competências do Nutricionista, realizada em 2006, junto a profissionais de destaque em várias áreas de atuação promovida pela Comissão de Graduação que trouxe como resultado as três áreas de competências fundamentais (Fig. 21).

Figura 21 - Descrição das competências profissionais por área de competência.

Área de competência	Subárea	Competências
Cuidado à saúde	Saúde Individual	1. Realiza avaliação do estado nutricional 2. Elabora e desenvolve plano de atenção nutricional
	Saúde Coletiva	1. Identifica necessidades nutricionais coletivas e/ou oportunidades 2. Elabora e desenvolve plano de intervenção nutricional coletivo
Gestão do trabalho em saúde		1. Identifica problemas relacionados ao trabalho em nutrição 2. Intervém nos problemas de organização do processo de trabalho em nutrição
Educação em saúde		1. Identifica necessidades de aprendizagem no âmbito individual e coletivo 2. Busca e socializa saberes

Como resultados desta oficina, cada área de competência foi descrita a partir do detalhamento da atividade profissional correspondente. Observa-se que, em todas elas, a existência de atividades relacionadas ao diagnóstico e à posterior modificação da situação-problema.

Figura 22 - Habilidades e competências relacionadas ao cuidado à saúde individual

Competência profissional	Detalhamento da atividade
Realiza avaliação do estado nutricional	<p>Promove, ao máximo possível, um ambiente acolhedor e agradável para realizar a identificação de necessidades nutricionais, segundo uma concepção ampliada do processo saúde-doença, considerando elementos subjetivos, socioeconômicos e culturais relacionados à alimentação;</p> <p>Busca a construção de vínculo com indivíduos e cuidadores juntamente com a equipe multiprofissional de saúde;</p> <p>Elabora a anamnese alimentar coletando dados sobre alimentação, hábitos de vida e situação de saúde-doença do paciente;</p> <p>Realiza avaliação nutricional, reconhecendo o indivíduo e seu contexto social, hábitos e comportamentos alimentares.</p> <p>Amplia sua análise com dados antropométricos (peso, altura, pregas, circunferências e índices) e bioquímicos, incluindo, sempre que necessário, informações do prontuário, entrevistas com familiares/cuidadores e/ou com outros profissionais de saúde envolvidos;</p> <p>Registra, com clareza e ética, as informações relevantes.</p>
Elabora e desenvolve plano de atenção nutricional	<p>Elabora planos de atenção nutricional considerando o contexto de vida, familiar e social dos indivíduos. Busca, na prescrição e na orientação da dieta, a promoção da saúde, a prevenção de complicações e danos nas situações de doença e a adesão do paciente;</p> <p>Emprega raciocínio clínico e epidemiológico e utiliza critérios éticos e de factibilidade na formulação de dietas, cardápios e cálculo de nutrientes para fórmulas enterais;</p> <p>Busca envolver os demais profissionais da equipe de saúde no estabelecimento da conduta nutricional</p> <p>Apresenta e discute com indivíduos/cuidadores o plano proposto, considerando o entendimento e respeitando a decisão que o paciente apresentar;</p> <p>Registra, com clareza e ética, o desenvolvimento do plano e considera os limites da atuação profissional na avaliação de resultados.</p>

As competências relacionadas à atenção para a saúde dos indivíduos é explícito o papel do nutricionista como educador quando menciona o processo de

comunicação no momento do diagnóstico e durante a elaboração do plano dietoterápico. Além disso, destaca o envolvimento do profissional com os demais integrantes da equipe (Fig. 22).

No que se refere a atenção à saúde de coletividades incorpora a promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional como meta de suas atividades durante o processo de diagnóstico. Por outro lado, durante a elaboração do plano de intervenção, inclui diferentes atores sociais envolvidos no processo de avaliação de políticas públicas, com vistas à promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. (Fig. 23).

Figura 23 - Habilidades e competências relacionadas ao cuidado à saúde coletiva

Competência profissional	Detalhamento da atividade
Identifica necessidades nutricionais coletivas e/ou oportunidades	<p>Identifica necessidades nutricionais coletivas, segundo uma concepção ampliada do processo saúde-doença, empregando ferramentas de interpretação e análise de dados de natureza ecológica, epidemiológica, socioeconômico e cultural;</p> <p>Realiza análises de rotulagem e de produtos oferecidos pelo mercado, acompanhando tendências de grupos e da sociedade no tocante aos hábitos alimentares;</p> <p>Considera as características particulares (idade, gênero, condições clínicas, cultura alimentar e religião) e a infraestrutura disponível (material e de recursos humanos) para a oferta de refeições a determinados grupos.</p>
Elabora e desenvolve plano de intervenção nutricional coletivo	<p>Elabora planos de intervenção nutricional para grupos, considerando a realidade socioeconômica e cultural, o sistema de saúde e/ou outras instituições envolvidas, visando à promoção da saúde e a segurança alimentar e nutricional;</p> <p>Considera as legislações existentes em relação aos alimentos e produtos alimentares, buscando a adoção de medidas de controle de qualidade para manipulação, armazenamento e distribuição dos alimentos;</p> <p>Emprega ferramentas da epidemiologia, utiliza conhecimentos específicos e critérios éticos e de factibilidade (recursos humanos e materiais) na formulação de cardápios, receitas, preparações e orientações nutricionais destinadas a coletividades;</p> <p>Promove o envolvimento de diversos segmentos da comunidade, profissionais de saúde, educadores e da equipe de saúde na avaliação de eficácia, efetividade e monitoramento da situação alimentar e nutricional e de políticas públicas na área da nutrição.</p>

Além da atenção à saúde individual e coletiva incluem questões educativas, os outros dois conjuntos de competências correspondem a atividades ligadas à capacitação de recursos humanos e da própria educação em saúde.

Na capacitação de recursos humanos, além da atividade em si, aspectos ligados às atitudes durante o trabalho e do processo de tomada de decisão, como a negociação e ações coletivas, são atividades relacionadas às competências educativas do profissional. (Fig. 24)

Figura 24 - Habilidade e competências relacionadas à gestão do trabalho em saúde

Competência profissional	Detalhamento da atividade
Identifica problemas relacionados ao trabalho em nutrição	<p>Participa de modo ativo, oportuno e ético na identificação de problemas relacionados ao processo de trabalho, mostrando capacidade de fazer e receber críticas, com vistas à melhoria do cuidado nutricional das pessoas;</p> <p>Busca explicações abrangentes para os problemas identificados, coletando e interpretando dados e mostrando disponibilidade e interesse para considerar diferentes perspectivas nesse processo;</p> <p>Na interação com pessoas, mantém atitude profissional com postura humanizada e respeitosa, comprometendo-se com a qualidade das ações desenvolvidas, com a equipe multiprofissional, com a instituição/trabalho e com a sociedade;</p> <p>Pactua objetivos comuns no processo de identificação dos problemas, promovendo relações de cooperação e corresponsabilização na construção de alternativas para melhoria da organização do cuidado integral à saúde e à nutrição.</p>
Intervém nos problemas de organização do processo de trabalho em nutrição	<p>Toma decisões negociadas e fundamentadas numa análise crítica dos problemas e do contexto institucional;</p> <p>Maximiza a utilização de recursos humanos e materiais necessários ao adequado desenvolvimento do trabalho e no enfrentamento dos problemas.</p> <p>Articula e promove as ações de intervenção, buscando garantir viabilidade e factibilidade aos planos;</p> <p>Acompanha o desenvolvimento do plano de trabalho, segundo análise de custo-efetividade e avalia obstáculos e facilidades encontrados, mostrando postura flexível, mas perseverante em relação aos resultados desejados;</p> <p>Reorienta as ações a partir da reflexão sobre impacto no processo e resultados, promovendo a ampliação do potencial de cada um frente aos compromissos e princípios que fundamentam a ação coletiva no trabalho em nutrição</p>

O detalhamento das atividades que correspondem às competências para a educação em saúde, evidencia a importância que os profissionais conferem ao papel do nutricionista como educador. Nessa categoria de competências, destaca-se a referência aos atores envolvidos no processo do trabalho tanto em nível individual quanto coletivo e a inclusão de outros profissionais da equipe.

Também nessa categoria, a abordagem das ações é mencionada e minimamente orienta para uma educação que implica em compartilhar saberes, oferecendo a oportunidade para pensar em uma fundamentação teórica para prática educativa. (Fig. 25)

Figura 25 - Habilidades e competências relacionadas à educação em saúde

Competência profissional	Detalhamento da atividade
Identifica necessidades de aprendizagem no âmbito individual e coletivo	<p>Utiliza todos os momentos do processo do cuidado nutricional para identificar necessidades de aprendizagem próprias, dos pacientes/cuidadores e da equipe a partir da reflexão sobre as necessidades nutricionais e a própria prática profissional;</p> <p>Favorece que esse processo seja realizado de modo coletivo, ético, respeitoso, aberto às mudanças, identificando conhecimentos, valores e experiências prévias de cada um e os requerimentos de natureza pedagógica para a transformação das práticas;</p> <p>Faz uso de questionários, entrevistas, indicadores e de observações, sempre que necessário;</p> <p>Identifica hiatos do conhecimento no sentido da necessidade de pesquisa e produção de novos saberes.</p>
Busca e socializa saberes	<p>Busca ativamente e analisa criticamente informações, segundo as necessidades identificadas;</p> <p>Escolhe estratégias educativas para a socialização de conhecimentos já produzidos e reconhecidos cientificamente na área da nutrição, considerando as características individuais, de grupos e comunidades no processo de educação e comunicação em nutrição;</p> <p>Compartilha seus saberes com outros profissionais de saúde e participa da formação de futuros profissionais.</p>

Um dos aspectos relevantes do resultado destas oficinas foi a ênfase dada pelos profissionais da área de educação para saúde. Nessa área de competência estão incluídas atividades educativas relacionadas a indivíduos, grupos e populações, mas também o compartilhar conhecimento com a equipe e a formação de recursos humanos em saúde.

Essas áreas destacam as atividades atuais que o profissional vem realizando nos últimos anos. Em 2006, a pesquisa intitulada Inserção dos Nutricionistas no Brasil, observou que 40% dos nutricionistas entrevistados atuavam na área de Nutrição Clínica, seguida pela área de Alimentação Coletiva (32,2%), Saúde Coletiva (8,8%), Ensino/Educação (9,4%), Nutrição Esportiva (4,1%) e Indústria de Alimentos (3,7%) (CFN, 2006).

Importante destacar que as áreas de atuação foram categorizadas dessa forma em função da resolução nº 380, de 2005, do Conselho Federal de Nutrição (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2005) que estabelece áreas de atuação do nutricionista. São elas:

- Alimentação Coletiva - atividades de alimentação e nutrição em Unidades de Alimentação e Nutrição em empresas fornecedoras de serviços de alimentação coletiva, serviços de alimentação autogestão, restaurantes comerciais e similares, hotelaria marítima, serviços de *buffet* e de alimentos congelados, comissárias e cozinhas dos estabelecimentos assistenciais de saúde; atividades próprias da Alimentação Escolar e da Alimentação do Trabalhador.
- Nutrição Clínica - atividades de alimentação e nutrição em hospitais e clínicas, instituições de longa permanência para idosos, ambulatórios e

consultórios, bancos de leite humano, lactários, centrais de terapia nutricional, *spas* e em atendimentos domiciliares.

- Saúde Coletiva - atividades de alimentação e nutrição realizadas em políticas e programas institucionais, de atenção básica e de vigilância sanitária.
- Docência - atividades de ensino, extensão, pesquisa e coordenação relacionadas à alimentação e à nutrição.
- Indústria de Alimentos - atividades de desenvolvimento e produção de gêneros relacionados à alimentação e à nutrição.
- Nutrição em Esportes - atividades relacionadas à alimentação e à nutrição em academias, clubes esportivos e similares.
- *Marketing* na área de Alimentação e Nutrição - atividades de *marketing* e publicidade científica relacionada à alimentação e à nutrição.

A importância da formação do nutricionista no âmbito da comunicação e da educação tem sido apontada por vários estudos em função do seu papel como educador em nutrição (MANÇO; COSTA, 2004; BANDUK *et al.*, 2009; PEDROSO, 2012). Entretanto, sua atuação profissional nem sempre destaca essa sua atividade. O estudo sobre a inserção profissional dos nutricionistas realizado, em 2006, pelo CFN mostrou que cerca 40% dos entrevistados estava atuando na área de nutrição clínica, seguindo-os da área de alimentação de coletividade. Especificamente, no estado de São Paulo, que representa a região sudeste onde está geograficamente localizado o CRN3, a maior porcentagem de nutricionistas, 37,3%, está na área de alimentação coletiva, e 35,5% na área de nutrição clínica, seguido da área de ensino e educação com 10,2% (CFN, 2006). A região sudeste tem, sistematicamente, sido apresentada

com o maior número de profissionais como o estudo que verificou que a maioria dos nutricionistas estava presente no sudeste, sendo 51,4% graduados em instituição pública (AKUTSU, 2008).

Segundo pesquisas sobre a atuação desse profissional o número de profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas aumentou cerca de 400% entre os anos 2000 e 2008 quando existiam 28.983 profissionais inscritos nos conselhos regionais (BOOG, 2008; SILVA, 2008). Apesar de, neste estudo nacional, destacar que a maioria graduou-se em instituições particulares, o maior número de profissionais da área de saúde coletiva é egresso de instituições de ensino públicas, principalmente em decorrência da própria criação dos primeiros cursos de nutrição que eram direcionados a essa área.

Por outro lado, entre os 50% e 60% dos profissionais que atuavam na área de alimentação coletiva, nutrição clínica e saúde coletiva em indústrias de alimentos, tinham até cinco anos de formados, enquanto que nutrição esportiva a frequência era de 78% que tinham concluído o curso há cinco anos, e os do setor de ensino e educação 42% revelaram ter a graduação realizada há mais de dez anos. (CFN, 2006). Esses últimos egressos de escolas estabelecidas, pela cronologia, antes dos anos 90, ou seja, antes do aumento expressivo dos cursos de nutrição identificado por Haddad e col. (HADDAD *et al.*, 2006).

Esses dados demonstram a formação educativa do nutricionista como necessária e que sua atuação profissional na área de educação está fortemente vinculada às escolas de nutrição pública especialmente do estado de São Paulo. Assim, uma estrutura curricular incorpora também as expectativas que a própria sociedade tem dos egressos de uma universidade pública. Nesse sentido, o resultado

das oficinas foi uma das diretrizes para consolidar a nova estrutura curricular do Curso de Nutrição.

Considerando a importância da formação por competência, a análise dessa mesma estrutura incorporando as áreas previamente definidas na Oficina sobre competências foi realizada a partir da estrutura vigente. Verificou-se um desequilíbrio entre as principais áreas de competências, indicando a necessidade da incorporação de conteúdos relacionados à gestão em saúde e educação em saúde (Fig. 26). Incorporar novos conteúdos, sem alterar carga horária, significa mudar na estrutura reduzindo carga horária de disciplinas.

Figura 26 - Distribuição de horas e disciplinas por área de competência

Área de competência	HORAS	Nº DISCIPLINAS	SEMESTRES
Cuidado à saúde	1.770	22	1-2-3-4-5-6-7-8 (8)
Educação em saúde	135	2	2-6 (2)
Gestão em saúde	495	8	1-2-5-7 (4)
Total	2.400	32	

A partir destas análises iniciais outros atores participam do processo que resultou no atual projeto político pedagógico. Entre eles destaca-se a implementação do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP) instituído com a finalidade de propor um novo PPP. Outras atividades importantes foram realizadas, onde se destaca a definição do perfil profissiográfico pretendido para os seus egressos.

A elaboração inicial desse perfil foi resultado de uma Oficina de Trabalho sobre Competências e Habilidades do Nutricionista, e posteriormente validado por

meio de consulta aos professores envolvidos com o Curso de Nutrição. O perfil proposto e validado foi:

Nutricionista é o profissional da área de saúde que desenvolve ações de segurança alimentar e nutricional e de atenção dietética, destinadas a indivíduos e grupos populacionais para a promoção e recuperação da saúde, visando o direito humano à alimentação adequada, pautadas em princípios éticos e humanísticos com repercussão favorável à realidade socioeconômica, cultural e ambiental.

A atividade seguinte do processo de reformulação foi a análise da estrutura curricular vigente para identificar os pontos fortes e fracos realizada pelo GAP a partir da possibilidade de enviar projeto de reformulação curricular ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), do MS (BRASIL, 2007). Para a análise da estrutura curricular do Curso de Nutrição da FSP/USP primeiramente foi considerando a matriz de eixos e vetores adotada pelo Pró-Saúde - Orientação Teórica, Cenário de Práticas e Orientação Pedagógica a partir da identificação dos temas que norteiam a organização do curso (Processo saúde-doença; Contexto biopsicossocial e Alimento) e do encadeamento que as disciplinas e outras atividades didáticas têm ao longo do curso.

Mesmo após as várias transformações que sofreu ao longo dos anos, o Curso de Nutrição da FSP/USP ainda era caracterizado por um modelo da racionalidade que, em resumo, separava a teoria da prática e distingue as disciplinas em dois módulos - básico e profissionalizante -, dentro de um sistema de requisitos.

Analisando a estrutura, verificou-se que os alunos do Curso de Nutrição da FSP/USP tinham naquele momento, nos primeiros dois anos do curso, predominantemente, disciplinas denominadas de básicas e que eram oferecidas nos Institutos de Ciências Biomédicas, de Química e de Biologia. Durante essa etapa do

curso os estudantes apresentavam dificuldades para construir uma identidade de estudante de nutrição e, ainda, de integrar os diferentes conteúdos e compreendê-los dentro de uma dimensão social quanto aos determinantes do processo saúde-doença.

No que se refere à Orientação Teórica, verificou-se que o curso contemplava os aspectos relacionados à determinação do processo saúde-doença, mas sem apresentar uma adequada articulação entre os aspectos biológicos e o contexto social.

Quanto ao Cenário de Práticas, o ensino de graduação foi considerado privilegiado no que diz respeito aos diversos cenários oferecidos para as atividades práticas e estágios curriculares e extracurriculares. No entanto, havia deficiência de espaços para a integração teoria-prática na rede de serviços do sistema de saúde.

A Orientação Pedagógica foi identificada como a principal fragilidade do projeto pedagógico e estrutura curricular vigente. As dificuldades de integração entre os ciclos básico e específico e a fragmentação em disciplinas estanques não favorecem a apropriação progressiva e crítica dos objetos da prática profissional em nutrição, ficando apenas localizado em algumas experiências durante os estágios curriculares.

Apesar de o projeto não ter sido contemplado pelo MS, foi uma oportunidade para refletir sobre o curso que estava sendo oferecido e consolidar a necessidade de alterar os parâmetros que estavam sendo utilizados para as mudanças curriculares anteriores e avaliar o que estava sendo realizado em outras instituições de ensino superior.

Outra análise realizada foi a de sistematização de eixos e módulos de conhecimento realizado (Fig. 27). Nessa análise da estrutura curricular, verificaram-se três eixos fundamentais: o primeiro relacionado ao alimento (produção e

consumo), o segundo relacionado ao processo saúde-doença e um terceiro eixo, relacionado ao ser humano e seu ambiente, incluindo os aspectos biológicos, sociais e psicológicos.

Nessa análise das disciplinas, verificou-se também a quantidade de disciplinas e carga horária, indicando certa proporcionalidade entre elas. Além dessas, também foram identificadas as Instrumentais como Bioestatística; Informática; Acesso e uso à informação; Saneamento do meio.

Outras disciplinas que presentes na estrutura curricular do Curso de Nutrição procuram resgatar a dimensão do ser humano inserido em um contexto biopsicossocial (Fig. 27), no qual atuará o nutricionista por meio da proposição de intervenções que incidirão na relação homem-sociedade, tendo o alimento, a alimentação e a nutrição como eixos de sustentação da sua atuação no mundo do trabalho. Mas as disciplinas que compõem esse eixo não constituem, de fato, um conjunto e ficam isoladas entre si e não “conversam” com os outros eixos temáticos.

As disciplinas específicas e profissionalizantes do Curso de Nutrição começavam a aparecer no terceiro e quarto semestres do curso. Nessa etapa da formação do nutricionista, ainda se observava, de modo contundente, a distância entre a teoria e prática profissional. Embora, mais uma vez, deva-se ressaltar a existência de iniciativas isoladas na direção de uma integração de conteúdos, prevalece ainda uma visão fragmentada do conhecimento, distante do atendimento de nutrição que os serviços de atenção básica à saúde podem prestar.

Figura 27 - Distribuição de horas e disciplinas por eixo temático.

Eixo temático	horas	nº disciplinas	semestres
Alimento	825	9 Química das biomoléculas; Bioquímica; Microbiologia; Bromatologia; Composição de alimentos; Técnica Dietética; Tecnologia de alimentos; Dietética; Higiene e controle dos alimentos	1-2-4-5-6-7 (6)
Nicho (Homem-ambiente)	930	13 físico-orgânico: Biologia; Biologia tecidual; Anatomia; Fisiologia; Imunologia; psicossocial: Sociologia, Antropologia, Psicologia; Participação popular; Gerenciamento institucional; Educação nutricional; Administração de unidades de alimentação; avaliação do consumo alimentar	1-2-3-5-6-7 (6)
Processo saúde-doença	645	10 Nutrição normal; <i>Bioquímica</i> ; Parasitologia, Epidemiologia; patologia geral, <i>Dietética</i> ; Saúde da mulher, Saúde adolescente; Farmacologia; Dietoterapia; Fisiopatologia; Nutrição saúde pública; <i>Administração de unidade de alimentação</i> ; <i>avaliação do consumo alimentar</i>	4-5-6-7-8 (4)
Total	2.400	32	

Outras ações foram desenvolvidas e produziram resultados e materiais que foram úteis para o processo de reformulação.

Em um primeiro exercício de sistematização das disciplinas realizado pelo GAP verificou-se a necessidade da inclusão de conteúdos para garantir as habilidades da profissão (Fig. 28). Nesse exercício as disciplinas foram classificadas em quatro grupos por aproximação de conteúdos.

Figura 28 - Exercício de sistematização das disciplinas atuais e aquelas a serem criadas, visando a classificação por similaridade de conteúdo.

Grupo 1	Grupo 2
Políticas de Alimentação e Nutrição Bioestatística em Nutrição + Informática Epidemiologia Epidemiologia dos Problemas Nutricionais + Nutrição em Saúde Pública Acesso e Uso da informação Bibliográfica Segurança alimentar e Nutricional Sociologia aplicada à Nutrição Psicologia aplicada à Nutrição Antropologia Promoção da Saúde Educação Nutricional	Bioquímica Bromatologia Composição de Alimentos Microbiologia Básica Tecnologia dos Alimentos Técnica Dietética Nutrientes e Recomendações (Nutrição Normal) Avaliação do consumo Alimentar
Grupo 3	Grupo 4
Dietética Administração de UAN + Gestão de Pessoas (Gerenciamento Institucional) Nutrição nos “Ciclos da Vida” Higiene de Alimentos + Fundamentos do Saneamento do Meio	Anatomia Humana Biologia Tecidual Imunologia Fisiologia Avaliação Nutricional Fisiopatologia Dietoterapia
Atividades Integradoras / Estágios	

Avançando na organização dos conteúdos já definidos como disciplina, verifica-se a separação das disciplinas em dois grandes eixos: “Cuidado Dietético” e “Segurança Alimentar e Nutricional” rompendo a categorização que estava sendo elaborada a partir do projeto enviado ao Pró-Saúde de ter um eixo condutor relacionado à saúde e doença (Fig. 29 e 30).

Por outro lado, nesse momento as atividades práticas estavam concentradas no último ano do curso e havia uma manifestação e inquietação dos alunos para aproximação dos cenários de práticas nos primeiros anos dos cursos. As disciplinas dos dois eixos ao serem oferecidas simultaneamente promoveriam um olhar mais

integral da saúde e nutrição e as atividades integradoras seriam necessárias para o alcance destes objetivos.

Figura 29 - Disciplinas relacionadas ao eixo Cuidado Dietético.

	Cuidado dietético	
Bioquímicas I e II	Nutrição nos Ciclos de Vida	Anatomia
Composição de Alimentos	Nutrientes e Recomendações (Nutrição normal)	Biologia Tecidual
Bromatologia	Avaliação do Consumo	Imunologia
Técnica Dietética	Avaliação Nutricional	Fisiologia e Biofísica
Dietética	Psicologia Aplicada à Nutrição	Fisiopatologia
Nutrição de Grupos Populacionais	Bioestatística + Informática	Farmacologia
	Acesso e Uso	Dietoterapia
		Nutrição clínica

Esse exercício com a separação das disciplinas por grupos similares em termos de conteúdo foi realizado como prévia para as oficinas com os professores, realizadas em 2009 visando consolidar a reformulação curricular e a integração de conteúdos minimizando as repetições e incorporando conteúdos para atender ao novo perfil profissiográfico e as competências e habilidades, recém estabelecidas.

Já nesse momento estava clara, para o GAP, a necessidade da integração dos conteúdos organizados em disciplina intragrupo e intergrupo, em sequência cronológica distribuída ao longo do curso e coordenada no mesmo semestre com atividades integradoras durante todos os semestres.

Figura 30 - Disciplinas relacionadas ao eixo Segurança Alimentar e Nutricional

Segurança alimentar e nutricional
Epidemiologia Inter-Setorial dos Problemas Nutricionais + Nutrição em Saúde Pública
Políticas Públicas de Alimentação
SAN e Soberania Alimentar
Educação Nutricional
Comunicação e Extensão Social
Saúde, Trabalho e Sustentabilidade
Higiene dos Alimentos + Fundamentos do Saneamento do Meio
Microbiologia Básica
Tecnologia dos Alimentos
Administração em Saúde
Promoção da Saúde
Administração de UANs + Gerenciamento Institucional
Alimentação no Contexto Social
Corpo, Indivíduo e Sociedade
Alimentação e Nutrição Institucional
Experimentos com Alimentos e Marketing

A temática da Segurança Alimentar e Nutricional estava prevalente nas discussões do GAP em função das discussões que estavam sendo realizadas naquele momento de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A atuação do profissional está estreitamente ligado ao tema da segurança alimentar e nutricional, e este é o desafio das instituições formadoras e, por consequência, da prática profissional. Tal desafio aponta para a necessidade do desenvolvimento de estudos e atividades que aproximem profissionais e estudantes das questões direcionadas para a realização do direito das pessoas a uma alimentação adequada e, portanto, um dever do Estado (CERVATO-MANCUSO *et al.*, 2011).

4.1 O OLHAR DOS ESTUDANTES

Em estudo para avaliar se há diferenças na inserção entre os alunos do matutino e do noturno, as principais áreas de atuação desses nutricionistas e a contribuição da Universidade na formação profissional do egresso. Foi aplicado um questionário semi-estruturado com os nutricionistas egressos da Faculdade de Saúde Pública, em 2005 e 2006, primeiros anos que se têm alunos formados nos dois períodos (matutino e noturno). O questionário constou de questões de múltipla escolha bem como perguntas abertas. Verificou-se que esses profissionais atuavam em três principais áreas: Nutrição Clínica (25,4%), Alimentação Coletiva (20,6%) e Saúde Coletiva (15,9%). Egressos que cursaram a graduação no período noturno em geral realizam mais estágios extracurriculares, ganham maiores salários, verificou-se, entretanto, que estes egressos estão mais insatisfeitos com a profissão quando comparados com os do período matutino.

Os aspectos apontados como positivos, pelos egressos, nesses estudo, em relação à formação universitária foram: oportunidade de participar de pesquisa acadêmica, por meio de programas de iniciação científica e possibilidade de contato com professores qualificados. Na sua percepção, sentem-se adequadamente preparados para atuarem nas áreas de nutrição clínica e alimentação coletiva, principalmente.

Os aspectos apontados como negativos referem-se à estrutura curricular, expressa na formulação da grade curricular (seqüência de disciplinas) e à didática de parte do corpo docente. Na opinião desses egressos o curso apresenta deficiências na

relação teoria e prática, na integração das disciplinas básicas e profissionalizantes e na relação entre professores e alunos.

Na visão dos alunos a realização de estágios curriculares ou extracurriculares é fundamental, pois “...os estágios cumprem a função de fornecer ao aluno o contato com a realidade do profissional de nutrição, em diferentes áreas de atuação, gerando conhecimento de modo associado ao exercício da profissão em diferentes contextos”. A porcentagem de alunos formados no período noturno que realizaram estágios extracurriculares (91,3%) foi, como esperado, maior que a do período matutino (66,6%). A maior disponibilidade de vagas para estágios extracurriculares no período diurno pode ser fator importante para esse quadro.

Em outro estudo que teve por objetivo identificar o perfil dos estudantes ingressantes em 2009 quanto às expectativas em relação ao curso de Nutrição, os dados foram coletados por meio de entrevista utilizando um formulário (auto-preenchido) sobre suas percepções em relação ao curso e os fatores que os levaram a esta escolha. A análise foi realizada por meio do discurso do sujeito coletivo. Observou-se que as expectativas dos estudantes estão relacionadas ao mercado de trabalho e ao processo de formação (professores qualificados e com didática; conhecimento; boa estrutura; ter oportunidades durante o curso).

Quanto aos principais fatores que influenciaram na escolha do curso, pode-se citar alguns deles: interesse pela área de biológicas; ter prazer em comer; preocupação com a saúde; exemplo familiar; o fato de ter feito o curso técnico; afinidade com a profissão e área de atuação; o curso apresentar nota de corte baixa no vestibular; desejo de ajudar as pessoas (CERVATO-MANCUSO; SILVA, 2012). Já as metas para o período de graduação relatadas pelos alunos foram as seguintes:

aproveitar oportunidades (fazer cursos complementares, atividades extra-curriculares, intercâmbio, extensão); concluir o curso; pesquisar e estudar; conhecer as áreas de atuação do nutricionista; fazer estágio; dividir o conhecimento para a sociedade.

Verifica-se entre estas oportunidades aquelas ligadas à extensão universitária que tem possibilitados o desenvolvimento de várias habilidades durante sua realização (CERVATO-MANCUSO *et al.*, 2010). Em depoimentos, os estudantes apontam que as atividades realizadas oportunizam o desenvolvimento de competências do cuidado a saúde e da educação em saúde. De modo geral referem que as competências e habilidades adquiridas estão relacionadas à organização do trabalho propriamente dito, à solução de problemas reais e ao interesse pelo conhecimento científico.

Outro estudo realizado foi o de Experiências pedagógicas na perspectiva de estudantes de nutrição cujo objetivo era identificar e analisar, a partir da percepção dos estudantes, práticas pedagógicas utilizadas em curso de nutrição de uma universidade pública brasileira.

Na percepção dos estudantes, o uso de metodologias ativas é restrito e a maior parte das práticas pedagógicas é tradicional e focada na transmissão de conteúdos. A prática pedagógica vivenciada de modo mais recorrente é a exposição com apoio de slides. As outras práticas pedagógicas citadas foram indicadas como pouco usuais: discussão e trabalho em pequenos grupos em sala de aula, preparação de seminários e realização de visitas técnicas. Os estudantes referiram certo estranhamento diante dessas estratégias didáticas porque não estão acostumados a

elas, mas consideram que são interessantes e que ajudam no desenvolvimento da capacidade de compreensão e reflexão.

Também foi identificado que a integração entre as disciplinas é pequena e é precária a articulação entre os conteúdos abordados nas disciplinas e a futura prática profissional. Há insatisfação com os processos de avaliação porque eles não são contínuos, mas se constituem em atividades pontuais e isoladas, das quais não obtém feedback.

4.2 ESTRUTURA ATUAL

Para concretizar as diretrizes e objetivos propostos para a formação do Nutricionista, especialmente o desenvolvimento das competências, o currículo atual está estruturado em torno de Eixos Temáticos integradores de disciplinas, organizados na perspectiva de articular teoria e prática, desde o início da formação, e potencializar o compromisso com o SUS e com as necessidades de saúde da população.

A estrutura atual está sendo implementada, a partir da proposta de Projeto Político-pedagógico. Este PPP apresenta a estrutura curricular com as disciplinas categorizadas em eixos e foi encaminhada à Comissão de Graduação, no segundo semestre de 2010. (Anexo 4)

O eixo Atenção Dietética é apresentado como aquele que objetiva propiciar oportunidades de aprendizagem ao estudante, por meio de diferentes disciplinas, para compreender o ser humano nos diversos ciclos da vida, no contexto saúde-doença

com procedimentos para o diagnóstico e intervenção nutricional de indivíduos e grupos populacionais.

O eixo, Segurança Alimentar e Nutricional, por sua vez, tem como objetivo propiciar oportunidades de aprendizagem ao estudante, por meio de diferentes disciplinas, para compreender o ser humano no contexto psicossocial e político, considerando a realização do direito humano à alimentação adequada e segura, na perspectiva da sustentabilidade ambiental e cultural.

O eixo, Trabalho, Ciência e Cultura, tem como objetivo propiciar oportunidades de aprendizagem ao estudante, por meio de diferentes disciplinas, que visam integrar os conhecimentos apreendidos, vinculando-os às diferentes áreas da prática profissional.

Verifica-se na estrutura proposta, uma operação importante nos primeiros anos do curso. O percurso que o estudante inicia na proposta atual rompe com a lógica de existência das disciplinas básicas e profissionalizantes como propõe as diretrizes curriculares. Agregado a isto, no início do curso, o estudante já tem contato com o cenário de prática profissional. (Fig. 31)

Nos primeiros anos, foram incluídas disciplinas ministradas na Faculdade de Saúde Pública, visando, também, a aproximação do estudante com a sua unidade de formação. Assim, ele poderá participar das atividades de Cultura e Extensão Universitária, de Pesquisa e de Ensino, no início da sua formação universitária, mas com temas mais próximos da sua futura prática profissional.

Figura 31 - Estrutura Curricular proposta para 2012: disciplinas da estrutura atual por semestre, carga horária e eixo temático.

1 Semestre	Eixo Temático	2 Semestre	Eixo Temático
Anatomia Humana (90h)	AD	Bioquímica da Nutrição (requisito: Bioquímica) (60h)	AD
Biologia Tecidual (60h)	AD	Promoção da Saúde (60h)	SAN
Bioquímica (60h)	AD	Bromatologia (60h)	SAN
Alimentação e Contexto Social (45h)	SAN	Produção e Composição de Alimentos (60h)	SAN
Nutrição e Atenção à Saúde (45h)	TCC	Necessidades Sociais de Alimentação: Atividade Integradora (30h)	TCC
Nutrição e Prática Profissional: Atividade Integradora (30h)	TCC	Bioquímica da Nutrição (requisito: Bioquímica) (60h)	AD
3 Semestre		4 Semestre	
Fisiologia I (60h)	AD	Fisiologia II (requisito: Fisiologia I) (60h)	AD
Técnica Dietética I (45h)	AD	Técnica Dietética II (requisito: Técnica Dietética I) (60h)	AD
Microbiologia de Alimentos (90h)	SAN	Ciclo da Vida I (45h)	AD
Tecnologia dos Alimentos (60h)	SAN	Nutrição Humana (45h)	SAN
Corpo, Indivíduo e Sociedade (30h)	TCC	Dietética (45h)	SAN
		Dieta, Alimentação e Cenários de Prática: Atividade Integradora (30h)	TCC

Outra característica da estrutura curricular proposta, é a categorização das disciplinas em seus eixos: Atenção Dietética (AD), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Trabalho, Ciência e Cultura (TCC). Entretanto, verifica-se a organização de disciplinas, com conteúdos similares, em um mesmo semestre. A intencionalidade desta organização é que elas possam compor um módulo de conhecimento. (Fig. 32)

Figura 32 - Estrutura Curricular proposta para 2012: disciplinas da estrutura atual por semestre, carga horária e eixo temático.

5 Semestre	Eixo Temático	6 Semestre	Eixo Temático
Ciclo da Vida II (requisito: Ciclo da Vida I) (45h)	AD	Epidemiologia (45h)	AD
Avaliação do Estado Nutricional (45h)	SAN	Planejamento Dietético (requisito: Dietética) (60h)	AD
Epidemiologia Nutricional (30h)	SAN	Gestão de Cardápios (30h)	AD
Inquéritos Alimentares (45h)	SAN	Estrutura Física e Ergonomia para Produção de Refeições (30h)	SAN
Bioestatística (60h)	TCC	Sistema de Gestão Para Inocuidade de Alimentos (30h)	SAN
Avaliação Nutricional e Alimentar de Populações: Atividade Integradora (30h)	TCC	Gestão Financeira e Administrativa para Produção de Refeições (30h)	SAN
		Aspectos Ambientais na Produção de Refeições (30h)	SAN
		Ética Profissional (30h)	TCC
		Fundamentos de Administração (30h)	TCC
		Sistemas de Produção de Refeições: Atividade Integradora (30h)	TCC
7 Semestre		8 Semestre	
Farmacologia	AD	Nutrição Clínica II (requisito: Nutrição Clínica I) (105h)	AD
Nutrição Clínica I	AS	Psicologia Aplicada à Nutrição (45h)	AD
Imunologia	AD	Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição (60h)	SAN
Intervenções Educativas em Alimentação e Nutrição	SAN	Gestão de Pessoas(30h)	TCC
Práticas Educativas com Grupos: Atividade Integradora	TCC	Práticas Educativas com Indivíduos: Atividade Integradora (45h)	TCC
Abordagem Qualitativa para Investigação em Nutrição	TCC		
9 Semestre		10 Semestre	
Estágios Supervisionados	TCC	(relacionados às principais áreas de atuação do nutricionista) (975h)	
Optativas total (135h)			

Além disso, eliminou-se os pré-requisitos da maioria das disciplinas, permitindo maior flexibilização curricular. Este aspecto é importante,

principalmente, para os estudantes que desejam realizar diferentes atividades, incluindo a mobilidade internacional. (Fig. 32)

Um novo desafio já está estabelecido, a partir do processo de reformulação da estrutura curricular: o processo de implementação da mesma.

É evidente que a formação profissional, em nível da graduação, não possui a responsabilidade de contemplar todo o conhecimento necessário a uma determinada profissão. No caso do curso de Nutrição e tendo em vista que esta área, como as demais relacionadas à saúde, detém conteúdo vasto, complexo e em constante mudança, também não se pode exigir que a formação inicial seja aquela para toda a vida profissional. Porém, a universidade precisa subsidiar conhecimentos básicos e contribuir para que os profissionais da saúde apresentem, a par do conhecimento científico, uma formação humanística e social que leve os alunos, futuros profissionais, a pensarem e buscarem soluções e a desenvolverem competências, tendo em vista uma análise crítica e integral das pessoas e da sociedade.

A formação superior em nutrição vem mostrando dificuldades na articulação entre conteúdos teóricos e o desenvolvimento de habilidades práticas para a atuação do futuro profissional de saúde como educador e como alguém que intervém no campo das políticas públicas e na garantia do direito humano à alimentação adequada para uma vida saudável. Somado a isso, a fragmentação de conteúdos parece ser uma constante, dificultando que os alunos estabeleçam uma construção dos saberes de modo integrado, facilitadoras de uma efetiva promoção da alimentação saudável das populações.

A estrutura apresentada pelo GAP fornece elementos que colaboram na articulação dos conteúdos teóricos e práticos e buscam minimizar a fragmentação desses conteúdos.

O processo de comunicação entre o profissional de saúde e a população pode estar relacionado com o próprio modelo de comunicação/educação ao qual esse profissional foi exposto ao longo da sua formação inicial. Priorizar o conhecimento científico em detrimento do saber popular pode estar, também, relacionado com uma percepção de separação entre teoria (conhecimento científico) e prática (conhecimento popular).

A situação mundial em saúde, com destaque à área de alimentação e da nutrição, não vem sendo suficientemente acompanhada pelo desenvolvimento dos profissionais que atuam nesta área. Em função desta necessidade, foram introduzidas disciplinas relacionadas à política de alimentação e nutrição e disciplinas para abordagem educativa individual e coletiva. (Fig. 32)

Um último aspecto a ser analisado é assumir a docência como uma das áreas de atuação dos nutricionistas. E nesse sentido, a graduação deve conferir habilidades e competências que rompam o modelo educacional que ainda prevalece, segmentando os aspectos teórico-práticos.

A discussão sobre a formação mais adequada do corpo docente, que representa condição fundamental para se propor melhorias nos cursos de nível superior, e o repensar da própria universidade quanto ao seu papel diante da sociedade atual representam perspectivas futuras para que ocorram os avanços necessários. Além do perfil de pesquisador, característica amplamente cobrada do

docente pelas instituições de ensino, a universidade precisa valorizar a pedagogia, buscando a renovação das práticas de aprendizagem em sala de aula.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do nutricionista como profissional da área de saúde de modo regulamentado, foi resultado da contínua mobilização da categoria profissional. Essa mobilização, para o reconhecimento como categoria de nível superior, necessitou o da regulamentação da profissão e do reconhecimento do curso no âmbito do ensino universitário. No início, foi denominado como curso de Nutricionista e posteriormente Curso de Nutrição.

A partir desse reconhecimento, os cursos formadores de nutricionistas passaram a sofrer as influências das políticas nacionais do ensino superior, especialmente as reformas universitárias e a implantação do currículo mínimo. Apesar da participação das entidades profissionais na implantação dessas políticas, com a autonomia universitária, é a instituição de ensino superior que define sua estrutura organizacional e pedagógica.

A implementação das diretrizes curriculares, promovendo a flexibilização dos projetos pedagógicos, juntamente com novos mecanismos de avaliação do ensino superior, criou uma nova dinâmica para os cursos de Nutrição no país.

A profissão de nutricionista ainda é recente, pois ao atuar e desenvolver atividades em diferentes campos e setores ainda não está claro sua atuação. Da sua formação generalista para que possa ser consagrada no contexto das políticas públicas ainda será necessário o empenho para a definição de áreas de especialidades. No entanto, para que realmente as diferentes áreas de atuação

tornem-se especialidades com embasamento científico, ainda será necessário o investimento em pesquisas que coadunem com essas áreas.

A Saúde, como campo de conhecimento e de prática profissional é, ainda, a principal área do profissional. Nesse sentido, é reconhecido no âmbito da formação como profissional integrante dos profissionais da saúde. Dentro dessa área tem tido uma formação e atuação importante por meio das atividades educativas. Entretanto, ainda não está suficientemente contemplado em como adquirir as habilidades educativas específicas.

Para responder sobre as demandas para a reformulação de um projeto político pedagógico do curso, verificou-se que o processo sempre será decorrente do interesse de um grupo de docentes envolvidos com o processo de formação. Quando não há esse envolvimento, não há transformação significativa. Nesse sentido, os grupos de trabalho e as comissões que foram instituídas nos diferentes momentos de reformulação deixaram sua marca registrada na estrutura. Entretanto, é o compromisso com a formação que poderá transformar o processo de ensino/aprendizagem, tanto do aluno quanto do professor.

O principal objetivo deste trabalho foi sistematizar alguns trechos históricos sobre a formação profissional do nutricionista, inserir outros relacionados à educação nutricional e destacar como a estrutura curricular do curso de nutrição da USP foi se alterando durante esse processo. O percurso na análise dos documentos selecionados foram aqueles relacionados ao curso da USP, mas que foram complementados por outros artigos, livros e teses que foram sendo citados. A busca por esta bibliografia foi um quase “snowball” mas que diferentemente do uso desta técnica que interrompe a busca por informantes a partir do momento em que os discursos

começam a se repetir e as categorias a ficar saturadas, essa busca não saturou. Ao contrário. Muitos pontos foram ficando cada vez mais obscuros e havia necessidade de um aprofundamento da busca.

O ensino superior e sua aproximação novamente com o setor saúde para determinar a qualidade daqueles que irão transformar as políticas públicas em práticas profissionais e, principalmente, elaborar e sugerir novas políticas, abre caminhos para que a educação nutricional seja apreendida em uma nova abordagem: a educação nutricional como integrante das políticas públicas e não mais determinada por elas. Nesse sentido, a formação do nutricionista na área de políticas de alimentação e nutrição é primordial.

Incluir, além dessas discussões sobre métodos e técnicas educativas, demonstrar modelos processo de ensino e aprendizagem aproximando os estudantes do cenário de sua futura prática profissionais, é fundamental. A inclusão de disciplinas que conceituem e explicitem as diretrizes das políticas de saúde e do atual sistema único de saúde agregando as políticas de alimentação e nutrição que estão presente em outros setores como desenvolvimento agrícola, da tecnologia de alimentos e até mesmo de veiculação das propagandas e informações sobre alimentação na mídia e dos direitos do consumidor. Transformando assim, o profissional em um agente de mudanças que, junto com a população, possa elaborar políticas transformadoras em busca do direito à alimentação adequada para todos.

Acredito que analisar a história da educação nutricional e minha história como educando e educador, sinto que os fatores determinantes são os mesmos, mas que há um movimento de mudanças e pode-se perspectivar que esta relação de determinação não seja apenas unidirecional. Ou seja, que educar em nutrição não

seja apenas determinado pelo contexto das políticas sociais de saúde e educação, mas que ela possa ser geradora de políticas e assim, colaborar na situação de saúde e educação da população brasileira.

Desta forma, espero ter oferecido ao leitor a oportunidade de ter caminhado nesses quase 100 anos de história da nutrição e ter se interessado em conhecer ainda mais a conjuntura da educação nutricional e como esse contexto determina a estrutura de curso de nutrição.

Espero poder colaborar ainda na formação de novos estudantes críticos, humanistas e com competência e habilidades para transformar a sociedade assim como fizeram, pelo bem ou pelo mal, tantos outros profissionais que nos antecederam.

No início da implementação dos cursos de formação de nutricionista, os referenciais na área da educação alimentar estavam pautados nas políticas sociais e de saúde. Entretanto, a saúde estava sendo concebida como área de conhecimento e intimamente ligada à educação.

As mudanças de governo e regimes políticos importantes no país, como o período Vargas, o governo militar e o processo de democratização, com a instalação da Constituição, em 1988, influenciaram essas políticas e, consequentemente, todo o processo de formação profissional do nutricionista.

Essa formação, por outro lado, sempre foi influenciada pelas novas oportunidades de trabalho que os nutricionistas foram conquistando. Mas essa relação não é uma relação pacífica, até hoje. Há uma constante insatisfação da formação, para o enfrentamento das oportunidades trabalhistas pelos egressos. Nesse sentido, pensar em um projeto pedagógico implica em ter elementos de

flexibilização, para atender essas necessidades, para facilitar a aproximação do cenário de formação com o cenário da prática. Essa integração pode promover o aprimoramento de ambos. Entretanto, como pensar em uma estrutura flexível, em uma estrutura universitária tão complexa?

Analisando a história do curso, dentro da Faculdade de Saúde Pública, é possível perceber os vários desafios que precisaram ser enfrentados, a partir das mudanças do processo de gestão. Os artigos que retratam a história da profissão, mesmo os publicados após as mudanças no regimento da Universidade, em 1990, ainda referem o Curso de Nutrição como coordenado pelo Departamento de Nutrição. Do mesmo modo, coordenar o curso não significa coordenar os professores e suas atividades acadêmicas, pois as disciplinas estão no âmbito dos departamentos.

Nos documentos iniciais, enviados ao MEC – Ministério da Educação e Cultura, descreviam docentes da unidade, mas na verdade era necessário buscar parcerias com outros departamentos como aqueles da Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa ou da Secretaria do Estado. Com o novo regimento, muitas disciplinas passam a ser oferecidas por outras unidades da Universidade de São Paulo. O fato de a Faculdade de Saúde Pública estar afastada do Campus da USP, também afasta a integração do corpo docente. Nesse sentido, é possível perceber a responsabilidade dada ao aluno para promover a integração dos diferentes conteúdos, dado o afastamento de suas unidades formadoras.

O desafio da construção coletiva de um projeto pedagógico nesse âmbito é grande e por isso, seu processo vagaroso. O processo de reformulação do projeto atual, iniciado em 2001 e chegando a termo em outubro de 2011. Praticamente 10 anos! Nesse período, alterações das políticas sociais, da saúde e da educação

aconteceram, mas não foram suficientemente fortes para que mudanças significativas fossem rapidamente implantadas.

A leitura dos artigos que embasaram essa reflexão já apontava projetos pedagógicos que estavam sendo implantados a partir da DCNs. Somente em 2012, tornaram-se realidade, no âmbito da Faculdade de Saúde Pública. Entretanto, muitos desafios ainda estão por vir, principalmente no que se refere a transformar em ação, as propostas que estão no papel.

A definição da ementa da disciplina, sua localização ao longo do percurso escolar do aluno, terá pouco valor se o professor responsável não utilizar métodos pedagógicos que aproximem os estudantes do cotidiano do profissional.

A pesquisa que realizei tinha como questão central recuperar a história das reformulações curriculares do primeiro curso de formação do nutricionista no Brasil. Objetivava contextualizar e regatar este processo histórico, discutir o projeto pedagógico atual e fornecer elementos fundamentais para a implementação deste projeto.

Considerando que, paralelamente a esta análise, também fiz uma reflexão sobre minha trajetória profissional, esse também é um momento de perspectivar novos projetos. Os aspectos educativos das ações do nutricionista e de outros profissionais da área da saúde tornaram-se alvo de maior interesse e tenho desenvolvido isso com meus alunos de mestrado e doutorado: novos referenciais para a promoção do direito humano à alimentação adequada e as publicações na área de educação nutricional.

Agregado a isso, os trechos históricos analisados possibilitaram encaminhar outras pesquisas mostrando claramente qual o tema de meu interesse na área de

formulação de intervenções: pesquisar o ensino de nutrição tanto no âmbito do ensino superior quanto na atenção primária à saúde na área de conhecimento da saúde coletiva, subárea saúde pública.

A opção pela área de saúde pública está relacionada à própria trajetória da Educação Nutricional no Brasil. A nutrição enquanto área de estudo e de pesquisas e como resultados dos inúmeros pesquisadores interessados no tema, transformou-se em subárea de conhecimento da CAPES. Como área de conhecimento da grande área das ciências da saúde tem como subáreas: Bioquímica da Nutrição; Dietética; Análise nutricional de populações e, por último, Desnutrição e desenvolvimento fisiológico. Há pouco espaço para pesquisa na área de educação, mesmo considerando a Dietética como uma área específica do cuidado à saúde das pessoas.

Claro está que o ensino da nutrição e as questões ligadas à educação nutricional ainda fazem parte de linhas de pesquisas destas áreas de conhecimento, pois como foi possível demonstrar, existe uma produção científica que sustentaria uma linha de pesquisa de programas de pós-graduação. A linha de pesquisa aqui referida é aquele conjunto de atividades que podem ser trabalhadas como um grupo de pesquisa e não somente aquele conjunto de temas de interesse do pesquisador. Algumas vezes estes termos se confundem, mas considero que a linha de pesquisa aquele onde o pesquisador agrega conhecimento com outros pesquisadores.

Acredito que exista uma linha de pesquisa em Educação Nutricional. Ainda não é parte de um programa de pós-graduação, mas de um conjunto de pesquisadores que em diferentes universidades do país desenvolvem estudos nessa área. Muito provavelmente em função da necessidade de desenvolver este tema na atividade de

ensino e de extensão universitária. Além, é claro, em outros cenários de prática profissional no setor da saúde, das políticas sociais, no terceiro setor, entre outros.

Estudos sobre intervenções educativas permeiam várias pesquisas e as publicações resultantes são subdimensionadas, pois a escolha das palavras-chaves e do título do trabalho, por exemplo, não evidenciam o processo educativo e sim o tema ou conteúdo abordado nesse processo.

A busca por uma denominação adequada da educação nutricional sugere um conflito constante entre o que faz e o porquê faz. Nasceu como “alimentar”, passou por um período entre “nutricional e alimentar”, segue como “nutricional”, transforma-se em “alimentar” novamente e agora “alimentar e nutricional”. O que não mudou no processo foi exatamente o termo Educação. Entretanto, a educação mudou, incluindo a educação universitária.

A principal transformação pode ser explicitada pela participação importante dos estudantes no processo de decisão do projeto pedagógico e dos professores envolvidos com o curso. Ou seja, não se trata mais de ter um professor ou um grupo de professores responsáveis, mas que isso possa ser construído coletivamente com os demais envolvidos com o processo de implementação da estrutura curricular. Isso inclui a parceria com o cenário de prática, com o cenário de ensino e com o cenário de pesquisa.

Essa relação entre os diferentes atores no processo de formação é um modelo que trabalho educativo para a área Educação Nutricional.

Nesse sentido, as informações aqui coletadas oferecem subsídios para outros estudos e novas descobertas sobre o ensino de nutrição no Brasil e a formação e atuação do nutricionista como educador.

6 REFERÊNCIAS

AKUTSU, R. D. C. C. D. A. **Valores e bem-estar dos nutricionistas brasileiros.** [tese de doutorado.]: Universidade de Brasília, 2008.

AMÂNCIO-FILHO, A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Interface**, v. 8, n. 15, p. 375–380, 2004.

ARRUDA, I. K. G. DE; CAMPOS, F. A. C. S. Novas diretrizes curriculares para o ensino de Nutrição. In: ARRUDA, B. K. G. (Org.). **A educação profissional em saúde e a realidade social.** n. 1 ed. Recife: [s.n.], 2001. p. 291 a 304.

ASBRAN, A. B. DE N.-. **Histórico do nutricionista no Brasil, 1939-1989: coletânea de depoimentos e documentos.** São Paulo: Atheneu, 1991. p. 1–443.

BANDUK, M. L. S.; RUIZ-MORENO, L.; BATISTA, N. A. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 28, p. 111–120, 2009.

BEECH, J. A internacionalização das políticas educativas na América Latina.. **Currículo sem Fronteiras**, v. v.9, n.2, p. 32–50, 2009.

BENGOA, J. M. Nutrición en América Latina: algunos eslabones de su historia. In: NUTRICIÓN-SLAN, S. L. DE (Ed.). **Histórias de la nutrición en América Latina.** México: [s.n.], [S.d.]. p. 13–33.

BENGOA LECANDA, J. M. História de la nutrición en salud pública. **Anales Venezolanos de Nutrición**, v. 16, n. 2, p. 85–96, 2003.

BON, A. **Estudo sobre os conhecimentos de alimentos de uma população de gestantes**. [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1981.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista Nutrição, Campinas**, v. 10, n. 1, p. 5–19, 1997.

BOOG, M. C. F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde**. v. 1, n.1, p.33-42, 2008.

BOOG, M. C. F. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Eds.). Mudanças alimentares e Educação Nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p.66-73.

BOSI, M. L. M. **Profissionalização e Conhecimento: a nutrição em questão** [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1996.

BOSI, M. L. M. Programa de Disseminação Seletiva de Informação sobre Alimentação e Nutrição. **Revista de Medicina da UFC**, v. 41, 2001.

BRASIL. **Lei nº 5.276, de 24 de Abril de 1967. Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências**. . Brasília, DF: [s.n.]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5276-24-abril-1967-358700-publicacaooriginal-1-pl.html>>, 1967.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: [s.n.], 1988.

BRASIL. **Lei Nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. DOU de 19/9/1991**. [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8234.htm>, 1991.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>, 1996.

BRASIL. EDITAL Nº 4 /97. O Ministério da Educação e do Desporto - MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESu, torna público e convoca as Instituições de Ensino Superior a apresentar propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores. Brasília, DF:[s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>>, 1997.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1133/2001 - Homologado Despacho do Ministro em 1/10/2001, publicado no Diário Oficial da União de 3/10/2001, Seção 1E, p. 131. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Brasília,DF: [s.n.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>>, 2001a.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 5, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília,DF: Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>>, 2001b.

BRASIL. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília : Ministério da Saúde, 2007. 1. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2007. 86p.

BRASIL. Política nacional de alimentação e nutrição. Brasília, DF: [s.n.], 2012a. 84p.

BRASIL. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: [s.n.], 2012b. 68p.

BRASIL. Os cursos de nutrição no Brasil: evolução, corpo docente, currículo. Brasília, DF: MEC, 1982. 260p

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupação**. Brasília, DF: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf>>, 2002.

BREMER, J. **A casa de Higeia: o percurso da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo 1918-2010**. São Paulo: Ex Libris, 2010. 92p.

CAMPOS, F. E. DE; PIERANTONI, C. R.; MACHADO, M. H. Conferências de saúde, o trabalho e o trabalhador da saúde: a expectativa do debate. **Cadernos RH Saúde**, v. 3.n 1, p. 8–11, 2006.

CARVALHO, M. L. M. DE. **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. 336p.

CASTRO, C.M., COIMBRA, M. (Ed.). **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985. p.195–213.

CASTRO, C. M.; PELIANO, A. M. Novos alimentos, velhos hábitos e o espaço para ações educativas. In: CASTRO, C.M.; COIMBRA, M. (Ed.). **O problema alimentar no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985. p.195–213.

CAVALCANTI, M. **Conhecimentos, atitudes e práticas de pessoal sobre aleitamento materno**. [tese doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1982.

CAVALCANTI, M. L. F. **Evolução histórica e principais eventos: 1939 / 1994**. São Paulo: [s.n.], 1996.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 41– 65, 2004.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; NUNES, N. M.; MARINHO, F. C. M.; FERNANDES, A. E.; JORGE, M. I. E. Cultura e extensão universitária: cenário de práticas para a formação universitária. **La docencia en el nuevo escenario del Espacio Europeo de Educación Superior. A docencia no novo escenario do Espazo Europeo de Educación Superior**. Vigo: Vicerreitoría de Formación e Innovación Educativa. Universidade de Vigo, 2010. p. 553–556.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; SILVA, M. E. W. Percepção e Expectativas dos Alunos Ingressantes no Curso de Nutrição. **Revista Cultura e Extensão USP**, n. 8, p. 79–95, 2012.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; VIEIRA, V. L.; COSTA, C. G. A. Alimentação como um direito humano e as políticas sociais atuais. In: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Eds.). **Mudanças alimentares e Educação Nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI. **Os quatro pilares da educação**. Paris, França: [s.n.]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. **Inserção profissional dos nutricionistas no Brasil**. Brasília: [s.n.], 2006.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 380/2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providencias**. [S.l: s.n.], 2005.

COSTA, N. M. DA S. C. **A formação do nutricionista: educação e contradição**. 2a. ed. Goiânia: [s.n.], 2002.

COSTA, N. M. DA S. C. Formação pedagógica de professores de nutrição : uma omissão consentida ? **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 1, p. 97–104, 2009.

FARIA, L. Educadoras sanitária e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 173–212, 2006.

FÁVERO, M. DE L. DE A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar, Curitiba . Editora UFPR**, v. n. 28, p. 17–36, 2006.

FERRARI, M. A. M. C.; ARAÚJO, M. E. DE; DIAS, R. B. E. A teoria na prática: proposta de curriculum frente às diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Odontologia. **Odonto**, v. 20, n. 39, p. 17–26, 2012.

FERREIRA, M. DOS S. **Centros de pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970**. [S.l: s.n.], 2006.

FORSTER, A. C. **Estudo sobre a formação em Atenção Primária e Medicina de Família no Curso de Medicina da Universidad Autónoma de Madrid, Espanha, 1999/2000**. [tese doutorado]. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2004.

FRANCO, A. N. A. C. **Educação nutricional na formação do nutricionista : bases teóricas e relação Teoria-Prática**. [dissertação de mestrado.]: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

FROZI, D. S. **Qual é o lugar da multidimensionalidade dos alimentos na formação e prática educativa do nutricionista ?** In: COLÓQUIO EDUCAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E CULTURA, UFRJ, Rio de Janeiro, 27 a 30 de abril de 2010. p. 1–12, 2010.

HADDAD, A. E.; PIERANTONI, C. R.; RISTOFF, D.; XAVIER, I. DE M.; GIOLO, J.; SILVA, L.B. DA. **A trajetória dos cursos de graduação na saúde, 1991-2004**. Brasília, DF: MEC-Ministério da Educação e Cultura, 2006. 533p.

HAWTHORNE, N.; ANDERSON, C. The global pharmacy workforce: a systematic review of the literature. **Human Resources for Health**, v. 7, p. 48, jan 2009.

LEMOS, R. **Análise da situação da educação nutricional no 1º segmento do primeiro grau em escolas oficiais do município do Rio de Janeiro.** [S.l: s.n.], 1980.

LIMA, E. **Educação nutricional da Escola do 1º grau. Uma proposição para Pernambuco.** [dissertação de mestrado.]: Universidade Federal de Pernambuco, 1984.

LIMA, E. DA S. **Mal de fome e não de raça: gênero, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 288p.

LIMA, E. DA S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. DO C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, Ciência, Saúde**, v. 10, n. 2, p. 603–635, 2003.

LIMA, M. M. DE; ALMEIDA, A. B.; BACKES, V. M. S.; KLOH, M. DE O. G. D. Produção do conhecimento acerca da formação do enfermeiro: um estudo bibliométrico. **Revista Brasileira de Enfermagem-REBEn**, v. 65, n. 3, p. 522–528, 2012.

LINS, M. E. P. **Educadores Nutricionistas: quem somos e a que viemos? Contribuições para analisar e repensar a disciplina Educação Nutricional como elemento formador e objeto de trabalho do nutricionista.** [dissertação de mestrado.]: UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

LOWE-HEISTAD, M.; SLP, M. A.; LOWE, S. Allied Health Evaluation Review : Practice and Education Infrastructure. **Internet Journal of Allied Health Sciences and Practices**, v. 11, n. 1, p. 1–13, 2013.

MANÇO, A. DE M.; COSTA, F. N. DO A. Educação nutricional: caminhos possíveis. **Alim. Nutr.**, v. 15, n. 2, p. 145–153, 2004.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009.

MESQUITA, C. **Conhecimentos sobre nutrição das mães de alunos do 1º grau**. [dissertação de mestrado.]: Universidade de São Paulo, 1975.

MODESTO, N. A. **O nutricionista recém-formado da Grande São Paulo e o mercado de trabalho**. [dissertação de mestrado] São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

MORHY, L. Brasil-Universidade e Educação Superior. In: EDITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Ed.). **Universidade no Mundo- Universidade em Questão Vol.2**. Brasília,DF: [s.n.], 2004. p. 25–60.

MOTTA, D. G. DA; OLIVEIRA, M. R. M. DE; BOOG, M. C. F. A formação universitária em nutrição. **Pro-Posições**, v. 14 , n.1, p. 69–85, 2003.

PAULA, M. DE F. DE. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 1, p. 71–84, mar 2009.

PEDROSO, M. B. **A dimensão pedagógica da ação do nutricionista: um estudo dos projetos de formação no Brasil, Argentina e Portugal**. [tese de doutorado]: Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, 2012.

PIERANTONI, C. R. As reformas do Estado, da saúde e recursos humanos: limites e possibilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 341–360, 2001.

PROSPERO, L. DI; BHIMJI-HEWITT, S. Learning is in the facilitation: faculty perspectives with facilitated teaching and learning-recommendations from informal discussions. **Journal of Allied Health**, v. 40, n. 4, p. e61–5, jan 2011.

RODRIGUES, J. Por uma história da alimentação na cidade de São Paulo (décadas de 1920 a 1950). Revista de Estudios Sociales, Universidades de Los Andes, v. 33, p. 118-128, 2009.

RODRIGUES, J. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 15, n. 2, p. 221–255, 2007a.

RODRIGUES, J.; VASCONCELLOS, M. P. C. A guerra e as laranjas: uma palestra radiofônica sobre o valor alimentício das frutas nacionais (1940). História, Ciências, Saúde-Manguinhos, p. 1401–1414, 2007b.

RODRIGUEZ, H. B.; BENGUA, J. M.; O'DONNELL, A. M. **Histórias de la Nutrición en América Latina**. Caracas, Venezuela: [s.n.], [S.d.].

SANTOS, S. M. C. DOS. **Nutricionista e sociedade brasileira: elaboração para abordagem histórico-social da profissão**. [dissertação de mestrado.]: Universidade Federal da Bahia, 1988.

SILVA, N. F. DA. **O que o nutricionista faz pelo Brasil**. [S.l: s.n.], 2008.

SIMONARD-LOUREIRO, H. M.; SCHWARZSCHILD, L. F. C. P.; TUMA, R. C. F. B.; DOMENE, S. M. Á. A trajetória dos cursos de graduação na saúde: Nutrição. Brasília, DF: MEC/MS, 2006.

SOARES, N. T. **Diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação em nutrição e competências profissionais para atuação em segurança alimentar e nutricional: perspectivas de docentes do Ceará**. [tese de doutorado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, N. T.; AGUIAR, A. C. DE. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 5, p. 895–905, out 2010.

STOCK, F. S.; SISSON, M. C.; GROSSEMAN, S. Percepção de estudantes de Medicina sobre aprendizagem da relação médico-paciente após mudança curricular. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 1, p. 5–13, 2012.

TOASSI, R. F. C.; STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M.; MOYSÉS, S. J. Currículo integrado no ensino de Odontologia: novos sentidos para a formação na área da saúde. **Interface Comunicação Saúde Educação**, v. 16, n. 41, p. 529-542, 2012.

TRINDADE, H. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, p. 819–844, 2004.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998 Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998**. Paris, França: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>, 1998.

USP-Universidade de São Paulo. **Resolução 3745 de 19/10/1990**. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/leginf/resol/r3745m.htm>>, 1990.

VALENTE, F. L. S. **Fome e desnutrição, determinantes sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1986. 107p.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. O nutricionista no Brasil : uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, v. 15, n. 2, p. 127–138, 2002.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. Tendências históricas dos estudos dietéticos no Brasil. **História, Ciência, Saúde**, v. 14, n. 1, p. 14, 2007.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE; CALADO, C. L. DE A. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 24, n. 4, p. 605-617, ago 2011.

VIANA, S. V. Prática em nutrição, prática do nutricionista. **Cad CRH, Salvador**, v. 22, p. 97–113, 1995.

VIEIRA, V. L. **Segurança alimentar e nutricional em crianças no município de São Paulo: desafios na formação do nutricionista**. [Tese de dourado.]: Universidade de São Paulo, 2011.

VOLPATO, G. A universidade na sua constituição criação, reformas e implicações político-epistemológicas. **R. Bras. Est. Pedag.**, v. 92, n. 232, 2011.

YPIRANGA, L. Delimitação do objeto de trabalho do nutricionista: Subsídios para uma discussão. **Revista Saúde em Debate**, v. 29, p. 62–69, 1989.

ANEXO 1:

Decreto nº 10.617.

Cria o Curso de Nutricionistas

CURSO DE NUTRICIONISTAS

“Decreto nº 10.617, de 24 de outubro de 1939”.

Crêa, no Instituto de Higiene de São Paulo,
curso destinado à formação de nutricionistas.

O DOUTOR ADEMAR PEREIRA DE BARROS, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que a lei lhe confere,

Decreta:

Artigo 1º - No Centro de Estudos sobre Alimentação anexo ao Instituto de Higiene de São Paulo (Escola de Higiene e Saúde Pública de São Paulo), creado pelo decreto nº 9.966 de 6 de janeiro do corrente ano, fica instituído o curso destinado à formação de nutricionistas.

Artigo 2º - Os alunos que possuírem certificado expedido pelo Centro de Estudos sobre Alimentação, anexo ao Instituto de Higiene ficam habilitados:

1º - a exercer, independente de concurso, cargos de nutricionistas em hospitais, escolas, parques infantis, fábricas, restaurantes, etc...

2º - a reger cadeiras de nutrição em escolas elementares públicas ou particulares.

Artigo 3º - O Curso de Nutricionistas terá a duração de um ano letivo e compor-se-á de uma parte teórica completada por demonstrações e exercícios práticos de cozinha e laboratório.

Artigo 4º - Esse Curso constituído de uma parte preliminar de três meses e de outra especializada de oito meses será ministrado sem qualquer gratificação adicional pelos funcionários técnicos do Instituto de Higiene.

§ 1º - O Curso preliminar compreende:

- a) Anatomia e fisiologia Humanas, especialmente do aparelho digestivo;
- b) Química Biológica.

§ 2º - O Curso especializado terá os seguintes estudos:

- a) - Dos alimentos;
- b) - Da digestão;
- c) - Do metabolismo intermediário;
- d) - Das principais doenças do metabolismo;
- e) - Regimes-alimentares.

§ 3º - Havendo conveniência para o ensino, as matérias poderão ser reduzidas ou acrescidas, não só quanto ao número como quanto ao período de duração de seu prelecionamento.

Artigo 5º - são admitidas a exame vestibular as seguintes categorias de candidatos:

- a) - Educadores Sanitários;
- b) - Diplomados em Farmácia da Faculdade de Farmácia, Oficial ou reconhecida;
- c) - Diplomados pelo instituto Profissional Feminino (mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação).

Artigo 6º - Para admissão ao Curso de Nutricionistas os Candidatos se sujeitarão a exame vestibular, constante de duas provas escritas das seguintes matérias:

- a) Anatomia e Fisiologia Humanas;

b) Física e Química.

Parágrafo único - Os pontos para essa prova serão organizados de acordo com os programas dos cursos fundamentais dos ginásios oficiais.

Artigo 7º - São dispensados de exames vestibulares, que será aberta de 10 a 20 de janeiro, deve ser solicitada em requerimento selado, com firma reconhecida, ao qual o candidato juntará os seguintes documentos:

- a) - Certificado do curso ou escola que frequentou;
- b) - Atestado de boa saúde, fornecido pelo Instituto de Higiene ou pelo Departamento de Saúde;
- c) - Atestado de vacina anti-rábica e anti-tífica;
- d) - Prova de ter mais de vinte e menos de trinta anos de idade.

Parágrafo único - Os documentos referidos neste artigo, serão também exigidos dos candidatos dispensados de exame vestibular, salvo a prova de idade para as educadoras sanitárias.

Artigo 9º - As bancas para o julgamento das provas serão formadas por funcionários técnicos superiores do Instituto de Higiene, designados pelo Diretor.

Artigo 10º - As notas serão dadas de zero (0) a cem (100), sendo a média mínima para a aprovação de cinquenta (50) em cada matéria.

Artigo 11º - À matrícula no Curso de Nutricionistas, que será limitada a vinte alunos e aberta de 26 a 31 de janeiro, serão admitidos candidatos na seguinte ordem:

- a) - Dez (10) educadoras sanitárias, independente de exame vestibular, observada a classificação de notas no curso de Educadoras, tendo preferência as que tenham sido monitoras no Instituto;
- b) - Candidatos aprovados em exame vestibular;
- c) - Diplomados pelas Faculdades de Filosofia, Secções de Física, Química e Ciências Naturais.

Artigo 12º - No ato da matrícula será exigida a taxa de cinquenta mil réis (50\$000) para garantia e conservação do material empregado no curso.

Parágrafo único – essa taxa será paga na secretária do Instituto de Higiene, dentro de quinze dias seguintes à matrícula, sob pena de exclusão do aluno.

Artigo 13º - Serão postos em comissão os candidatos que preencham as condições do artigo 11, letra “a”.

Artigo 14º - As aulas terão início em 1º de fevereiro e prolongar-se-ão até 31 de dezembro, com intervalo de quinze dias de férias, de 16 a 30 de junho.

Artigo 15º - Os encarregados do ensino das diversas disciplinas do curso deverão apresentar, anualmente antes de seu início, os respectivos programas, para aprovação do Diretor do Instituto.

Artigo 16º - A frequência será obrigatória, perdendo direito ao exame da disciplina o aluno que faltar vinte por cento (20%) do total das aulas.

Artigo 17º - A média de aprovação será de cinquenta (50) para cada disciplina.

Artigo 18º - O aluno apenas em uma disciplina, ou que não tenha podido comparecer ao exame por motivo justificado, a critério do Diretor, poderá fazer novo exame dentro do prazo mínimo de um mês e máximo de três meses.

§ 1º - Em caso de reprovação nesse segundo exame, cessará automaticamente o comissionamento aludido no artigo 13.

§ 2º - Os demais alunos, reprovados no segundo exame perderão o direito ao curso, durante o ano letivo.

Artigo 19º - O aluno comissionado, que não completar o curso por desistência ou falta, poderá requerer comissionamento dentro dos três (3) anos seguintes, para completar o período que faltar após novo exame médico.

Parágrafo único - se vier novamente a perder o ano, não terá o aluno mais direito a comissionamento.

Artigo 20º - O aluno que concluir o curso, receberá um certificado com a nota obtida.

Artigo 21º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo secretário de Estado da Educação e Saúde Pública.

Artigo 22º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado de São Paulo, em 24 de outubro de 1939.

ADHEMAR DE BARROS

ALVARO DE FIGUEIREDO GUIÃO

Publicado na Secretária de Estado da Educação e Saúde Pública, em 24 de outubro de 1939.

Aluizio Lopes de Oliveira – Diretor Geral.

(reprodução do texto original)

ANEXO 2:

Parecer do Conselho Federal de Educação que altera a denominação do Curso de
Nutricionistas para Curso de Nutrição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA		UF
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MEC		DF
ASSUNTO		
Relatório do Diagnóstico Nacional dos cursos de Nutrição		
RELATOR: SR. CONS. Horácio Kneese de Mello		
PARECER N.º 185/83	CÂMARA OU COMISSÃO C.C.C.	APROVADO EM 8/4/83
		PROCESSO N.º 539/82
I - RELATÓRIO		
<p>A Secretaria da Educação Superior do MEC encaminha ao CFE relatório denominado "Diagnóstico Nacional dos cursos de Nutrição", discutido e aprovado no Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição, realizado em Brasília, em agosto de 1982, sob a responsabilidade e com apoio do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN - e da Federação Brasileira de Associações de Nutricionistas - FEBRAN. Entre as conclusões, há a recomendação de que seja mudado o nome da habilitação em Nutricionista, para habilitação em Nutrição.</p>		
II - VOTO DO RELATOR		
<p>A orientação geral dada por este Conselho à nomenclatura dos cursos refere-se sempre à profissão e não ao profissional. Nessas condições, julga o Relator que deve ser atendida a sugestão apresentada, passando o curso de Nutricionista a chamar-se curso de Nutrição.</p>		
III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO		
<p>A Comissão Central de Currículos acompanha o voto</p>		

MOD 5 - CFE

MEC/CFE

PARECER Nº

185/83

PROC. Nº

539/82

do Relator.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1983.

(aa) Luiz Navarro de Britto - Presidente, Horácio Kneese de Mello - Relator, Heitor Gurgulino de Souza, Antonio Fagundes de Sousa, Caio Tácito, Eurides Britto da Silva, Dom Serafim Fernandes de Araújo.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Comissão.

Sala Barreto Filho, em 8 de abril de 1983.

Projeto de Resolução nº de de 1983.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Parecer nº 185/83, homologado pela Ministra da Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º Os cursos denominados de Nutricionistas passarão a ser denominados cursos de Nutrição

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lafayette de Azevedo Pondê
Presidente

ANEXO 3:

Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO^(*)
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 5, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso
de Graduação em Nutrição.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 1º de outubro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Nutrição definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de nutricionistas, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Nutrição das Instituições do Sistema de Ensino Superior.

Art. 3º O Curso de Graduação em Nutrição tem como perfil do formando egresso/profissional o:

I - Nutricionista, com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e à atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural;

II - Nutricionista com Licenciatura em Nutrição capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Nutrição.

Art. 4º A formação do nutricionista tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - **Atenção à saúde**: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar

^(*)CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 5/2001. Diário Oficial da União Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 39.

os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde; e

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação do nutricionista tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

I - aplicar conhecimentos sobre a composição, propriedades e transformações dos alimentos e seu aproveitamento pelo organismo humano, na atenção dietética;

II - contribuir para promover, manter e ou recuperar o estado nutricional de indivíduos e grupos populacionais;

III - desenvolver e aplicar métodos e técnicas de ensino em sua área de atuação;

IV - atuar em políticas e programas de educação, segurança e vigilância nutricional, alimentar e sanitária, visando a promoção da saúde em âmbito local, regional e nacional;

V - atuar na formulação e execução de programas de educação nutricional; de vigilância nutricional, alimentar e sanitária;

VI - atuar em equipes multiprofissionais de saúde e de terapia nutricional;

VII - avaliar, diagnosticar e acompanhar o estado nutricional; planejar, prescrever, analisar, supervisionar e avaliar dietas e suplementos dietéticos para indivíduos sadios e enfermos;

VIII - planejar, gerenciar e avaliar unidades de alimentação e nutrição, visando a manutenção e/ou melhoria das condições de saúde de coletividades sadias e enfermas;

IX - realizar diagnósticos e intervenções na área de alimentação e nutrição, considerando a influência sócio-cultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população;

X - atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de alimentação e nutrição e de saúde;

XI - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

XII - desenvolver atividades de auditoria, assessoria, consultoria na área de alimentação e nutrição;

XIII - atuar em *marketing* de alimentação e nutrição;

XIV - exercer controle de qualidade dos alimentos em sua área de competência;

XV - desenvolver e avaliar novas fórmulas ou produtos alimentares, visando sua utilização na alimentação humana;

XVI - integrar grupos de pesquisa na área de alimentação e nutrição; e

XVII - investigar e aplicar conhecimentos com visão holística do ser humano, integrando equipes multiprofissionais.

Parágrafo Único. A formação do nutricionista deve contemplar as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 6º Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Nutrição devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em nutrição. Os conteúdos devem contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos;

II - Ciências Sociais, Humanas e Econômicas – inclui-se a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, a comunicação nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

III - Ciências da Alimentação e Nutrição - neste tópico de estudo, incluem-se:

- a) compreensão e domínio de nutrição humana, a dietética e de terapia nutricional – capacidade de identificar as principais patologias de interesse da nutrição, de realizar avaliação nutricional, de indicar a dieta adequada para indivíduos e coletividades, considerando a visão ética, psicológica e humanística da relação nutricionista-paciente;
- b) conhecimento dos processos fisiológicos e nutricionais dos seres humanos – gestação, nascimento, crescimento e desenvolvimento, envelhecimento, atividades físicas e desportivas, relacionando o meio econômico, social e ambiental; e
- c) abordagem da nutrição no processo saúde-doença, considerando a influência sócio-cultural e econômica que determina a disponibilidade, consumo, conservação e utilização biológica dos alimentos pelo indivíduo e pela população.

IV - Ciências dos Alimentos - incluem-se os conteúdos sobre a composição, propriedades e transformações dos alimentos, higiene, vigilância sanitária e controle de qualidade dos alimentos.

§ 1º Os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de graduação do nutricionista devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

§ 2º Este conjunto de competências, conteúdos e habilidades deve promover no aluno e no nutricionista a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

Art. 7º A formação do nutricionista deve garantir o desenvolvimento de estágios curriculares, sob supervisão docente, e contando com a participação de nutricionistas dos locais credenciados. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Nutrição proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Único. A carga horária do estágio curricular deverá ser distribuída equitativamente em pelo menos três áreas de atuação: nutrição clínica, nutrição social e nutrição em unidades de alimentação e nutrição. Estas atividades devem ser eminentemente práticas e sua carga horária teórica não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do total por estágio.

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Nutrição deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

Art. 9º O Curso de Graduação em Nutrição deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante por meio de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência.

Art. 10. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Nutrição para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

§ 1º As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Nutrição deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

§ 2º O Currículo do Curso de Graduação em Nutrição poderá incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região.

Art. 11. A organização do Curso de Graduação em Nutrição deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular.

Art. 12. Para conclusão do Curso de Graduação em Nutrição, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

Art. 13. A formação de professores por meio de Licenciatura Plena é facultativo e será regulamentado em Pareceres/Resoluções específicos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Nutrição deverá assegurar:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve à construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;

II - as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Nutricionista, de forma integrada e interdisciplinar;

III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

IV - os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;

V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Nutricionista;

VII - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;

VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no nutricionista atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade; e

IX - a articulação da Graduação em Nutrição com a Licenciatura em Nutrição.

Art. 15. A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Nutrição que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares, desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Nutrição deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arthur Roquete de Macedo

Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO 4:

Estrutura Curricular 2012

ANEXO 4

Estrutura Curricular proposta para 2012: disciplinas da estrutura atual por semestre, carga horária e eixo temático

Semestre	Departamento	CH	Eixo Temático
Anatomia Humana	BMA/ICB	90	Atenção dietética
Biologia Tecidual	BMC/ICB	60	
Bioquímica	QBQ/IQ	60	
Alimentação e Contexto Social	HSP/FSP	45	Segurança Alimentar e Nutricional
Nutrição e Atenção à Saúde	HSP/FSP	45	
Nutrição e Prática Profissional: Atividade Integradora	CG/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Bioquímica da Nutrição (requisito: Bioquímica)	QBQ/IQ	60	Atenção dietética
Promoção da Saúde	HSP/FSP	60	Segurança Alimentar e Nutricional
Bromatologia	FBA/FCF	60	
Produção e Composição de Alimentos	HNT/FSP	60	
Necessidades Sociais de Alimentação: Atividade Integradora	CG/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Fisiologia I	BMB/ICB	60	Atenção dietética
Técnica Dietética I	HNT/FSP	45	
Microbiologia de Alimentos	BMM/ICB	90	Segurança Alimentar e Nutricional
Tecnologia dos Alimentos	FBT/FCF	60	
Corpo, Indivíduo e Sociedade	HSM/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Comunicação e Informação: Atividade Integradora	HSM/FSP	30	
Fisiologia II (requisito: Fisiologia I)	BMB/ICB	60	Atenção dietética
Técnica Dietética II (requisito: Técnica Dietética I)	HNT/FSP	60	
Ciclo da Vida I	HSM/FSP	45	
Nutrição Humana	HNT/FSP	45	Segurança Alimentar e Nutricional
Dietética	HNT/FSP	45	
Dieta, Alimentação e Cenários de Prática: Atividade Integradora	HNT/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura

(cont.)

Semestre	Departamento	CH	Eixo Temático
Ciclo da Vida II (requisito: Ciclo da Vida I)	HSM/FSP	45	Atenção dietética
Avaliação do Estado Nutricional	HNT/FSP	45	Segurança Alimentar e Nutricional
Epidemiologia Nutricional	HNT/FSP	30	
Inquéritos Alimentares	HNT/FSP	45	
Bioestatística	HEP/FSP	60	Trabalho, Ciência e Cultura
Avaliação Nutricional e Alimentar de Populações: Atividade Integradora	HNT/FSP	30	
Epidemiologia	HEP/FSP	45	Atenção dietética
Planejamento Dietético (requisito: Dietética)	HNT/FSP	60	
Gestão de Cardápios	HNT/FSP	30	
Estrutura Física e Ergonomia para Produção de Refeições	HSA/FSP	30	Segurança Alimentar e Nutricional
Sistema de Gestão Para Inocuidade de Alimentos	HNT/FSP	30	
Gestão Financeira e Administrativa para Produção de Refeições	HNT/FSP	30	
Aspectos Ambientais na Produção de Refeições	HSA/FSP	30	
Ética Profissional	HNT/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Fundamentos de Administração	HSP/FSP	30	
Sistemas de Produção de Refeições: Atividade Integradora	HNT/FSP	30	
Farmacologia	BMF/ICB	30	Atenção dietética
Nutrição Clínica I	HNT/FSP	105	
Imunologia	BMI/ICB	45	
Intervenções Educativas em Alimentação e Nutrição	HNT/FSP	45	Segurança Alimentar e Nutricional
Práticas Educativas com Grupos: Atividade Integradora	HNT/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Abordagem Qualitativa para Investigação em Nutrição	HSM/FSP	45	
Nutrição Clínica II (requisito: Nutrição Clínica I)	HNT/FSP	105	Atenção dietética
Psicologia Aplicada à Nutrição	PSA/IP	45	
Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição	HNT/FSP	60	Segurança Alimentar e Nutricional
Gestão de Pessoas	HSP/FSP	30	Trabalho, Ciência e Cultura
Práticas Educativas com Indivíduos: Atividade Integradora	HNT/FSP	45	
Optativas total		135	
Estágios Supervisionados (relacionados às principais áreas de atuação do nutricionista)	HNT/FSP	975	Trabalho, Ciência e Cultura